



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 80

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 2017

ANO VI



SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	1357
ADVOCACIA GERAL	1358
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	1358

TAQUIGRAFIA

12ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE A SUSPENSÃO DO CONTRATO DE CESSÃO DE USO GRATUITO ENTRE A UNIÃO FEDERAL E O MUNICÍPIO DE PORTO VELHO DA ADMINISTRAÇÃO DO COMPLEXO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ

Em 05 de Maio de 2017

Presidência do Sr.
HERMÍNIO COELHO - Deputado

(Às 09 horas e 19 minutos é aberta Sessão)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e Senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia atendendo a requerimento do Exmº Sr. Deputado Estadual Hermínio Coelho realiza audiência pública objetivando discutir sobre a suspensão do contrato de cessão de uso gratuito entre a União Federal e o município de Porto Velho da administração do Complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Esta é a apresentação regimental, mas eu vou complementar aqui com um texto do Sr. Luiz Leite: “Este evento contará com a participação da sociedade civil organizada de Porto Velho, Guajará-Mirim, São Carlos, entre outros distritos e municípios, e instituições públicas e governamentais onde serão avaliadas as ações públicas pela proteção da Ferrovia Madeira-Mamoré e seu cumprimento pelo que determina a

Constituição do Estado de Rondônia, em especial o tombamento no seu artigo 264, tombada pelo IPHAN 1.220 T-87, nos termos do Decreto-Lei 25/1937, considerando o seu meio ambiente e toda a extensão da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré de Porto Velho a Guajará-Mirim”. Convidamos para compor a Mesa o Exmº Sr. Deputado Estadual Hermínio Coelho, proponente desta audiência pública; Exmª Sra. Dra. Gisele Dias de Oliveira Bleggi, Procuradora Federal do Ministério Público Federal; Sr. Flávio Tillet, representante da Vice-Governadoria do Estado de Rondônia; Sr. Luiz Leite de Oliveira, Presidente da Associação de Preservação do Patrimônio Histórico do Estado de Rondônia e Amigos da Madeira-Mamoré – AMMA; Sr. Márcio Martins, representante da Fundação Cultural do município de Porto Velho – FUNCULTURAL; Sr. José Romão Grande, Presidente do Sindicato dos Soldados da Borracha; Dr. Adilson de Souza Oliveira, representante da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB/RO; Dr. Antônio Augusto Souza Dias, Assessor Jurídico da AMMA.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública objetivando discutir sobre a suspensão do contrato de cessão de uso gratuito entre a União Federal e o município de Porto Velho da administração do Complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes de nós convidarmos a todos para ouvirmos o hino Céus de Rondônia, convidamos para compor a Mesa Ismael Correia, Superintendente do Patrimônio da União.

Senhoras e Senhores, convidamos a todos para ouvirmos o hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Podem sentar, muito obrigado. Antes de darmos sequência nos registros das presenças das demais pessoas, Deputado Hermínio; convidamos a senhora Delma Batista, ela é Superintendente do Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN. Queremos registrar aqui a presença do Dr. Devanildo

MESA DIRETORA

Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
1º Vice-Presidente: EDSON MARTINS
2º Vice-Presidente: EZEQUIEL JUNIOR

1º Secretário: EURÍPEDES LEBRÃO
2º Secretário: ALEX REDANO
3º Secretário: DR. NEIDSON
4ª Secretária: ROSÂNGELA DONADON

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - Carlos Alberto Martins Manvailer
Departamento legislativo - Huziel Trajano Diniz
Divisão de Publicações e Anais - Róbison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

de Jesus Santana, Assessor de Política, representando a Prefeitura do município de Porto Velho; Germano Belo, Conselheiro da Associação da Madeira-Mamoré; José Gomes de Lima, membro da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Vice-Presidente da Central Única dos Movimentos Populares CUMPS; senhor Thiago Castro, Vice-Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia; Manoel João Madeira Coelho, Ativista Independente; Guilherme Abade, Gerente de Sustentabilidade, representando a Santo Antônio Energia; José bispo de Moraes, Presidente da Associação dos Ferroviários Madeira-Mamoré; senhor George Teres de Meneses, Vice-Presidente da Associação dos Ferroviários Madeira-Mamoré; Silvio Santos jornalista; Zé Katraca, representante da Federação dos Grupos Folclóricos de Rondônia FEDERON; senhora Maria de Fátima Meirelles, Presidente da Associação Socorro Para Guajará; membros da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; demais participantes desta Audiência pública e toda a metodologia de participação das senhoras dos senhores, também o Tenente Coronel Neri, representando a Diretoria de Saúde da Polícia Militar do Estado de Rondônia e toda a corporação. Toda metodologia será do Excelentíssimo senhor Deputado Hermínio Coelho. Quanto às falas logicamente que os componentes da Mesa já irão fazer o uso da palavra, caso as pessoas que estão aqui no plenário, na galeria queiram também fazer uso da palavra por gentileza podem levantar a mão, e venha aqui dar o nome para que possam também fazer o uso da palavra. Dependendo do espaço do tempo que tivermos durante a Audiência Pública, nós vamos determinar o tempo de fala, do contrário fiquem à vontade. Com a palavra sua Excelência, senhor Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Bom dia a todos, cumprimentar toda a Mesa; todos os membros aqui componentes da Mesa; cumprimentar todos os servidores; toda a população presente. Esta Audiência é muito importante para discutirmos uma situação que, infelizmente, as nossas autoridades, que no Estado, principalmente os Governos, tanto Municipal como Estadual e Federal, não tem feito nenhuma ação a não ser ao contrário; aqui, infelizmente, as nossas autoridades responsáveis ao invés de cuidar do patrimônio histórico, infelizmente, destrói, ajuda a destruir. E esta Audiência foi um pedido dos nossos militantes e das pessoas que ainda se preocupam com o patrimônio histórico do nosso Estado, principalmente a E.F.M.M. Eu fico olhando aqui que, não vai demorar muitos anos para frente, nós não vamos ter talvez e nenhum defensor da Madeira-Mamoré mais, porque nós estamos ficando velhos; lógico que nós não vamos viver para sempre e infelizmente nós não temos... Aqui a maioria dos nossos jovens talvez nem... Por que não existe praticamente nada aqui no nosso Estado e no nosso município no sentido de fazer a população de Porto Velho valorizar essa questão do patrimônio histórico. Eu fico vendo; você vai aqui, um exemplo aqui do Acre/Rio Branco, lá o acreano valoriza bastante essa questão, se alguém for fazer qualquer tipo de depredação a qualquer patrimônio histórico ali em Rio Branco, você vê a confusão que dá. Aqui em Rondônia, se não fossem vocês eu acho que não existia mais nada. O pouco que ainda existe é graças à luta de vocês. E esta Audiência é para ver se a gente encontra uma forma aqui de mudar esta realidade, de responsabilizar os governos, tanto pelo que tem causado e ver, buscar a forma aqui de... Se a gente encontra uma forma aqui de colocar a responsabilidade, entregar a responsabilidade do patrimônio histórico do nosso Estado para quem realmente se preocupa e valoriza o nosso patrimônio. Porque infelizmente, eu fico olhando

aqui, nós convidamos, foi convidado todo mundo, foram convidados todos, Câmara de Vereadores, Prefeitura, Estado, Associações, também os Ministérios Públicos: Estadual e Federal, a nossa doutora aqui, representando o Ministério Público Federal está presente, do Estadual eu não sei se está presente. Dra. Flávia, obrigado por estar presente. Mas a intenção nossa aqui... Aí, falando dos convidados, por exemplo, a bancada federal, os Senadores e os Deputados Federais, os Estaduais, até os membros desta Casa, nós sabemos que as Audiências na sexta-feira são meio complicadas para ter uma presença maior de Deputados porque a maioria é do interior. Mas de qualquer forma era para ter uma presença, pelo menos, o mínimo aqui de Deputados Estaduais, também não tem; não tem Vereador de Porto Velho e isso é que mostra o compromisso, a forma com que é tratado e cuidado o patrimônio histórico aqui no nosso Estado. E nesta Audiência, a intenção nossa aqui é discutir isso e ver o que a gente pode fazer, no final, nos encaminhamentos para ver se a gente consegue mudar esta realidade que infelizmente... O representante do governo mesmo, mandou, eu não sei quem é o representante do governo, quem é que está representando o Governo do Estado aqui? Santo Antônio também, tem um representante das Usinas? A Mesa aqui está bastante lotada, mas se tivesse uma forma de trazer, não sei... Porque infelizmente as nossas Audiências, eu estou vendo nesta Audiência Pública, como na grande maioria delas, que a gente tem feito aqui, os representantes que eles mandam a gente têm todo respeito, mas eles mandam representantes que não têm poder nenhum de decisão, não têm, tanto o município como o Estado e os entendimentos aí. Os representantes que eles mandam é só para cumprir protocolo, não tem, infelizmente não tem poder de decisão, um poder maior aqui na Mesa, no debate. Por isso, Doutora, principalmente dos nossos Ministérios Públicos, a intenção nossa aqui, vamos discutir aqui. Nós temos na Constituição o artigo 264, na Constituição do Estado, onde está lá colocado toda situação do tombamento e do nosso patrimônio histórico e infelizmente as nossas autoridades, principalmente dos Executivos, tanto do município como no Estado, nunca deram a mínima para essa questão. E que no final a gente encaminhe tanto na questão dessa questão do uso, nós temos que discutir isso, entregar o nosso patrimônio histórico a quem realmente tem interesse e compromisso de zelar por ele. Se nós deixarmos na mão desse povo que não está nem aí para nada, principalmente nessa questão, a tendência é isso, infelizmente, como já acabou um bocado daqui do nosso acervo, muitas coisas aqui já não existem mais, e o que existe ainda, a gente tentar manter e recuperar ainda alguma coisa, se for possível ainda. E no caso, buscar responsabilizar as pessoas que cometeram crime, porque é crime sim o que fizeram, o que fazem com o nosso patrimônio histórico e buscar aqui nesta discussão, meios para a gente... O que tiver de legislação, que a gente puder fazer legislação aqui no Estado, aqui o próprio artigo 264 cita, mas ele não cita nenhuma punição para quem não cumpre com a sua responsabilidade, enfim, vamos abrir o debate aqui. Vocês que conhecem que vivem o dia a dia dessa luta é que, com certeza, vai enriquecer mais esse debate e que no final a gente encaminhe aqui as propostas para que a gente venha fazer alguma coisa nesse sentido.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes de Vossa Excelência passar a palavra para o Arquiteto Luiz Leite, registrar a presença do Manoel Madeira, nós já falamos agora a pouco, ele está inscrito para falar, a Excelentíssima Senhora Dra. Flávia Barbosa, Promotora de Justiça da 21ª Pro-

motoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia; senhor Nélio Alencar, Presidente do Conselho Regional do CREA, nós falamos agora a pouco, eu quero só repetir aqui o Tenente Coronel PM Paulo de Tarso Neri, Dentista da Diretoria de Saúde da PM e também do senhor Antônio Felix da Silva, Presidente da Associação de Artesanato Feira do Sol.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Com a palavra o senhor Luiz Leite de Oliveira, que é Presidente da Associação de Preservação do Patrimônio Histórico do Estado de Rondônia e Amigos da Madeira-Mamoré.

O SR. LUIZ LEITE DE OLIVEIRA – Muito bom dia! Realmente, eu fico muito satisfeito por essa realização desta Audiência Pública depois de muitos anos isso está acontecendo, quer dizer, principalmente, não só nós aqui de Porto Velho, temos pessoas de Guajará-Mirim, temos pessoas de Nova Mamoré, de São Carlos, até de cidades do interior, poucas pessoas, mas estão aí. Importante que este patrimônio que está aí é nosso e nós estamos aqui porque nós não desistimos como disse o Deputado agora, nós estamos ficando, passando, será que alguém não vai tomar essa luta e nada acontece? Eu para não viajar muito na maionese eu trouxe alguma coisa por escrito, porque eu acho que eu tenho que lembrar muita coisa e realmente isso é um passo para que se faça realizar aquilo que é do povo, respeito àquilo que é do povo. Meus amigos, meus senhores e minhas senhoras! A sociedade organizada de Porto Velho, Guajará-Mirim, Vila Nova, São Carlos e outros municípios nesta Augusta Plenária, na esperança de que os senhores Parlamentares rondonienses possam de fato abrir o coração para nos representar. Queremos apenas uma coisa: compromisso com a Lei. Essa Lei tão vilipendiada, tão maltratada. A própria Constituição nossa Carta Magna. Esta Audiência Pública que veio em boa hora para clarear a consciência política e a consciência do povo rondoniense, está prevista na decisão do Desembargador Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal. No entanto, algo no ar, diz que os réus se organizam para desobedecer essa Lei, uma vez mais. Isso é uma afronta. Precisamos abrir os olhos. Se até então estivemos, nós rondonienses, um tanto silenciados, este é um momento oportuno, inadiável para que façamos o nosso desabafo. Importam Projeto de Belém do Pará, para criar no pátio ferroviário, um espaço semelhante ao das Docas, nesta Capital. Por que essa agressão? Porque querem destruir e afrontar a Constituição? Fala-se do remanejamento das locomotivas para o espaço alternativo. A orla em toda sua extensão do Alto Madeira e a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré toda submersa, o Cemitério da Candelária, todos destruídos, o bairro do Triângulo, atacado por todos os lados. Em Guajará-Mirim, uma praça em frente da famosa estação de estilo inglês substituiu a reativação do trem até Nova Mamoré, da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. A determinação diz, com todas as letras, todos os 366 quilômetros da ferrovia mais famosa do mundo que essas áreas devem ser protegidas. Por um período de 20 anos, o SPU autorizou o município a administrar o patrimônio. Uma trapaça, porque a Lei de março de 1992, transfere para o Estado de Rondônia a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, o domínio, posse da administração referente ao acervo móvel e imóvel da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Mas, esse patrimônio tomado pela ferrugem ou pelo menos a maior parte das peças pesadas, à exceção de locomotivas e trilhos estão guardados, isto é, abandonados num armazém na Zona Sul de Porto Velho, cujo aluguel é pago mensalmente pela Prefeitura. Não o recuperam, mas tocam flauta quando querem imitar Belém do

Pará e construir dentro do pátio ferroviário algo estranho ao que se conhece por preservação. Nós temos como modelo a Madeira-Mamoré, é internacional. As Docas é um Shopping Center, é modelo para os paraenses. Que tenha um mecanismo, para que não haja mais desvio do acervo, do uso indevido do patrimônio e do espaço, notadamente do sítio histórico. E o que foi desviado, tem que ser devolvido. Que os consórcios das usinas sejam responsáveis e devidamente cobrados para que os royalties, essa compensação por área explorada e pelos danos, sejam entregues a órgãos sérios, ligados a própria ferrovia Madeira-Mamoré, em condições de devolver o trem que é patrimônio do Brasil, pois... Há só uma pessoa representante do IPHAN, inclusive ela concorda comigo quando diz assim: a Madeira-Mamoré é graça a razão de possuírem um excepcional valor cultural, são monumentos integrantes do Patrimônio Cultural Brasileiro. Temos sentido na pele um gigantesco maltrato a história de mulheres e homens honrados que fizeram a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, um dos maiores monumentos ferroviários do mundo. A estrada nasceu e funcionou graças ao sacrifício heroico de milhares de vidas. E daí, vamos reagir. Porque essas aberrações sucedem vergonhosamente e se agravam quando se rasga a Constituição do Estado de Rondônia; no seu artigo 264 que define a proteção da ferrovia, o meio ambiente. O caso da Portaria 156, por exemplo, ela maquiou a Lei de 10 de março de 1992, que transfere para o Estado e Rondônia o domínio posse e a administração. Agora, essa aqui me dói o coração, mas olha, eu vou falar para vocês. A Lei 1776 editada pelo Governo Ivo Cassol, autorizou o uso do sítio ferroviário protegido também para construção da usina de Santo Antônio. Repassaram o dinheiro, muito dinheiro e estão as propinas cobradas por alguns políticos. A imprensa divulga que, entre eles, estão governantes, deputados, senadores e gestores de instituições honradas. Em troca, estão aí as facilidades oferecidas ao consórcio construtor. A situação semelhante ocorreu também com a usina de Jirau, eles se locupletaram, e nós ficamos a ver navios. E não temos mais nem o saudoso bispo Dom João Batista Costa, Zé Catraca, para dizer aquela frase célebre no Brasil: “Está descontente, vá se queixar ao Bispo”. Leis podem ser emendadas nos Parlamentos, mas, colocar dentro do espaço protegido, atividades que não digam respeito à reativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, é mesmo um crime que algumas vezes chamam de lesa-pátria. Determinações do Desembargador Federal não são cumpridas, mesmo ele tendo exigido, em março deste ano, que em 90 dias, a Santo Antônio Energia S/A deveria iniciar as obras para contratação de pessoal, estudos arqueológicos, armamento de materiais encontrados, consulta a órgãos públicos e à sociedade, proteção de áreas e aquisição de materiais etc. Dez anos, em 2007, a Lei 1776 burlava a Constituição, ou silenciaram, pois ela se tornou um “monstrinho” que adulterou tudo, por ordem do então Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Não podemos aceitar que essas adulterações sigam agredindo o ato sério e consequente do Desembargador Souza Prudente. É possível salvar o que nos resta da mais isolada ferrovia do mundo. Para concluir, sugerimos Dr. Dandolini, Dr. Augusto, Dra. Maria Alice, sugerimos mais alguns advogados que estão muito preocupados com esta causa do patrimônio histórico, entende? Nossa sugestão uma emenda da Constituição, por quê? Sugerimos nesta ocasião, nesta Audiência Pública, que esta Assembleia Legislativa, nossa nobre Casa do Povo. I. Ofereça emendas com o propósito de criminalizar os responsáveis por os danos até hoje constatados.

II. Ao mesmo tempo, exigirem respeito à integridade do patrimônio, conforme determina a Constituição. III. Coronel Neri, grande defensor. Que se crie um mecanismo que impeça a lavagem de dinheiro em nome da Ferrovia Madeira-Mamoré. Agradeço a todos, muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes da palavra da Sua Excelência Senhor Deputado Hermínio Coelho, quero registrar também a presença do Doutor Everton Alexandre, Advogado da Associação dos Ferroviários da Madeira-Mamoré.

Senhoras e senhores, como eu falei no início, claro toda metodologia do Excelentíssimo Senhor Deputado Hermínio Coelho, mas nós vamos limitar o tempo de fala tendo em vista nós termos muita gente para falar. Que bom, todos terem voz dentro da Casa de Leis. Então, Sua Excelência vai começar a chamar aos que se inscreveram para fazer uso da palavra.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Passo a palavra agora para o George Telles de Menezes, Vice-Presidente da Associação dos Ferroviários da Madeira-Mamoré.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – o George, inclusive vai se encontrar dentro de instante com o Ministro do Turismo e já leva a nossa problemática.

O SR. GEORGE TELLES DE MENEZES – Bom dia a todos. Quero parabenizar aqui nosso Deputado Hermínio, louvável por esta Audiência Pública e alguns complementos aqui que foram feitos pelo arquiteto Luiz Leite. Cumprimentar toda a Mesa, o Advogado Dr. Antônio, Dra. Gisele, o Ismael do SPU e a do IPHAN, Delma. Bom, gente, aqui é rápido que eu tenho uma reunião com o Ministro do Turismo, ele está aqui em Porto Velho com a Deputada Marinha Raupp, as tratativas de recursos para o Completo Ferroviário. Bom, a minha fala aqui, Deputado Hermínio em questão ao abandono que se encontra o complexo ferroviário surgiu a decisão do Desembargador de indeferir a concessão de 20 anos, isso é uma vergonha, parece que nós não temos gestor para revitalizar o completo ferroviário de longas datas que vem ocorrendo situações desagregáveis, a Associação teve que procurar o MPF, e o MPE. Em relação a Dra. Gisele, tem várias reuniões na SESDEC não se resolveu nada. Então com a ação civil pública deu uma despertada no Poder Público. Agora o maior critério Dra. Gisele para se revitalizar um patrimônio histórico é respeitar a portaria 231/07 e o decreto lei 2137 aí sim, nós vamos conseguir revitalizar esse maior complexo aqui construído na Amazônia Legal. Agora nada adianta deputado Hermínio, uma situação aqui, revitaliza e restaurar se não fizer a orla, se não fizer a orla nós vamos ter um patrimônio dentro do Rio madeira. Então essa é a minha fala, sou muito cauteloso no que falo, até por que trabalhei oito anos com o falecido deputado federal Eduardo Valverde, o senhor sabe disso deputado Hermínio, o carinho que ele tinha com o complexo, hoje ele não está aqui, mas a gente tem que tomar iniciativa de resolver as tratativas, não é resolver problema, é resolver o problema do complexo ferroviário. Tivemos aí essa construção da hidrelétrica, faltou visão dos nossos políticos na bancada federal de resolver a questão disso aí. Sabia que ia construir o maior empreendimento e a orla? Como o Luiz Leite falou agora, o dinheiro foi por rolo abaixo, está aí a lava jato, as consequências são da população de Porto Velho. Muito obrigado deputado Hermínio, e a luta continua.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado George, essa questão do muro de contenção tem que existir por que o que você falou é real. Infelizmente isso aí era para ter sido feito era antes, mas era aquilo que a gente sempre denunciou, eles vieram e resolveram os problemas deles e de alguns aqui no Estado e no Município, infelizmente o Estado e principalmente nossos, quem mora aqui próximo ao Madeira tanto de Guajará-Mirim a Calama é que sofreram as consequências e continuam sofrendo. Mas essa Audiência é exatamente para isso, é para que a gente no final busque encaminhamentos aqui para pelo menos lutar, para depois num dizer aqui, mas é que essa luta ela vem de muito tempo. É uma, você citou o Valverde, o Valverde era um dos poucos políticos nesse Estado que realmente se preocupava com essas questões, infelizmente perdemos cedo.

Passar a palavra agora para o Elias Soares, que é membro da AMMA. Pedir a todos que como tem bastante gente inscrita e como nas Audiências que a gente propõe eu gosto de dá a palavra para todo mundo, que as pessoas sejam bem objetivas e a Dra. Gisele aqui vai ser a última a falar. A senhora que vai fechar a nossa Audiência.

O SR. ELIAS SOARES – Bom dia a todos, em nome de Sua Excelência deputado Hermínio Coelho quero cumprimentar a Mesa em nome do arquiteto Luis Leite, esse grande lutador pela preservação da nossa história, quero cumprimentar a todos os presentes. Meu nome é Elias Soares, nasci em um vilarejo hoje conhecido como município de Guajará-Mirim, no território de Rondônia em 1959, por volta de 1965 vim morar na cidade Porto Velho, aqui fui crismado, batizado na Catedral do Município de Porto Velho, a mesma que se encontra na frente da Prefeitura de Porto Velho. Tenho uma linguagem simples. Sou povo, sou filho de Rondônia. Ah! Que saudade que tenho das viagens que eu fazia de Porto Velho à Guajará-Mirim, era lindo e inesquecível. Um dia acabaram com nossa querida estrada de ferro, lembro era adolescente. Diziam, por que era uma ditadura. Foi triste, muito triste. Ninguém se conformou. Nós rondonienses e rondonianos, sentimos amor-adaçados, com as mãos e os pés amarrados, impotentes diante das crueldades que vem acontecendo dentro da nossa terra dos danos contra os nossos patrimônios históricos, porque estão destruindo? Quem dá este aval? Eu falo do meio ambiente e da nossa ferrovia Madeira-Mamoré, e quem faz isso? São as autoridades eleitas para defendê-los, para protegê-los, são algumas instituições que estão à mando dos destruidores, vejam os senhores um governador de Rondônia ajudou a trazer as hidrelétricas e outro em seguida criou uma Lei 1776 e essa adulterou a Constituição do Estado de Rondônia, nossa e essa Magna, isso teve uma consequência criminoso, juntamente com alguns políticos e instituições colocaram uma hidrelétrica dentro da cidade de Porto Velho, a Santo Antônio, agrediram o meio ambiente, pior, arquitetaram um plano para que nunca mais voltasse o trem, a Madeira-Mamoré. Alguns anos depois ela foi reativada, lembro como se fosse hoje por volta de 1980 eu era Soldado do Exército e ajudei a limpar os trilhos. Estava chegando a democracia, ficamos felizes, mas mandaram destruir o rio Madeira, assim vieram as hidrelétricas, engasgou o rio, o Madeira ficou em fúria, arrancaram o trem, arrebutaram as margens desse, retiraram os trilhos colocaram para debaixo d'água para colocar as hidrelétricas, tudo desapareceu, tudo foi para debaixo d'água, nos silenciaram, aliás como falei nos amordaçaram, pior criminalizaram quem lutou como nós para volta do nosso trem, pior foi pedida a prisão dos lutadores dando força para nossa história, nosso patrimônio

histórico. Desculpe, senhores, foi pedida a prisão dos defensores da lei, dos defensores da volta do trem, da sua reativação, inverteram o jogo, quem corrompeu levou muita grana, agora publicado na imprensa graças a Lava-Jato está impune, os amigos da Madeira-Mamoré estão indo para a cadeia. O cidadão honesto exige respeito pela nossa terra e nossas origens, estão sendo criminalizados, essa instituição de defesa da cidadania deveria defender o povo. Por isso eu Elias Soares, membro da AMMA desde 1980. Peço que seja feita uma moção que não criminalize mais inocentes. A honra não pode ficar do lado dos infratores da lei como está acontecendo, com o Sr. Luiz Leite de Oliveira, Eliênio Menezes e Germano, os verdadeiros lutadores pela nossa história, os infratores burlaram a lei, acobertaram os criminosos que destruíram tudo, mas é preciso silenciar, nos expulsaram da Ferrovia Madeira- Mamoré, e incriminalizaram como disseram os inocentes, o tempo urge suas excelências. Percebemos que nossa constituição e a lei de proteção, estão brutalmente rasgados e ninguém se importa com isso, por isso, é importante essa audiência nesta Casa do povo, a AMMA e nós temos essa oportunidade. Rogamos a esta Casa de Leis que adote as medidas cabíveis urgentes, para salvaguardar nossas histórias, nossa E.F.M.M, totalmente submersa devido aos danos ambientais causados pelas hidrelétricas e ninguém se importa com isso. Assim, senhores, nossas heranças históricas são destruídas e apagadas das nossas memórias. Vou dizer uma coisa bem forte, não dá para aguentar, segura coração. Parem de roubar em nome da E.F.M.M. Mas respeito com a lei. Elias Soares, filho de Porto Velho.

O SR. HEMINIO COELHO (Presidente) – Obrigado. Obrigado ao senhor Elias, pela fala. Passar a palavra para o Manoel João Madeira Coelho; é ativista independente.

O SR. MANOEL JOÃO MADEIRA COELHO – Senhores, bom dia a todos. Vou direto ao assunto antes eu que esqueça tudo. Bem, vou começar, vou dizer o seguinte, as instituições públicas de Rondônia estão com grande problema de saúde, elas têm mal de Alzheimer, elas têm um problema sério, porque elas esqueceram tudo o que aconteceu nos últimos anos, o que elas acertaram; o que elas deveriam ter obrigado a fazer, todas as burlas e trapaças têm efeito até hoje para que nada tenha acontecido com a E.F.M.M e demais patrimônio histórico arqueológico e museológico. O que a gente vê por aí fora é destruição, abandono. Tudo acabado, arrebitado por aí a fora de cabo a rabo e por que tudo isso está desse jeito hoje? Estamos em 2017, que eu me lembre, para isto eu trouxe aqui um manual, para lembrar àqueles que têm o problema de mal de Alzheimer, inclusive as Usinas que fizeram o favor de acertar e assinar embaixo o que iam fazer em 2009 ou 2008, e esqueceram até hoje, enrolaram 09 anos e não fizeram. Os ministérios também que não tomaram atitudes em tempo certo, o IPHAN nem se fala, esse IPHAN, foi ele que pôs, colocou as contrapartidas a serem cumpridas pelas Usinas, cadê o IPHAN até hoje, passaram-se 09 anos, não fez nada, as usinas também nada. A Funcultural, esta é a maior desastre que eu vi até hoje que eu vi aqui em Porto Velho, é a mesma coisa que nada, não seve para nada, tem problema seriíssimo de Alzheimer também, andam falando coisas hoje aí, depois que caçaram a cessão de uso, que é coisa que inventaram, que não está escrito em lado nenhum, eles não sabem o que está escrito antes. Ora as coisas estão rolando há bastante tempo, na época do Sobrinho, foram feito as maiores partes das coisas, temos referências, propostas de projetos, essa é a verdade, muitos foram aprovados e nada andou para frente, só uma

coisinha aqui, acolá. E também, Mauro Nazif, bum! Nada. E aí, o Mauro Nazif tem um negócio interessante, andou fazendo negociatas com a Usina, nas costas dos processos de justiça que está judicializado, que era a Ferrovia de Porto Velho, a Santo Antônio. Essa história toda foi denunciada agora pelo vereador Aleks Palitot, o Ministério Público federal, que eu vou fazer questão de participar, que eu quero ver esse Dr. Mauro Nazif, entrar na reta. Ele não tem o direito, nem ele, nem o Hildon Chaves, não têm o direito de negociar o que não lhes pertence. Em 2008, o IPHAN impôs a Santo Antônio Energia uma série de medidas para que tivessem a licença de instalação. Essas medidas, é mais ou menos isso aí que diz aqui, o Consórcio MESA, na época, comprometeu-se a apresentar no prazo de 90 dias os projetos culturais de natureza mitigadora e compensatória relacionados com os impactos sobre o patrimônio cultural durante o processo de implantação do empreendimento. Eu estou lendo aqui um documento de 24 de julho de 2008, 90 dias fica dentro de 2008. Quaisquer obras de engenharia ou intervenção de superfície de solo, só poderão ser iniciadas após apresentação e análise desta GEPAN/ IPHAN dos relatórios do Projeto de Prospecção, Salvamento Arqueológico, concomitante ao cronograma de obras. O que se vê é que todo mundo está querendo burlar isso aqui. O processo que está, que é o mesmo processo da Justiça Federal, do Ministério Público Federal, do Cemitério da Candelária, está o maior quebra-quebra. O próprio IPHAN chegou a dizer que não era necessária prospecção arqueológica. Mas é claro que é! Ninguém conhece o Cemitério da Candelária. Nunca fizeram prospecção lá. Não tem a cota certa, por metro, onde começa e onde termina. Como é que alguém pode fazer uma obra num local que não conhece direito? Em 2008 o IPHAN prometeu uma obra ridícula lá no Cemitério da Candelária. Em 2013 eu denunciei ao Ministério Público Federal. Em 2013 ainda ou 2014, o Ministério Público Federal, Dra. Gisele, pediu a colaboração do Ministério Público do Estado para que fizesse uma inspeção, auditoria nessa obra do IPHAN 2008. Todas as minhas denúncias foram comprovadas e mais que apareceram, conforme a documentação. Foi provado que o IPHAN cometeu um crime, várias irregularidades e que deveria ser alvo de processo e processo de improbidade administrativa, 2014, eu estou falando. Hoje estamos dentro de 2017, pergunta à Dra. Gisele se o Ministério Público Federal processou os gestores do IPHAN por essas irregularidades. Vai matar o mal de Alzheimer de muitos. E eu vou lembrar o que o Consórcio MESA, hoje a Santo Antônio, deveria ter feito: projeto de viabilização e reativação do percurso da linha de Porto Velho a Santo Antônio e museu da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; elaboração de um plano de manejo e revitalização das áreas onde se encontram as ruínas do Hospital, do Cemitério da Candelária e da Igreja Santo Antônio; projeto de construção e implantação de um centro de cultura das nações indígenas impactadas pela construção da linha férrea para preservação do seu patrimônio cultural; projeto de construção e implantação de um centro de memória dos trabalhadores da Estrada de Ferro; revitalização do cemitério de locomotivas, abrangendo restauração, material rodante, cobertura e proteção, blá-blá-blá, sinalização turística cultural; inventário, inventário e resgate do patrimônio ferroviário fixo e rodante nas áreas a serem impactadas. Olha bem, isto foram as contrapartidas em geral. Junto com essas contrapartidas foram criados Termos de Referência, para cada área de uma contrapartida, criaram um Termo de Referência. Para cada Termo de Referência criaram vários projetos, isso em 2009. Em 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, cadê os

projetos? Andam falando um monte de merda: “Ah, que a gente faz por uma emenda parlamentar nos trens”. Ora, não tem que por coisa nenhuma, quem tem que arrumar é a Santo Antônio energia, está aqui escrito. Vou ler: A Estrada de Ferro, avaliação, a viabilidade técnica, econômica e gestão do documento elaborado pela ABF – Associação Brasileira, muito bem elaborado, fala-se em Santo Antônio, função da qualidade técnica, fala sobre a viagem a Santo Antônio da ferrovia. O Projeto Memorial Candelária, projeto já aprovado pelo IPHAN, que eu só estou lendo de 2008, diz que o projeto já foi aprovado, 2008, que se refere à construção de um monumento de concreto armado, blá-blá-blá. Termo de Referência para a construção de um centro de triagem; projeto Madeira-Mamoré que prevê a revitalização do pátio ferroviário. O estudo e o projeto foram elaborados pela equipe de arquitetos da Prefeitura e contempla os seguintes itens: recuperação dos 03 armazéns existentes, que passarão a funcionar como restaurante, sala de espetáculos e sala de cursos; restauração da antiga estação ferroviária; restauração da antiga casa de força e adaptação para funcionamento do centro de atendimento aos turistas. Sim senhor, fizeram lá um grande turismo. Na revitalização da Estrada de Ferro, no tempo do Sobrinho, pegaram tudo quanto era acervo móvel e jogaram ao lado da casa de força, ao lado das oficinas. Está tudo abandonado lá, até hoje no meio da lama e do mato. Peças tombadas, ninguém faz nada, ninguém fez nada. A Funcultural não faz nada! Então é brincadeira, não é? Estamos falando de quê? Adequação do pátio ferroviário para implantação de um grande museu aberto com exposição do Mata Rodante, galpões, oficinas dos bens restaurados. Revitalização de toda área do pátio ferroviário com implantação do Projeto Paisagístico, instalação do mobiliário urbano e já em execução as melhorias do que há diferente. A Prefeitura contratou, agora vamos entrar na história. É um absurdo, o pessoal não tem vergonha na cara, quem acerta essas coisas não tem vergonha ou então pensa que lá fora, que é realmente, enquanto que as instituições tem o problema do Mal de Alzheimer lá fora a população tem um problema tomaram água de mais com rivotril para aceitar tudo o que a política manda, tudo que decidem mesmo que esteja errada está todo mundo que nem carneirinho, raposas tomando de conta do galinheiro, nada sai, agora a Lava Jato diz: os propinas da Santo Antônio Energia para os Deputados, para os Senadores foram mais gastos, mais de milhões do que nas contrapartidas. Ó, foi a Lava jato que disse, não foi eu que investiguei, certo? A Prefeitura contratou a museóloga Célia Corsino para desenvolver o Projeto Museográfico/museológico. De acordo com o estudo realizado todo o pátio ferroviário será transformado num grande museu aberto com material rodante exposto ao ar livre, instalação de um Museu na antiga Oficina e reativação da linha de trem que partiria Porto Velho com destino a Santo Antônio com parada na Vila da Candelária. Esta Vila da Candelária se é vila mesmo, também gastaram ali Projetos e mais Projetos e muito dinheiro, deve está embargada a obra desde a época do Sobrinho, só pode porque está um lixo aquilo ali. Torraram o dinheiro, sabe-se lá onde é que está o dinheiro? No meu bolso não está. E lá também no chão também não está. Bem, sobre este Museu é outra pouca vergonha isto aqui, isto aqui é um documento de 2008, para quem tem Mal de Alzheimer, principalmente, a FUNCULTURAL eu tenho que dizer o seguinte, em vez de ficarem inventando histórias, quem sabe até requeitando Projetos da época de Sobrinho, porque que não consultam a internet? Na internet, por exemplo, o processo, o projeto, o Termo de Referência desse Museu, de tudo o que envolve está na internet, no site do IBAMA,

bonito, não é? IBAMA. Está lá bonito, todinho, bem discriminado de cabo a rabo tudo o que era para ter sido feito. Sabe o que é que diz lá em 2010: Projeto aprovado pelo IPHAN e pela Prefeitura. É. Se aprovado, jogar tudo na sucata vira lixo, ferverugem como a gente está vendo hoje, eu acho que eu voltei no tempo, sabe. Eu entrei no túnel do tempo errado porque eu estou lendo aqui que era para está tudo bonito hoje, e eu voltei hoje olha lá como é que está lá aquela sucata, aquele ferro velho tudo lá abanando na cara de todo mundo e todo mundo faz de conta que não vê. Afinal de histórias, o que é que o IPHAN faz aí em Porto Velho? Nove anos passaram tudo isto aqui, parte disto nada sai. Vamos para a Justiça, está lá, eles entrando com recursos. A Santo Antônio Energia entrando com recursos, o Estado, o talvez o maior traidor da história de Rondônia seja o Estado, entrando com recursos e dando sugestões ridículas, tipo: plantem bambu chinês para acabar com o desbarrancamento. Piada, não é? Ainda gozam, tiram sarro da gente, dos moradores patrimônio histórico, bambu chinês, que piada, não é? Então, o que é que estão fazendo que nada sai? Só recursos, recursos, aí vamos voltar a história do trem. Eu me lembro em maio do ano passado eu estava na Audiência Pública com o Dr. Dimis, inclusive, o advogado do Santo Antônio Energia Dr. Kussler, estava na minha frente, ele até deu um rodopio na cadeira. Eu naquele mês de maio do ano passado Nação Pública que estava discutindo o cumprimento da contrapartida para a implantação do Trem de Porto Velho a Santo Antônio, o mesmo advogado inicialmente se levantava e dizia, se eu tiver errado me corrija, por favor, já faz mais de ano e eu não tenho Mal de Alzheimer ainda, não é? Mas, o Dr. Kussler, simplesmente se levantava e dizia: Dr. Dimis, Excelência, mais ou menos isso, a Santo Antônio Energia quer cumprir com as suas contrapartidas. Mas algumas palavras aqui, acolá de repente ele fez o seguinte: apontou na Mesa a Superintendente do IPHAN, Dona Mônica Castro e disse: A Santo Antônio Energia, já apresentou projeto da Ferrovia de Porto Velho a Santo Antônio faz tempo. Só que o IPHAN não retornou até hoje o parecer. Conversa para cá, conserva para lá o Dr. Dimis, tendo em consideração que o que estava em disputa era o projeto e o IPHAN não tinha devolvido ele ainda com parecer, o Dr. Dimis Braga, Dr. Dimis da Costa Braga, determinou uma nova audiência para agosto para que tivesse tempo o IPHAN de botar o tal do projeto. Note-se, é importante, em maio na primeira audiência a Prefeitura municipal de Porto Velho, se acovardou, não apareceu, fez de conta que não tinha nada porquê? Dr. Kussler, também vai lembrar se eu estiver errado, ele me corrige. O quê que eu falei no “dia” de maio? A Prefeitura FUNCULTURAL deve está com problema de identidade, pois a Superintendente da FUNCULTURAL, é uma das advogadas que defende a Santo Antônio Energia. Então, como é que é possível uma pessoa que advogou para empresa e que está no JUSBRASIL o nome dela correndo para todo lado, ser Presidente da FUNCULTURAL. Mas tem mais, quando chegou em agosto o quê que aconteceu? A Prefeitura que não tinha aparecido em maio, pede na última hora, eu fui um dos que fiquei lá chupando o dedo; o Dr. Dimis atendeu uma petição, se é que aquilo é petição, porque aquilo parecia um documento de criança, duas linhas que dizia simplesmente o seguinte: A Prefeitura está pedindo para resignar a audiência porque está em tratativas com a usina. Opa, tratativa? Quando eu leio tratativa já mudei para outro nome. O quê que aconteceu? Começa a história, a burla, ou será que discutirem nas costas de um processo que está em andamento na Justiça Federal é normal? Fazer negociatas por trás é normal? Se em maio eles já tinham entregue o projeto e o IPHAN não tinha devolvido,

em agosto chamou em tratativas. Quando chega na eleição um dos candidatos diz: não vai ter mais Estrada de Ferro de Porto Velho a Santo Antônio, vai virar trinta milhões para aplicar no complexo, de novo. Quando chega agora este ano, o Dr. Hildon Chaves continua a negociata. Ele não é dono da Madeira-Mamoré e muito menos a Prefeitura tem domínio dela. Onde era para ter domínio que era o Cemitério da Candelária, eles deixam aquilo no mato, na selva, floresta amazônica e querem uma cessão de uso quando nunca fizeram nada, a não ser destruir, acabar e fazer cambalachos com as verbas das usinas, maquiagens, nada foi feito. Eu pergunto: se tem alguém aqui da FUNCULTURAL, que eu duvido que ele saiba responder, se tem uma cessão de uso, sendo um órgão público, tem que ter orçamento para área. Qual era o orçamento que a FUNCULTURAL tinha para dar manutenção, conservação e todo o resto da cessão de uso que tinha no complexo. Já viu alguma vez um órgão público querer dar conta de alguma coisa e não ter o valor orçado? Sessão gratuita, gratuita uma ova, gratuita porque não paga aluguel para União; mas tem que arcar com o dinheiro da manutenção e tudo. Eu me lembro que aconteceu um caso lá em Santo Antônio, até hoje a Santo Antônio Energia fez o fácil, foi construir. Aí depois o quê que aconteceu? Quando foi na hora deles entregarem a obra, ninguém assumiu nada. Dois anos eu estou aqui, careca, cansado de andar tantos quilômetros nesta linha, eu dava até para voltar para Portugal de tantos quilômetros que eu já andei aqui. Conclusão, ficou abandonado dois anos, dois anos abandonado um complexo de quatro milhões de reais. No primeiro temporal, a oca, que chamam oca de índio, voou, sumiu, desapareceu e até hoje está lá o buraco. O que salvou em parte aquilo ali foi o Memorial Rondon, historiadores, o Júlio Olivar e o Comando Militar que levou, ocupou uma parte do Santo Antônio com o Museu Memorial Marcos Rondon. Mas está tudo abandonado no resto. Eu me lembro de que o SPU pediu da Prefeitura documentos que eles queriam ter área, e a Prefeitura até hoje é piada, essa Prefeitura só sabe contar piada, eles deviam ser comediantes, deveriam virar comediantes. Eles apresentaram uma proposta de doze mil reais para cuidar do Memorial Complexo Turístico de Santo Antônio, doze mil reais por ano, mil reais por mês, não paga nem o vigia, que palhaçada, né. Aí eles querem a cessão por cinquenta anos, o que é isso? É palhaçada é? Madeira-Mamoré Railway Company de novo, quase sessenta anos...

O SR. HERMÍNIO Coelho (Presidente) – Senhor Manoel, não querendo atrapalhar e já atrapalhando, por mim eu ficava o dia ouvido o Senhor, mas tem doze pessoas inscritas para falar.

O SR. MANOEL JOÃO MADEIRA COELHO – Portanto a sessão de uso é o seguinte: é um absurdo, isso não é um prediozinho, não é uma casa que se aluga para outro, o patrimônio histórico público é de responsabilidade dos três Poderes a União, o Estado e a Prefeitura, são responsáveis solidários pela sua proteção e garantia. O que está acontecendo aqui? Todo mundo caindo fora arrumando um abestado para tomar de conta, aí chega lá o abestado na Prefeitura, por que abestado? Ora, se a responsabilidade é dos três poderes, não querem fazer nada, paguem a cota deles, porque só a prefeitura tem que pagar por ela e pelos outros dois? Se for para dividirem os três, pagar para manter a manutenção, conservação e os projetos em andamento? Por que só a Prefeitura tem que pagar? Por que só o povo de Porto Velho tem que pagar? Por que a União não paga? Por que o Estado não paga? Se eles são responsáveis por isso tudo. Cessão de uso é só complexo,

a gente tem uma Estrada de Ferro de Porto Velho a Guajará-Mirim, como é que a gente fica? Quem é que vai dar conservação e manutenção a toda Estrada de Ferro desse jeito? Essa palhaçada da prefeitura quer não tem dinheiro, que não tem verba, não tem capacidade técnica e nem deve porque é dos três que devem ter. Eu sou a favor que haja uma gestão compartilhada, se querem acabar com esse problema, enquanto tiver desse jeito, nunca vai dar em nada, vai continuar tudo jogado as traças, a prefeitura nunca vai ter dinheiro para manter tudo conservado nem que seja até Santo Antônio, não tem. E esses tais de royalties que o Prefeito Hildon Chaves falou que ia por uma cota, até agora ele não falou nada. Para ser verdade os royalties Deputado Hermínio, que já até me olhou assim de lado, aposto que ele nem sabe quanto são os royalties, quanto é que o Estado está ganhando, quanto que a União está ganhando? Quanto que a Prefeitura está ganhando? E onde e como estão a gastar.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Senhor Manoel, agradeço...

O SR. MANOEL JOÃO MADEIRA COELHO – Só a primeira aqui, os royalties, a prefeitura em 2017, este ano, site da ANEEL, está aqui dizendo que em 2017, em quatro meses a prefeitura recebeu vinte e dois milhões de reais, em 2016, cinquenta e trem milhões de reais, em 2015, cinquenta milhões de reais. Então, se eu estou falando em prefeitura, eu devo entender que o Estado também recebeu a mesma verba porque os royalties são pagos pelas usinas, são pagas, depositadas no Tesouro Nacional, o Tesouro Nacional, depois faz o rateio na cota de 45% para Estado e Prefeitura e 10% fica para a União, e é repassado para Prefeitura e União. O interessante disso, para vocês entenderem os valores, eu fiquei preocupado com o seguinte, quem é que fiscaliza esse valor pago ao Tesouro Nacional? Quem é que fiscaliza isso? É o Governo também que está fiscalizando os royalties, arrecada o faturamento de energia, ora temos duas usinas idênticas. Tem umas mensagens aí da própria Santo Antônio Energia, que diz que os royalties deveriam atingir a cento e vinte milhões, cento e vinte milhões ano, ora se a gente tem duas usinas idênticas, deveria dar os duzentos e quarenta milhões ano. No entanto, olhando este valor aqui de cinquenta e três milhões do ano passado, das duas uma, ou as usinas. Não, não foram nem construídas, estão na metade ou então alguém está passando a mão em metade da arrecadação porque a conta total de produção de energia numa conta de oitenta reais que duvido que seja ainda, dá mais de quatro bilhões e meio de reais ano, as duas Usinas quatro bilhões e meio de reais ano de faturamento, é só fazer a conta, setenta megawatts cada turbina vezes hora, vezes vinte e quatro, vezes trezentos e sessenta e cinco dias, vezes dois. Então alguém tem que saber como é apurado este valor se está de acordo com o diz a lei dos royalties. Por que esse valor não está combinando já que as cinquenta turbinas estão funcionando e as de Jirau também o valor deve ser bem maior. Eu acho que é só isso.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado seu Manoel. Seu Manoel essas questões aí vamos apurar isso aí, vamos investigar isso aí, sobre essa questão dos royalties, das denúncias que o senhor fez aí. Obrigado pela fala. Eu vou pedir... porque tem 12 pessoas inscritas eu quero que todos participem, por isso que vamos ser mais objetivo na fala, é lógico que foi muito pertinente tudo o que o senhor Luis falou aí, ele não falou nenhuma mentira, principalmente em rela-

ção ao que foi assinado no papel os compromissos entre Prefeitura, Estado e os consórcios aí, e que infelizmente não cumpriram com o que foi combinado.

Passar a palavra agora para Dra. Flávia Barbosa, Promotora de Justiça, 21ª Promotoria de Justiça do MP.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Enquanto a doutora encaminha para fazer uso da palavra registrar a presença da senhora Margarete Lopes Legal, Gerente Administrativa da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

A SRA. FLÁVIA BARBOSA – Bom dia a todos, eu queria ser bem objetiva como o Presidente está pedindo. Então cumprimento todos os presentes em nome do Presidente, deputado Hermínio. E eu queria ser bem objetiva com relação ao que o MP tem a falar por que na realidade nós temos MPF, MPE, uma série de ações judiciais debatendo a questão do patrimônio histórico, não só da Estrada de Ferro, mas de outros patrimônios. E com relação ao objeto dessa Audiência Pública que é a cessão, propriamente foi isso que foi o convite a cessão ou da administração da Estrada de Ferro essa questão foi tratada numa ação que requereu que tem como pedido final a anulação de contrato de cessão de uso entre a União e o município, a ação é de 2015 e fundamentou-se a época no descumprimento de todas as cláusulas que o município tinha se comprometido a cumprir e no próprio abandono que estava aquele patrimônio histórico. A cessão previa restauração e revitalização da Estrada de Ferro e em especial a recuperação dos galpões e a urbanização da área do centro de Porto velho. É cediço que isso não ocorreu e foi esse o fundamento para o pedido de anulação a época. Recentemente na decisão de um agravo o TRF suspendeu esse contrato suspendeu, não anulou ainda por que não foi dado a sentença de mérito, a sentença final e atualmente a União concedente é que tem a administração do complexo. Dito isso por óbvio a União terá que definir a parte daí, agora está suspensa esse contrato de cessão, a União tem a administração e tem que definir se irá administrar o complexo ou irá ceder novamente. Eu acho que a União está aqui representada pela SPU, e poderá esclarecer objetivamente essa questão, qual é a pretensão, nós sabemos que a gente vem tratando dessa questão administrativamente também fora do processo, o município tem interesse em renovar ou fazer uma nova cessão de uso para administrar o complexo e se a União não tiver condição, o interesse em administrar deverá ou poderá ceder novamente ou encontrar uma nova forma de administração. Essa forma de gestão compartilhada eu estava nessa mesma audiência que o seu Manoel se referiu aqui e nessa audiência foi inclusive discutida essa possibilidade de gestão compartilhada. E eu me recorde na ocasião que inclusive foram feitas várias ponderações sobre os benefícios e eventuais entraves para essa forma. A gestão compartilhada entre três entes; União, Estado, e Município evidentemente traz um risco muito sério de que a responsabilidade nunca vai ser de ninguém, ninguém vai assumir essa responsabilidade. Então a União deve definir essa forma de administração o que, então o MPF, o Ministério Público estadual pediu no processo foi a anulação desse contrato que está suspenso agora, mas estava vigente por descumprimento pelo município. Acredito que a União vai encontrar ou vai se debruçar com muita seriedade sobre o tema e achar a melhor forma, e todos nós nos preocupamos, algumas questões que foram aqui ponderadas só para esclarecer não é o objeto da audiência pública, mas estão ajuizadas, são objetos de ações, essas ações são públicas qualquer um pode consultar, com relação as condicionantes que é

o objeto da mesma ação onde se pede a anulação do contrato de cessão de uso também está se requerendo o cumprimento das condicionantes pela Santo Antônio Energia, a Santo Antônio Energia e outros requeridos já se manifestaram no processo, o processo se encaminha para finalização, as condicionantes foram impostas, são constantes realmente do processo de licenciamento e nesse período realmente a gente conversa e reúne entre vários entes, obviamente pelo menos da parte do Ministério Público do Estado, da parte do Ministério Público Federal sempre com o objetivo de tentar resolver ou solucionar a questão até através de acordo sim porque qualquer acordo talvez diminuísse o tempo de cumprimento e revitalização desse patrimônio histórico. Então, eu continuo acreditando que pode haver uma solução consensual, uma solução acordada que diminua o tempo do bem que se pretende que é a conservação, a recuperação do patrimônio histórico. Mas à par disso aguardamos o deslinde, o desfecho de todas ações que foram ajuizadas com esse objeto de proteção do patrimônio histórico. O Ministério Público Estadual está à disposição como já atendeu diversas pessoas e diversas pessoas aqui presentes para elucidar a questão dessas ações, as iniciais estão todas aqui comigo com relação ao patrimônio histórico, essas iniciais já foram enviadas para a Câmara de Vereadores que pediu, já foram enviadas para outros entes, para outros representantes aqui, estão todas digitalizadas, quem tiver interesse com os números do processo o que está ajuizado não cabe aqui também alongar na discussão porque é objeto das ações e será decidido na seara própria. Eu quero agradecer a oportunidade de... A gente também há pouco tempo estava discutindo patrimônio histórico na Câmara, espero que todos esses esforços do Poder Legislativo Estadual e Municipal gerem algum efeito positivo na solução dessa questão. Muito obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado à senhora Dra. Flávia, obrigado por ter vindo e estar aqui contribuindo na discussão. Realmente esta audiência foi convocada para discutir essa questão, mas qual é a preocupação nossa? É exatamente isso, a gente quer, porque se o município, o Estado se estivessem cuidando cumprindo o seu papel e cuidando bem da questão não estaria... Infelizmente a discussão nossa aqui é porque não pode ficar do jeito que está e a gente sabe o trabalho dos nossos Ministérios Públicos tanto Estadual como Federal, o que eles têm feito, infelizmente o Ministério Público não pode resolver sozinho, ele faz o papel dele como tem feito muito bem e infelizmente depende de muitas coisas.

A SRA. FLÁVIA BARBOSA – Aliás, deputado, só para... Quando os Ministérios Públicos Federais ou Estaduais chegam a agir é porque infelizmente nada funcionou mesmo anteriormente, se funcionar a gente realmente não precisa agir, é um remédio de última instância.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Sim. Mas aqui nada impede da gente falar tudo que for referente ao patrimônio, mas é importante que a gente seja bem objetivo para que não fique tão cansativa a sessão. Passar a palavra aqui para Eliana Menezes, Presidente do Conselho de Administração – AMMA.

A SRA. ELIANA MENEZES – Eu vou ser objetiva e vou ocupar o meu tempo de 05 minutos. Bom dia a todos. Meu nome é Eliana Menezes, sou Presidente do Conselho de Administração da AMMA. Quero aqui registrar o meu agradecimento ao Deputado Hermínio Coelho por conceder esse espaço para deba-

termos toda essa celeuma. Infelizmente, não é a primeira vez, não é a segunda, não é a terceira, inúmeras vezes estivemos aqui, hoje eu me sinto confortável em falar que eu vejo as instituições de Joelho para as hidrelétricas, porque tudo se faz sem resultados, infelizmente aqui estamos discutindo o prejuízo do 'tal progresso' entre aspas, e que muitos denominaram nós membros da AMMA como 'meia dúzia de gatos pingados' que estavam atrapalhando as instalações da Usina no Rio Madeira. Várias audiências públicas aconteceram que, no meu ponto de vista, essas audiências só serviram para pegar assinaturas para avaliar todos os erros que estão acontecendo aí e, a constituição do Estado no seu artigo 264, simplesmente foi rasgada por essas grandes empreiteiras na Usina Rio Madeira para atender a vontade de alguns políticos e das grandes empreiteiras. Conseguiram destruir a dignidades dos povos ribeirinhos que, até hoje brigam na justiça pelos seus direitos negados. Essa audiência aqui está sendo realizada para discutir a gestão da prefeitura dentro da Ferrovia que, no caso é a suspensão da portaria 156, que foi mais uma consequência dessa imposição que nos foi submetido, onde conseguiram no ano de 2007, com projetos mal feitos, com erros gravíssimos, descaracterizar todo o nosso patrimônio histórico. Isso eu não falo aqui, tem uma nota de recomendação do MPF, a 007/2012, que o próprio procurador diz: "erros gravíssimos nos projetos" e a história foi alterada por projeto mal feito. Poxa! Se a história foi alterada pelo projeto mal feito e as instituições, que eu tenho documento, tudo que eu falo eu provo, as instituições acompanhando passo a passo do projeto, como é que no final ela diz que o projeto é mal feito? As Usinas do Rio Madeira foram construídas em cima de estudos e laudos e ações judiciais que condenavam sua construção. As instituições honradas ficaram engessadas frente a essas empreiteiras e, que hoje, está sendo alvo de inúmeras denúncias na operação Lava Jato. A AMMA, em 2007 e 2008, enviou um relatório técnico para a Presidente Dilma e o Presidente Lula, inclusive, narrando o que hoje a gente está discutindo aqui, o que eu e o Dr. Luiz Leite levamos? Um processo judicial criminal sentenciado com prisão para simplesmente amordaçarem a AMMA para a gente não falar. Mas veja bem, hoje eu me sinto muito confortável, por quê? A minha sentença está aí, já fui condenada pela 2ª vez, o Dr. Luiz Leite também, mas eu vou levar o caso a Corte Interamericana de Direitos Humanos para saber por que a justiça aqui não está defendendo o Estado e as pessoas que denunciam?! Por que a gente que denuncia é vista agora como um criminoso? Eu tenho ficha limpa, o Dr. Luiz Leite também, sou trabalhadora; por que estou sendo condenada e quem cometeu o crime está impune e rindo da nossa cara?! E a gente aqui e aqui falando, falando, falando e nenhuma medida concreta sendo tomada, ou seja, aqui é só teoria, porque na prática não funciona. E quero aqui em nome da AMMA, pedir à Assembleia Legislativa, em nome do nosso Deputado, o ingresso de uma ação judicial visando à construção de um muro de contenção, não adianta fazer outra portaria de concessão, empregar 20 a 25 milhões dentro da Estrada de ferro e esses 25 milhões mais uma vez vai estar no fundo do Rio Madeira. E quem tem que fazer isso, é as Usinas, ela teria obrigação antes de construir, fazer um muro de contenção na orla, porque a orla está desbarrancando, os ribeirinhos estão aí a mercê. O bairro pioneiro aqui da cidade, o Triângulo, as pessoas ficam pedindo esmola na Câmara para fazer alguma coisa, e o Judiciário, por que não faz? Então Deputado, eu queria pedir mais uma vez ao senhor, hoje a gente está entregando a proposta de uma emenda parlamentar, essa emenda parlamentar tem que está no artigo 264, porque é uma sanção, é uma infração,

esses agentes têm que pagar, porque eles cometeram aqui, e pedir também, eu não sei como o senhor poderia fazer uma ação ingressando contra as Usinas para fazer esse muro de contenção e, o Estado entrar com uma ação de reparação de danos morais contra todos os prejuízos que nós ficamos aqui na cidade, porque a cidade, hoje, infelizmente, eu não sou daqui, mas me sinto daqui, muita gente que é daqui não defende como eu levanto a bandeira aqui. Mas a cidade, hoje, infelizmente para ser a Capital do Estado de Rondônia está uma favela, um lixo, infelizmente. Muito obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (presidente) - Obrigada Eliana. Continuando aqui, passar a palavra para o Silvio Santos, o nosso Zé Katraca, representante da Federação dos Grupos Folclóricos de Rondônia – FEDERON.

O SR. SÍLVIO SANTOS (Zé Katraca) - Bom dia a todos. Deputado Hermínio, em nome de quem eu cumprimento toda esta Mesa e em nome do Português, grande defensor dessa causa, cumprimento todos os presentes nesta Assembleia. O que faria aqui o representante da Federação de Grupos Folclóricos, numa discussão de revitalização, de conservação, de preservação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré? Só lembrando que o Arraial Flor do Maracujá nasce no bairro do Triângulo, oriundo da Quadrilha Flor do Maracujá. Hoje não existe, Luiz Leite, você sabe disso, a casa do seu Joventino, ex-vereador, onde nasceu tudo isso. Nessas nossas danças folclóricas, onde o casamento da Quadrilha era feito, os noivos eram levados nos troles, nas cegonhas pelos trilhos da Madeira-Mamoré, mas não temos mais nada disso. Eu fui criado ali na Farquhar, uma vila de casa que existia em frente, hoje, ao mercado central, que foi a primeira vítima da revolução, em 1966 tiraram as nossas casas. Dr. Roberval Silva, interventor militar da Madeira-Mamoré, mandou derrubar e não deu mais nenhum terreno para a gente sair de lá não. Aí chega Oswaldo Piana, seu governo, e cria o Complexo da Madeira-Mamoré, destruiu um bocado de coisa e ninguém reclamou na época. Ficou bonito, inclusive eu bati palma para aquilo lá. É o que existe hoje lá, até hoje, é do Governo Piana. O anfiteatro, aquela praça, tudo ali, descaracterizou totalmente a entrada dos trens, a estação do trem, os trilhos, o caminho do trem aqui em frente Porto Velho, ninguém falou nada. Agora nós queremos fazer o quê? Levar de novo o trem até Santo Antônio. A nossa amiga da AMMA falou muito certo, enquanto não se fizer a contenção, nada vai poder se fazer na Madeira-Mamoré. Enquanto a Usina não assumir essa parte, que tem que ser obrigada a fazer isso, da contenção para parar o desbarrancamento do Madeira, porque nada ali foi provocado por enchente não, ali é o banheiro que derruba. E para quem olhar do barquinho lá, que a gente costuma passear, para trás, onde está o Museu, que são os galpões, por debaixo, em breve, vai arriar galpão com tudo, que está comendo lá, o barranco. O banheiro está levando por baixo. Se não houver esse muro, não vai se fazer nada. Não adianta a gente estar discutindo enquanto não se fizer isso. Não tem Ministério Público, não tem Justiça para obrigar, vão obrigar a construir, mas eles vão fazer como? Depois vai cair tudo de novo. Daqui a pouco nós vamos perder a primeira estação. Sabe qual foi a casa da primeira estação da Madeira-Mamoré? Foi onde é o plano inclinado, que é a única coisa que se conserva original até hoje, aquela casinha lá do plano inclinado, onde eu costumava ir para lá pescar e brincar nos troles, aquilo ali tem que se tomar conta porque é a única coisa que ainda existe original da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, é aquela casinha lá

que foi do plano inclinado, mas daqui a pouco vai embora também com o desbarrancamento. Por isso, senhores do Ministério Público, da Assembleia, todas as autoridades da Justiça, que possam fazer alguma coisa pelo nosso patrimônio histórico, exijam, obriguem, cobrem, não em indenização financeira para cobrir o Estado, para botar nos cofres, não. A construção desse muro de contenção, do banheiro, eu chamo banheiro, não é do rio não, é do banheiro provocado pelas comportas da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio. Vamos juntos, Luiz Leite e todos da Associação também dos Ferroviários, o Bispo já saiu, lutar e o povo de Porto Velho, por isso, para que a gente possa preservar não só a Madeira-Mamoré, mas a história do Estado de Rondônia. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Sílvio. Passar a palavra agora para o nosso Dr. Gustavo, advogado da AMMA e UNIR.

O SR. GUSTAVO DANDOLINI – Bom dia, Presidente Hermínio, que preside esta audiência Pública, em nome de quem eu cumprimento todos os demais membros da Mesa; sem exceção, cumprimentar as pessoas presentes aqui, servidores da Casa, enfim, pessoal de apoio administrativo. Dizer que essa condição de advogado aqui, ela vai ficar relegada mais a um segundo plano, em razão da minha análise aqui, como cidadão mesmo, como pessoa que, embora, tenha uma formação jurídica eu faço uma leitura um pouco mais política do problema e quero destacar a minha fala nesse sentido de forma bastante objetiva respeitando aí as demais pessoas. Eu cheguei em Rondônia em 99, estou aqui já alguns anos e a cena que mais me chocou negativamente foi a imagem da enchente de 2014 lá no Complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em que a gente ficou assistindo ali de forma, enfim, chocante, revoltante, aquele patrimônio sendo submerso pelas águas do Rio Madeira e a partir dali eu venho tentando de alguma forma dentro das minhas limitações ajudar o pessoal da AMMA com muito orgulho, com muita honra, especialmente as pessoas que estão à frente da AMMA o seu Luiz, a dona Eliana porque eu vejo que são pessoas que realmente se dedicam e tem um elemento ético que conduz essas pessoas na defesa desse patrimônio. Foi muito dito aqui sobre o artigo 264 da Constituição do Estado de Rondônia, eu vou até, não vou entrar no mérito dele, mas basicamente quando a Constituição tombou o patrimônio histórico ela criou através do tombamento que é um Instituto Jurídico um meio do Estado proteger o meio de tutelar aquele patrimônio riquíssimo de valor histórico imensurável. O que eu venho percebendo nas minhas reflexões que eu fiz nos últimos anos, a Constituição deu a salvaguarda jurídica, mas faltou o Estado e aí eu vou dar uma ênfase especialmente ao Estado de Rondônia porque ficou para o Estado de Rondônia essa responsabilidade inicialmente, faltou ao Estado dar concretude ao artigo 264, ou seja, há uma norma que gera uma obrigação, mas o Estado não construiu uma Política Pública, uma Política de Estado, repito, e não uma Política de Governo, a Estrada de Ferro nunca teve uma Política Pública, um Planejamento, uma gestão contínua, serena estratégica para gerir aquele patrimônio. Eu acho que essa ausência dessa gestão dessa estratégia, dessa política de longo prazo, de alguma forma contribuiu com essa situação calamitosa que nós estamos vivenciando hoje e aí dentro de um olhar mais de futuro, dentro de uma perspectiva de futuro o Sr. Luiz falou muito em consciência política na fala dele, eu acho que esta Audiência Pública Deputado Hermínio pode despertar em todos esses atores que estão aqui, inclusive na Mesa, nas pes-

soas que defendem com tanto brio esse Patrimônio Histórico, nós podemos tentar construir essa consciência política a partir de agora. Esse debate, ele não pode ser um debate reservado a pequenos grupos de pessoas, nós precisamos democratizar esse debate porque senão nós vamos ficar nessa correlação de forças políticas entre o Grupo do Prefeito, o Grupo dos Amigos, o Grupo não sei de onde, o Grupo não sei de onde e a Estrada de Ferro continua nesse contexto de abandono. Então, eu vejo na Assembleia Legislativa, especialmente, por força da Constituição do Estado de Rondônia esse papel de mediadora política nesse momento para a gente tentar construir essa consciência política. Eu não tenho uma fórmula para sugerir algo concreto, mas algumas coisas me veem a mente, por exemplo, nós repetirmos aquilo que foi feito na década de 80 que foi muito proveitoso, um grande seminário para discutir a situação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, um seminário democrático onde todos os atores possam participar e mais do que falar, ter a real capacidade de intervir porque não adianta a gente fingir a democracia, chamar o Grupo lá na Prefeitura ou lá no gabinete do IPHAN e ouvir as pessoas. Essa é uma democracia formal, nós precisamos permitir que esses atores, o pessoal da AMMA, a Sociedade Civil Organizada tenha capacidade de intervir na construção dessa política, nós temos essa ideia, nós precisamos discutir isso, efetivamente. Então eu vejo na Assembleia Deputado Hermínio esse instrumento de mediação política, acho que o Deputado reúne condições políticas para fazer isso, tem habilidade suficiente para congrega todos esses interesses numa Mesa de Negociação democrática com a participação do Ministério Público Estadual, Federal e aí todas as ações que existem hoje no Judiciário elas vão servir como instrumento de pressão nessa Mesa, o Judiciário serve para isso, o Judiciário não traz solução para nada, quem acha que o Judiciário vai trazer solução para alguma questão envolvendo política de Estado está redondamente enganado, o Judiciário é um instrumento de pressão, especialmente em se tratando de uma questão tão complexa como é a gestão do Patrimônio Histórico da Madeira-Mamoré. Mas, é um instrumento de pressão importante, nós podemos utilizá-lo em nosso favor, pegar, fazer uma compilação dessas ações, levantar os pontos, organizar esse seminário, reunir os atores, extrair daí um horizonte de política pública de Estado, de Estado e não de Governo; para que a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré tenha uma garantia de médio, longo prazo. Eu deixaria essa sugestão aqui e acho também, falei da consciência política, vou falar da consciência do povo rondoniense. A sociedade está alheia a este debate, a sociedade rondoniense, a sociedade portovelhense ela participa por meio das instituições que estão aqui, é uma forma de representatividade, mas a gente precisa também levar esse debate para escolas, para outros setores da sociedade civil, para que as pessoas se empoderem da Constituição do Estado de Rondônia, tomem consciência de que a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, só vai encontrar uma solução duradoura se a sociedade participar desse processo. Então, eu acho que a gente também nesse seminário sugestivo ou em qualquer outro instrumento que a gente venha sugerir, que vocês com toda sabedoria que vocês venham a sugerir, nós precisamos inserir a sociedade, esse debate não pode ter dono, ele não é da Prefeitura, ele não é do Estado, ele não é da União, ele não é só da AMMA, ele não é só do Sindicato, ele tem que ser de todos. É a leitura que eu faço. E também nós temos que tentar conscientizar a União, aí eu pego um gancho aqui na fala da Dra. Flávia, gestão compartilhada é interessante, ela demonstra assim que é algo muito democrático, vários atores. Mas, a gente precisa realmente como ela falou, ter

cuidado com esse aspecto da responsabilidade e nós vimos isso nos empreendimentos hidrelétricos, a cadeia de responsabilidade foi tão fragmentada, tão diluída que você não consegue responsabilizar ninguém. Então, eu acho que é um aspecto também para quem defende a gestão compartilhada e eu acho que a gente tem de fazer uma reflexão, ela é sim interessante, mas a gente teria que pensar nesta questão da individualização de responsabilidades para que a gente tenha uma segurança jurídica, para que as instituições de controle venham num segundo momento cobrar esta responsabilidade nas esferas judiciais. E para finalizar, dizer o seguinte: eu me preocupo muito com criminalização dos movimentos sociais, não só dos movimentos sociais que lutam e defendem o Patrimônio Histórico da Madeira-Mamoré, como os movimentos sociais do campo e tantos outros. É uma das estratégias do Estado, criminalizar para desqualificar e a partir desta desqualificação, segregar essas pessoas do debate. Então, é muito importante a Assembleia Legislativa através da sua pessoa, através de uma Moção que foi sugerida aqui, se manifestar publicamente contra qualquer tipo de criminalização dessas pessoas e dessas organizações que estão lutando em defesa do bem público, que é a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. É claro que ninguém possui imunidade absoluta, a Lei impõe garantias e impõe limites. Mas, no campo político é muito importante que o olhar das instituições sobre essas pessoas, seja um olhar absolutamente desprovido de viés criminológico, ou seja, não utilizar o Direito Penal para perseguir, para retalhar essas pessoas, pelo contrário, enaltecer a luta delas. E dizer que, como cidadão eu estou a disposição aí para ajudar a todos, parabéns a todos os envolvidos nesta Audiência Pública, especialmente o seu Luiz, que é uma pessoa que, cuja a biografia dispensa comentários, a dona Eliana, colega lá advogado, Dr. Augusto, também que faz um brilhante trabalho e todas as demais pessoas, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual também tem sido grandes defensores da Estrada de Ferro. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Dr. Gustavo. Dizer Dr. Gustavo, que a gente também, muitas vezes também, por muitas vezes não compactuar com a forma que, principalmente nossos políticos agem, principalmente os executivos, tanto no município como no Estado, a gente também muitas vezes é vítima também de discriminação e de todo tipo de; dizer que a gente é contra e combate todo tipo de discriminação, principalmente contra os movimentos sociais. E aqui pelo que eu entendi, com relação a ação, parece que foi, a gente sabe que a gente vive muitas vezes revoltados e realmente com muitos motivos para isso, parece que a ação é contra, não sei se foi o promotor que se sentiu, no caso, que a ação é de danos morais, é de calúnia coisa parecida. Que eu acredito que não seja que não tem nenhuma ação contra o movimento, contra essas pessoas que lutam por esta causa pelo fato de está lutando, não acredito que tenha ação. E dizer Doutor que é o que eles mais fazem é isso mesmo, tudo que o senhor falou aí é uma verdade e quando você fala da reunião, da gente reunir, chamar os responsáveis aí. Que a questão nossa aqui não é essa questão do poder lá de uso público, não é isso, o que a gente quer e quem fique responsável cuide bem, que não deixe abandonado e o pior que além do abandono, o Estado hoje tem é contribuído para prejudicar, tem feito ao contrário invés de defender o patrimônio histórico, tem destruído, tem ajudado a desmontar. Quando o pessoal fala aqui da questão do muro de contenção, a pessoa por mais que não entenda nada, não precisa entender de muita coisa para

saber que realmente qualquer coisas que fizer aí na beira do madeira, sem fazer primeiro uma contenção a gente sabe que jogar dinheiro fora, os trilhos, por exemplo, daqui pouco se tiver que colocar o trenzinho pelo local, tem que ser aéreo então, porque é lógico que vai para o chão, o desbarrancamento ali, a gente sabe que já destruiu muita coisa e vai continuar porque não tem nenhum remédio, não tem nenhuma ação do Estado. Porque quando a gente fala o Estado, se a obrigação é das usinas, mas quem tem que cobrar isso é o Estado, infelizmente o parlamentar muitas vezes, é parecida à luta com a da associação é uma luta em glória, não é uma luta fácil você, agora se nós tivéssemos aqui a Prefeitura, o Estado, todo mundo com a mesma preocupação, era muito mais fácil de enquadrar essas usinas. Tem um Projeto aqui na Casa, que nós estamos segurando desde ano passado numa Audiência Pública que foi discutido aqui, foi decidido aqui por mim e pelo Deputado Jesuíno, de nós só discutimos esse Projeto aqui que é para autorizar as cinco turbinas que parece que já foi, mas não tem autorização ainda do Estado, porque está aqui na Casa ainda, era nós só discutir isso depois que fosse resolvida todas as pendências que as usinas tem com o nosso Estado e com o nosso município, onde está incluído essa questão com a Estrada Madeira-Mamoré, os ribeirinhos enfim todos que foram atingidos e afetados que infelizmente até agora ninguém tem dado a mínima por eles. E a nossa luta é isso, nós vamos tentar, mas aí eles vão mandar a representantes que chegam aqui nem falam e se falar, vão dizer olha, eu não tenho poder aqui de representar nada, de resolver nada, infelizmente, eles agiram sempre assim com Município, com Estado, por quê? Por que o Estado e o Município, não tem moral para exigir desses caras e cumprir o que está no papel como nosso Manoel falou muito bem ali, que no papel parece que foi até bem feito, está tudo, mas infelizmente não deram a mínima, tudo que foi acordado que beneficiava o povo, ou que pelo menos retratava um pouco o prejuízo dos atingidos, das pessoas que foram mais afetadas, infelizmente não foi feito praticamente nada.

Passar a palavra agora para nossa Dra. Gisele Dias, que é Procuradora do nosso Ministério Público Federal.

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI – Primeiramente, eu gostaria de saudar a todos os integrantes aqui da Mesa, todas as autoridades aqui presentes na pessoa do Presidente da Sessão Deputado Hermínio, e do senhor Luiz Leite que é Presidente da Associação dos Amigos da Madeira-Mamoré e que foi quem sugeriu que ocorresse a presente Audiência Pública. Estou saudando todas as pessoas presentes, cidadãos, autoridades, servidores. Primeiramente, eu gostaria de agradecer o convite para participar desse evento porque eu entendo que eventos dessa natureza, ele só vem efetivar o controle popular e a efetivação da cidadania do povo rondoniense e de todo povo brasileiro, são eventos muitos saudáveis, que eles se manifestam em ambientes democráticos e ao lado da liberdade de expressão, de manifestação são as garantias sagradas constitucionais que o povo brasileiro ainda tem. Diante do tema dessa Audiência Pública que se limita em discutir a questão de uma decisão liminar que foi emitida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foi uma decisão que ocorreu em segundo grau por meio de agravo de instrumento, nós perdemos a ação aqui em 1º grau, mas em 2º grau, ela realmente foi favorável, deu ganho de causa aos Ministérios Públicos Estadual e Federal que entraram com ação. E essa ação, o objetivo dela é que as usinas hidrelétricas, só que nesse caso a condenada foi só o empreendimento hidrelétrico de

Santo Antônio, cumpra as condicionantes que estão estabelecidas na licença de instalação e todas as condicionantes que estão pendentes. Foram licitadas nessa ação todas as condicionantes que não estão cumpridas, faz mais de sete anos em que existem tratativas e elas não evoluem e diante da falta de êxito dessas tratativas consensuais entendeu, por bem manejar essa ação para que existisse pelo menos o cumprimento, mesmo que fosse obrigado judicialmente para que exista realmente o implemento e que não se deixe passar ou que não se deixe esquecida o cumprimento de qualquer dessas condicionantes que foram estabelecidas na licença de instalação do empreendimento, entre eles, temos acho que talvez seja a mais onerosa condicionante seria a reativação de uma das locomotivas para fazer o percurso férreo do pátio da Estrada de Ferro, ali do centro da praça até o Igreja de Santo Antônio. Outra condicionante seria construir um centro de memória dos trabalhadores da estrada de ferro e também temos o cemitério das locomotivas que estabeleceria a sua proteção, conservação e sinalização desse patrimônio histórico. Essas são umas das três que eu vou citar aqui, mas o termo de referência estabelece um a um quais são todas as condicionantes que o empreendimento teria que realizar. Enfim, medida liminar ela tem que ser cumprida, eu estou vendo que os representantes das usinas estão aqui presentes, teve reversão dessa decisão ainda? Não né? Sim, depois eu vou abrir a palavra para os senhores falarem porque realmente existe a decisão liminar, essa decisão liminar determinou que em 60 dias os projetos dessas condicionantes fossem apresentados em 90 dias para iniciar a execução, nós já tivemos a informação que os projetos provavelmente os projetos já devem estar em fase de final, né? Pois não, o projeto das usinas dessas condicionantes já está em andamento. Bom, enfim a decisão ela estabelece que em 60 dias, esses projetos têm que ficarem feitos em 90 dias, tem que se obter o início da execução dessas obras. Caso isso não ocorra o Ibama foi obrigado a cancelar a renovação da licença de funcionamento dessas usinas. E O Ministério Público vai acompanhar o implemento dessa decisão, e se for necessário vai pedir a execução da liminar. Essa ação, essa CP não só trabalhou essa questão do cumprimento das condicionantes como ela também tratou do ponto relativo ao termo de cessão, que foi feito entre a União e a Prefeitura de Porto Velho para vigor no prazo de 20 anos, esse termo de cessão ela conferiu a Prefeitura Municipal que administrasse o complexo ferroviário, ou seja, tomasse medida de conservação, de preservação, de limpeza nesse prazo de 20 anos. Na gestão passada período que eu estava aqui na Procuradoria aqui em Rondônia e que se verificava implemento, enfim buscou acompanhar o implemento dessas obrigações que estavam em constantes nesse termo de cessão. Verificou-se que a Prefeitura da gestão passada, infelizmente ela não respondia, não atendia o cumprimento dessas obrigações que estavam no termo de cessão, não atendia as recomendações dos Ministérios Públicos. E diante dessa total inércia e omissão do ente municipal, nós entendemos por bem nessa CP propor o cancelamento desse termo de cessão em razão do seu não cumprimento. Só que ocorre que atualmente nós tivemos a mudança na gestão da Prefeitura e também tivemos uma mudança no panorama fático. A gestão atual do ente municipal procurou a gente desde o primeiro momento que assumiu o mandato e várias reuniões começaram a ocorrer, e essas reuniões o ente municipal e junto com a Fundação se comprometeram a apresentar muitos projetos e realizaram algumas mesmo que em passos lentos, mas estão realizando algumas dessas obrigações do termo de cessão. Então diante disso nós

começamos a estabelecer reuniões para verificar, para poder estabelecer metas que seriam cumpridas e para apresentar cronograma das atividades que deveriam ser realizadas. Chamou-se também a União federal, principalmente quando essa decisão liminar saiu para poder buscar junto a ela qual era o posicionamento, se por acaso ela ia retomar, tinha interesse em administrar o complexo ferroviário. Nós tivemos a notícia, nessa reunião foi colhida a notícia, a informação de que a União Federal não tem a mínima condição de administrar o complexo, os Procuradores federais que representam a União Federal falaram que existem razões e motivos que realmente impedem a União Federal de poder administrar o complexo, eles resumiram em dois pontos fundamentais; a falta de capacidade da União por questões operacionais, que deveria ser um ente mais próximo para poder administrar e que seria melhor ficar com a Prefeitura, mesmo de Porto Velho. E também alegaram falta de verba, de orçamento junto ao Executivo federal para poder administrar o complexo ferroviário. E enfim falaram que seria um retrocesso a retomada desse patrimônio sair do município, ainda mais que o município estaria com vontade de apresentar projetos e realmente imbuído nesse espírito de conservação da estrada de ferro. Então diante dessas informações os Ministérios Públicos e os entes públicos realizaram várias reuniões e chegaram a uma conclusão; a conclusão é que se por um acaso for feito um novo termo de cessão ou for reconsiderada essa questão da suspensão desse termo os Ministérios Públicos não vão se opor juridicamente. O que quer que acontecer realmente é ter uma parceria, um acordo entre a União e a Prefeitura para ver a melhor forma de poder gerir aquele espaço, porque o interesse público sempre tem que ser preservado, então não se está aqui fazendo a defesa de nenhum ente, mas de tudo que foi proposto e todos os vetores, todas as soluções que foram apresentadas possíveis e que eram possível se verificou que tentar conseguir a suspensão do termo de cessão a qualquer custo talvez não seja a melhor solução para o interesse público, diante dessas considerações que a União francamente expôs nas reuniões em que foram ocorridas. Então diante dessa situação o que a gente tem a deixar claro é que o Ministério Público como fiscal da ordem jurídica tem entre as suas atribuições a proteção do patrimônio histórico cultural e toda a sua atuação aqui no Estado de Rondônia e no município de Porto Velho tem sido no sentido de entrar com todas as ações possíveis, medidas judiciais para conservar o patrimônio, nós temos mais de 08 ações na Justiça discutindo condicionantes contra os empreendimentos hidrelétricos, omissões e práticas abusivas do poder público, todas no sentido de termos o patrimônio cultural preservado e conservado e tanto diante das omissões como buscando políticas públicas para implementação dessa conservação. Então a gente deixa claro para toda população que os MPs sempre estarão vigilantes no cumprimento da sua função e vai manejar todas as medidas extrajudiciais e judiciais que vão se fazer necessário como já vem fazendo esses anos todos, nós temos mais, como eu já falei, 08 ou 09 ações que estão questionando na Justiça tanto as condutas dos entes públicos como a falta do cumprimento de condicionantes pelos empreendimentos hidrelétricos. Então vários procedimentos já foram instaurados tanto no Ministério Público Federal como Estadual, esses procedimentos estão em fase de investigação, alguns já foram propostas ações outros em fase de investigação e elas vão acompanhar firmemente o cumprimento de todas decisões judiciais, ou seja, decisões judiciais que não forem cumpridas vão ser executadas sim e essas investigações a gente assume o compromisso de acompanhar todas elas firmemen-

te, todas as práticas administrativas também de todos os entes públicos, de gestores públicos e nós vamos cobrar sim pelo efetivo exercício da legalidade, da Constituição e também todas omissões que ocorrerem, que os gestores se fizerem omissões nós vamos com certeza cobrar uma postura correta diante da Constituição e da legalidade que vem se fazendo nesse cenário que a gente vem observando em relação ao descaso em razão do patrimônio histórico. Alguns casos pontuais aqui eu só queria deixar claro é que temos a questão de uma decisão liminar, não nessa ação, em outra ação que pediu a retirada dos vendedores ambulantes do Complexo Ferroviário. Bom o Ministério Público enquanto fiscal da lei visa o cumprimento das normas que estão vigentes no país e as normas não permitem que nenhum tipo de comércio informal se estabeleça dentro do complexo ou no seu entorno, então o Ministério Público já vem fazendo tratativas com a Prefeitura Municipal para que essas pessoas sejam realocadas para dar o direito social dessas pessoas poderem trabalhar e elas diante da postura municipal regular elas se cadastrarem e trabalhar dentro da legalidade. Então esse é um ponto que o Ministério Público vem se reunindo com a Prefeitura e vem avançando nas tratativas. A questão também da segurança do pátio ferroviário que nós vimos muitos furtos de peças históricas, tráfico de drogas ocorrendo principalmente a noite, nós estamos fazendo reuniões com a Prefeitura, com o Estado e com a União para a gente tentar chegar a um denominador comum para a gente conseguir efetivamente garantir a segurança daquele local, daquele espaço. Enfim, nós entramos com ações também que visam obter judicialmente a contenção de toda a orla que vai desde ali o pátio ferroviário até a igreja de Santo Antônio, essa questão também está sendo discutida judicialmente, nós estamos aguardando, a ação está em tramitação e, enfim, a gente entende que acompanhar o fiel cumprimento das decisões judiciais é neste primeiro momento uma prioridade de ambas as instituições. Então, assim sendo, visando a satisfação do interesse público e no presente caso a gente vai fazer de tudo e assumir compromisso público de preservar a nossa querida Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. E eu deixo aberto agora os questionamentos que eu fiz para os representantes das usinas em relação ao cumprimento da decisão liminar, os projetos e quando vai ocorrer o início da execução. Me desculpem qualquer coisa, mas pela atenção muito obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Dra. Gisele. Vocês representantes podem vir aqui para a tribuna. Doutora, nessas reuniões que o Ministério Público tem tido com a Prefeitura e com o Estado são discutidas essas questões do muro de contenção, essas coisas todas?

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI – Sim. Só que o muro de contenção não tem uma discussão, ele está na justiça já. E tem outras tentativas que como está andando em nível consensual, a gente opta por não entrar com ação. A gente só entra com uma ação quando não tem sucesso na tentativa amigável.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Porque o que o doutor falou ali é muito interessante, quando a gente fala que infelizmente, a gente sabe que a nossa Justiça, no mínimo, ela é muito demorada para ter uma decisão final. Inclusive tem muita gente que gosta de dizer 'entra na Justiça, entra na Justiça', porque nem acredita bem na Justiça, até porque acha, pensa isso, leva anos e anos. O meio mais rápido, a gente sabe que é a pressão. E quem mais tem poder de pressão para

fazer essas Usinas cumprirem, seria o Estado e o município, infelizmente não têm. Eu não conheço ninguém, principalmente os principais, Prefeito, Governador, a bancada federal, nunca vi ninguém pressionar. Porque o Estado tem meios, como a Assembleia aqui teve esse meio, como eles dependem dessa aprovação dessa autorização dessas 05 turbinas, nós travamos aqui. Eu não sei até quando nós vamos conseguir, porque eu não sei se vamos ter maioria, mas nós estamos lutando para que não seja votado nesta Casa, enquanto eles não resolverem todas as pendências da questão de todo, não só a questão do patrimônio histórico, mas toda a situação dos afetados pelas barragens.

Agora o Guilherme fica à vontade para responder a nossa Dra. Gisele.

O SR. GUILHERME ABBAD – Bom, eu vou ser breve, Dra. Gisele. A gente está fazendo o cumprimento da liminar, produzindo os projetos. É importante dizer que o projeto de revitalização da linha férrea havia sido entregue em 2014 já para o IPHAN e a gente não teve resposta a respeito dele. E aí estamos fazendo estudos complementares que vão ser entregues em juízo, e obviamente a obra só pode começar quando o IPHAN avaliar.

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI – Esse projeto que vocês apresentaram foi antes, ele foi confeccionado antes das cheias ou depois?

O SR. GUILHERME ABBAD – Ele foi confeccionado em 2014, se eu não me engano. Posso estar enganado.

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI – Mas sabe informar se foi antes? Porque as cheias ocorreram em 2014, não é?

O SR. GUILHERME ABBAD – Não, o projeto em si foi antes. Agora, a entrega dele acho que foi no ano exato da cheia.

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI – É porque eu entendo que com as cheias pode ter alterado alguma coisa no projeto. Isso foi levado em consideração? Está sendo levado em consideração agora, não é?

O SR. GUILHERME ABBAD – Esse estudo é justamente para complementar aquele projeto.

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI – Sim, e o início das atividades, o empreendimento hidrelétrico pretende cumprir a decisão liminar?

O SR. GUILHERME ABBAD – Depende de outros entes, não é? A gente precisa ter aprovação desses projetos.

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI – Sim, sim, mas eu estou falando da parte que cabe ao empreendimento hidrelétrico.

O SR. GUILHERME ABBAD – Sim. Importante dizer que a gente entrou com recurso também, Doutora.

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI – O recurso está discutindo o que seria?

O SR. GUILHERME ABBAD – Ah, eu não tenho detalhes disso não, e também está em juízo, não vou...

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI – Porque a questão das condicionantes é uma questão assim, é uma obrigação confessada pelo próprio empreendimento hidrelétrico, não é?

O SR. GUILHERME ABBAD – É, uma parte delas a gente já cumpriu, Doutora. A revitalização da praça, o centro cultural indígena...

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI – Não, isso eu sei. Por isso que eu falei 'parcialmente', porque têm algumas condicionantes que estão pendentes. É só isso que a gente...

O SR. GUILHERME ABBAD – Mas eu não vou aqui colocar defesa judicial da Santo Antônio.

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI – Está bom.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – O senhor Luiz está pedindo um aparte aqui. Seja objetivo.

O SR. LUIZ LEITE DE OLIVEIRA – É rapidinho. Eu só queria cumprimentar a Dra. Gisele por esse brilhantíssimo trabalho que ela está fazendo. Inclusive, eu só quero acrescentar a minha visão pessoal, não pode nem se levar em consideração, mas a partir de agora, nos últimos momentos ela tem tido grandes pressões, grandes dificuldades. Praticamente ela está mudando sozinha essa situação que já estava enraizada, horrorosa que estava enraizada. Mas, Dra. Gisele, eu queria, na oportunidade, apresentar para a senhora uma contribuição, pelo seguinte, a União diz que não tem interesse, não tem capacidade e tal. Mas a União, isso é nossa contribuição – não é, Eliana? -, o pessoal da AMMA sabe tudo. A nossa contribuição é a seguinte, o SPU foi condenado por dar esse tipo de informação, pelo Tribunal de Contas da União. Eu queria passar para a senhora essa decisão. Então a União não pode mais dar esse tipo de resposta, para isso, que é dela, se ela não pode é problema dela, mas que ela não pode. Não foi o caso agora, mas houve já na época aqui das Três Caixas d'Água, onde eles iam fazer um hotel de 15 andares. Nós nos ferramos porque nós dissemos que traria problema para o patrimônio das Caixas d'Água, visibilidade e ambiente. E aí nós entramos com TCU, e o TCU disse: "não, o SPU não pode dar esse tipo de informação". Quer dizer, eu vou passar para a senhora para ver que já tem uma inconstitucionalidade com relação a esse tipo de informação, só como contribuição. Então a senhora está certa, meus parabéns pelo seu trabalho.

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI – Obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, senhor Luiz. Tem mais de 10 pessoas inscritas ainda e nós já estamos um pouco... Vamos ser bem objetivos. O nosso Dr. Otino José, médico. Vamos ser bem objetivos para que todos tenham direito à fala.

O SR. OTINO JOSÉ – Bom dia. Eu quero, em nome do Deputado Hermínio, ex-presidente desta Casa, cumprimentá-lo e em seu nome cumprimentar toda a Mesa, que ele está sempre presente nas demandas do nosso Estado, eu o vejo sempre presente. A Dra. Gisele, Procuradora e o Arquiteto Luiz Leite eu quero cumprimentar os demais presentes. A gente vive atu-

almente uma brecha na nossa história, ou a gente desanda de vez ou melhora isto. Está se fazendo uma limpeza ética, está, pelo menos, se tentando, apesar de alguns Ministros estarem à disposição para não concluir isso, Ministro dentro do Judiciário, dentro da nossa Corte Suprema, que a gente vê nas redes sociais. E essas redes sociais, é uma inovação da nossa época e que ajuda muito o nosso povo participar e cobrar de quem deve fazer. A gente vê o Juiz Sérgio Moro, a gente vê essa batalha dele, que ele tem que matar um leão todo dia porque é uma força contrária muito grande. Então as pessoas de bem, as pessoas que querem o crescimento do nosso País, um crescimento justo, que nós temos condições de fazê-lo. O Brasil é de um potencial muito grande, que está nessa situação de crise não é pelo nosso povo, não é pelo próprio País, mas é pela classe dominante que só quer auferir lucro de forma legal ou ilegal. E se não está legal querem mudar as leis para se tornar legal esse lucro. E a gente vê isso agora, aqui nesta mesma Casa houve há mais de 10 anos uma Audiência Pública com relação às Usinas, a Usina de Jirau, a Usina aqui de Santo Antônio. Então esse Consórcio estava se comprometendo com o nosso povo, com o nosso Estado muita contrapartida, contrapartida de melhoria da nossa cidade, a melhoria do nosso Estado, ia dar muitos benefícios, a nossa energia ia ser bem mais barata, no entanto a gente paga energia mais cara. E tenho um irmão que mora na América, e vou à casa dele, ele mora num apartamento, ele sai para trabalhar, ele deixa o ar-condicionado ligado, ele tem fogão elétrico, ar-condicionado, é tudo eletricidade, ele usa eletricidade. E não é a nossa eletricidade limpa, que vem, que causa esse transtorno ao nosso meio ambiente, é outra forma de energia elétrica. Mas, no entanto, ele não tem essa preocupação, ele paga uma conta de energia que é menos de 1/5 do que eu pago aqui no Brasil, mesmo transformando de dólar para real. Então, que contrapartida nós temos? Nós temos agora, eles estão querendo fazer umas docas, bonito o nome 'docas', semelhante a Belém. Sim, como se vai fazer isso? Vai ser destruído o nosso patrimônio. O que nós temos... Eu sou filho aqui desta terra, nasci aqui, meu pai, grande parte, você tirando as Caixas d'Água e a matriz católica, a igreja católica, a matriz, a nossa Igreja do Sagrado Coração de Jesus, todo o resto antigo praticamente foi construído pelo meu pai, ou um projeto ou então tendo a sua mão como Secretário de Obras, na época era Diretor de Obras. Então a gente vê a destruição gradativa do nosso patrimônio e nossa cultura, o nosso plano cultural. Fazer um shopping no meio da Estrada de Ferro? Que se faça qualquer coisa, mas não destruir o patrimônio histórico nosso, destruir aquelas coisas que estão... Eu andei outro dia na ferrovia, vi um monte, dezenas de locomotivas lá, se estragando. A gente vê muitos outros objetos que são a história da nossa cidade, que se fundou em cima da Estrada de Ferro, serem destruídos pelo tempo e pelo descaso dos nossos governantes, pelo descaso dos nossos representantes. Então, se a gente não tomar pé como povo, como cidadãos que somos, como contribuintes que somos, porque isso não se faz com dinheiro que cresce em árvores, isso se faz com nossos impostos, os nossos impostos que às vezes são desviados, e muitas vezes. Só o que foi desviado, que se apurou agora no Lava Jato, daria para resolver problema de saúde, de educação, da Previdência. Agora, querem fazer reforma da Previdência, reforma trabalhista antes de fazer a reforma tributária e a reforma administrativa do Estado, isso é prioritário. É fazer a Reforma Administrativa, o Estado como ele é gerido não é justo para a grande maioria da população, mantém os mesmos privilégios, os privilégios, determinadas castas de banqueiros e mesmo

membros do Judiciário, membros do Legislativo. Então, isso tem que ser justo, a gente tem que promover a justiça e dentro do nosso Estado esta Casa tem obrigação de fazê-lo e assim mesmo o Judiciário tem que está junto, independente de alguns componentes dentro dele serem contra isso. Eu agradeço a atenção, eu poderia me delongar mais falar sobre isso, mas eu agradeço a atenção que me foi dispensada. Muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado doutor e dizer que na hora certa, agora mesmo em junho nós vamos ter um debate aqui nesta Casa com relação a discutir os privilégios que tem, principalmente no Legislativo, você falou muito bem, no Executivo e em muitos lugares aí, onde tem as mamatas e os privilégios, infelizmente, ninguém propõe para reformar, querem reformar da onde precisa fazer o contrário, teria que aumentar e discutir, tirar direito de professor, de policial, de pedreiro ou de qualquer trabalhador no Brasil que sempre ganhou muito mal, realmente, é brincadeira. Esse debate nós vamos discutir aqui o mês que vem, já discutimos o PPA, o Orçamento de 2018 onde a gente está propondo que aqui desta Casa mesmo, esta Casa tem que dar o exemplo, nós temos que diminuir o Orçamento desta Casa. O Legislativo não tem compromisso social, não tem compromisso com a Educação e não é o papel dele, não pode nem gastar, aqui se a Assembleia quiser comprar um remédio para um cidadão não pode, e o Orçamento disso aqui é muito dinheiro, isso é muito caro, a Assembleia é importante sim, mas ela custa muito caro para o Estado, é pesado demais. Enquanto não se discutir essas questões o Brasil não vai ser justo, não vai ser justo nunca se mantiver os privilégios, infelizmente doutor, eu não vejo nem o Governo Federal, nem o Governo de Rondônia e nem o Governo do País propor nada nesse sentido, só propõe para ferir mais ainda o coitado do aposentado ou trabalhador que precisa de correção salarial e de melhoria de trabalho de salário.

Passar a palavra agora para o nosso Germano Bello é isso? Arquiteto, Conselheiro da Associação Madeira-Mamoré – AMMA, de Guajará-Mirim.

O SR. GERMANO BELLO – Bom dia a todos! Bom dia Presidente, obrigado por esta oportunidade. Eu gostaria de frisar bem a presença do IPHAN, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual. Esse documento já está em posse do Ministério Público Federal, o qual eu vou discorrer rapidinho. Eu sou arquiteto também da Prefeitura, participei de todas as reuniões até 2011, depois eu fui tolhido. Rapidinho. Em 2011 Ata: nessa reunião ocorrida em 30 de agosto de 2011 nas dependências do Ministério Público do Estado de Rondônia com a participação do Chefe do Executivo de Guajará-Mirim e o Procurador Geral; representantes do Ministério Público Federal e Estadual, Instituto Patrimônio Histórico - IPHAN, representante legal do Advogado da Energia Sustentável do Brasil, representante da Superintendência, Patrimônio da União de Rondônia – SPU, todos participaram dessa reunião, todos assinaram essa Ata. Foram deliberadas as seguintes condicionantes: Reforma e restauração da Estação Ferroviária de Guajará-Mirim, inclusive, os acervos 17 e 20, duas locomotivas. Recuperação do trecho ferroviário compreendido entre o Distrito do lata em Guajará-Mirim. Restauração e revitalização da Estação do lata. Desobstruções, indenizações e benfeitorias para que o referido trecho volte a funcionar.

Bom, o que é que diz aqui em 2011, que a SBR tinha que fazer tudo isso, todo mundo assinou. O interessante vem ago-

ra. Em 2012 quatro meses antes da eleição para as Prefeituras a SBR convocou o Prefeito de Guajará-Mirim para o escritório em Porto Velho, somente o Prefeito e foi deliberado o seguinte: que Guajará-Mirim não tinha dinheiro, nem estava mais interessada nessas restaurações. Ele colocou aqui que Guajará-Mirim não tinha condições financeiras. Como? Se na Ata quem tem que bancar isso aqui é a SBR. Guajará-Mirim não tinha que bancar nada, quem tinha que bancar era a SBR. Em 2013 o IPHAN junto com o IBAMA, junto com os outros Órgãos Federais perguntaram porque que a SBR não tinha feito nada para Guajará-Mirim. A resposta dele, a resposta foi que o Prefeito não quis. E o Prefeito pode deliberar sobre a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré dentro do escritório da SBR 04 meses antes das eleições? Que estranho, não é? Guajará não ganhou um centavo gente, Guajará não tem um real do Jirau. Teve estudos, Engenheiros e Arquitetos do Rio de Janeiro fazendo todo o estudo lá, o DER tem um estudo de toda a Planilha Orçamentária de Guajará, tem em Ata, quantos dormentes foi dado para a SBR. Os Arquitetos fizeram todo o Projeto de restauração do Museu, e nada aconteceu em resposta, porque o Prefeito dentro do escritório do Jirau, somente o Prefeito decidiu que Guajará-Mirim não queria mais. Doutora, esse documento com as Atas está em posse.

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI – Guajará, já entrou em contato comigo ontem pedindo para avisar para todo o pessoal de Guajará que já instaurou procedimento e que vai entrar na Justiça pedindo o cancelamento dessa tratativa e a reativação da condicionante que foi passada por cima do empreendimento hidrelétrico de Jirau.

O SR. GERMANO BELLO – Nossa, muito obrigado doutora, essas as reivindicações que a partir de 2011 todos sejam revogados e discutidos realmente com o povo de Guajará, e Nova Mamoré.

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI – Vamos discutida essa tratativa que foi ocorrida no final do mandato na Justiça.

O SR. GERMANO BELLO – Isso então que nós chegamos aqui porque Nova Mamoré não estava incluída nele, nesse rol. Então, através da OAB a gente conseguiu chegar até aqui.

A SRA. GISELE DIAS DE OLIVEIRA BLEGGI - Não, vai ser tratado, vai ser apurado. O senhor pode ficar tranquilo.

O SR. GERMANO BELLO – Então, obrigado era somente isso.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado você. Com a palavra o nosso José Gomes de Lima, membro da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; vice-presidente da Central Única dos Movimentos Populares. Chamar Edinaldo Bezerra, Professor da UNIR.

O SR. EDINALDO BEZERRA – Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade de está me comunicando. Quero cumprimentar a Mesa a todos os presentes e, sobretudo, frisar a importância do Patrimônio Histórico, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré que é a causa desta Audiência. Não vou me prolongar, queria ser o mais objetivo possível. Quero frisar de que por mais de 20 anos lutamos pelo tombamento, o tombamento ainda é pouco se a gente pensa que é preciso os desdobramentos disso que é a restauração, que é revitalização, que é adminis-

tração desse patrimônio. Vejo aqui que há uma contenda, aparece mais de um interessado eu acho que isso é positivo, é uma pena que outros órgão também não estejam interessados em compartilhar, em participar, em dar contribuição, como por exemplo, a própria Universidade Federal de Rondônia do qual eu faço parte do Departamento de História, tenho acompanhado como professor, como pesquisador uma série de desdobramento disso ao longo de mais de três décadas e, sobretudo, penso que é hora da gente unir essas forças, a minha proposta o mais objetiva possível, é de que a gente não espere o iluminado de um órgão ou outro que venha resolver todos esses problemas, até porque todos eles de alguma forma já mostraram dificuldades e incompetências. A me ver, a situação mais básica possível de solução é criarmos um conselho Patrimonial para Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, um conselho que seja forte, incisivo suficiente para está propondo, para está fiscalizando e, sobretudo, garantindo uma continuidade de ação, de garantias de qualidade do nosso tão importante Patrimônio. Portanto, a meu ver é preciso esse coletivo, essa democracia que acompanhe, que proponha, que fiscalize e não fiquemos delegando a um órgão ou outro uma situação que me parece que seria típica mais de ditadura do que de democracia e daí, portanto, a necessidade de Estado, de Município, de órgãos federais, de outras representações políticas e de ação de cidadania participarem juntos e estarmos construindo soluções, eu acho que soluções existem e a boa vontade deve ser a de todos. Só agradecer.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Professor, vai ser colocado aqui no encaminhamento a proposta do senhor aí da questão de criar o Conselho.

Passar a palavra agora para o senhor Dr. Antônio Augusto, assessor da AMMA.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO SOUZA DIAS – Em primeiro lugar eu cumprimento as autoridades na pessoa do Deputado Hermínio Coelho; um bom dia para todos. É muito interessante se falar aqui sobre Patrimônio Histórico e os destinos que estar se dando a este Patrimônio Histórico. Por quê? Porque não é demais se dizer, que um povo sem história, é povo sem memória. Não é demais se dizer que aquele que não analisa o passado, não pode se alçar ao futuro. Mas, o que nós vimos na realidade é que as autoridades públicas, principalmente administrativas, pouco se importam com isto, colocam o capital acima de tudo e nessa briga, capital e meio ambiente principalmente patrimônio histórico, nós ficamos até em uma situação insustentável porque há muita defesa do capital e pouca defesa do meio ambiente do patrimônio histórico. Mas para nossa felicidade, não conheço ainda, não tive a oportunidade de conversar, mas conversando com o Luiz e a Eliana, fiquei sabendo que a Dra. Gisele, encampa essas demandas com muita seriedade, e isso para a gente é muito bom. Só queria fazer um pedido, que nas reuniões entre os atores envolvidos, se chamasse também a sociedade organizada para participar, porque é principalmente a ela Doutora e autoridades, que interessa o patrimônio histórico, a sociedade. É só, muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Dr. Passar a palavra agora para o senhor Márcio Martins, que é Funcultural, fique à vontade Doutor.

O SR. MÁRCIO MARTINS – Excelentíssimo Senhor Deputado Hermínio Coelho, em seu nome gostaria de cumprimentar os demais Membros da Mesa, Doutra Flávia, em seu nome cum-

primentar as demais pessoas que participam desta Audiência Pública, senhoras e senhores meu muito bom dia. Primeiramente eu gostaria de externar aqui a minha satisfação de participar de uma Audiência Pública que trata do assunto Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, até por ser neto e filho de ex-ferroviários, muitos dizem que são daqui, e eu também sou filho de Porto Velho, e tenho certeza absoluta que aquele patrimônio é a redenção turística para o nosso município. E a minha alegria se torna ainda maior de estar junto neste momento, junto com tantas pessoas que se preocupam e creio eu, tenho o mesmo objetivo comum que é a preservação e a sustentabilidade da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Nós não podemos de forma alguma dizer que a preservação está afastada da sua sustentabilidade, nós vivemos períodos de crise econômica e nesses períodos diferentemente de outros, os recursos são escassos e com recursos escassos as prioridades principalmente as que visam a manutenção da vida humana e da educação desse cidadão são maiores. Também gostaria de só dizer que eu estou assessor do gabinete do Prefeito, estou aqui representando o Presidente Ocampo da Funcultural, porque nesse momento ele deve estar viajando do Rio de Janeiro a Porto Velho, foi participar na Agência Nacional de Cinema de um evento que também visa trazer recursos para a cultura municipal. Quero fazer justiça também aqui quando falam a respeito do que tem sido feito ou a respeito de gestões passadas que eu vejo que este grupo tão seletivo, não tem que se reunir para dizer o que de negativo ou que deixou se ser feito, nós precisamos pensar e ver o daqui para frente, o que nós podemos fazer juntos, então, eu vou fazer aqui justiça mais uma vez ao que tem sido feito nesses primeiros 100 dias na gestão do Prefeito Hildon Chaves. Primeiro; no 26º dia do mês de janeiro, eu fui até ao gabinete do Prefeito, não o conhecia, conversar exatamente sobre a possibilidade de capacitação de recursos não só para o turismo como para outras áreas. Só para dizer a todos que eu sou Vice-Presidente do Conselho de Economia e trabalho com gestão tributária e financeira já há vinte anos. Então, numa conversa com o Prefeito, nós tratamos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, nesse momento bem conturbado logo no início da gestão, já era sabido inclusive que na gestão anterior havia sido discutido que o trecho de sete quilômetros da Estrada de Ferro não teria mais como ser revitalizado ou ser atendido tendo em vista a questão econômica que não traria recursos suficientes para a manutenção daquilo lá, e fui convidado pelo Prefeito a compor o grupo técnico dele e cá estamos, hoje, falando em nome da Prefeitura e da Funcultural. Gente, nesses primeiros dias o mais importante de tudo foi o comprometimento do Dr. Hildon Chaves, Prefeito Municipal de Porto Velho, com a ideia da necessidade real de se manter aquele patrimônio em pé e se revitalizar o patrimônio, lógico que tudo que está sendo feito ainda foi formando um grupo técnico específico para isso, para tratar de que forma seria a melhor maneira de se revitalizar o complexo, dar sustentabilidade aquele complexo e existem muitas ideias, aqui fazer também justiça ao arquiteto Luiz Leite, que tem um projeto belíssimo para a área, ao português que luta muito por todo o patrimônio e que nós aqui juntamente com este grupo que foi formado, e eu saliento que é um grupo que está estudando todas as possibilidades legais do que fazer com aquele complexo, para isso nós temos feitos constantemente reuniões com todos os entes envolvidos; Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, SPU, IPHAN. Por que nenhuma decisão para a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré partirá de dentro do gabinete ou de quatro paredes, como bem disse o advogado, eu acho da Associação, o profes-

sor da UNIR, já que o objetivo comum é a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, eu acho que nós temos que somar forças, montar grupos e chegar juntos a uma solução e que de fato se torne viável para a Estrada de Ferro. Não adianta a Prefeitura falar uma língua, o Ministério Público, ou o IPHAN ou a SPU outra língua, sendo que nós não vamos conseguir com toda certeza do mundo, se não nos entendermos, chegar a lugar nenhum e mais uma vez esse patrimônio vai ser esquecido. E eu digo a vocês o seguinte sem medo nenhum; se nenhuma atitude for tomada de fato nesse momento para a revitalização e sustentabilidade desse complexo ele vai se acabar com o tempo, como já vem se acabando. Por que gente, a Prefeitura fez esses dias a limpeza do pátio, fez a desobstrução de toda área que foi atingida por insidiosos argilosos, como a lama que foi trazida pelo rio Madeira e isso gastar nenhum centavo, foi feito com pessoal próprio e que também fazer justiça a um funcionário da Prefeitura que todo mundo chama de Buchada e sozinho com uma picareta e um caminhão pipa limpou todos os vagões e conseguiu tirar a lama de todos os vagões, vocês podem ver isso a olhos vistos na Estrada de Ferro. A Prefeitura também procedeu em 100 dias 4 limpezas no pátio da praça e a Prefeitura tem trabalhado, inclusive com termos de cooperação técnica com o Serviço Geológico do Brasil, e isso eu falo também porque muito provavelmente vai corroborar com o que pensa a Santo Antônio Energia, no seu trabalho a ser desenvolvido nos 7 quilômetros de trilho e nós vamos poder nos ajudar. O Serviço Geológico do Brasil vai fazer todo o estudo geotécnico e hidrológico, não só da Praça da Estrada de Ferro como em 7 quilômetros de trilho para verificar exatamente quais são os pontos mais sensíveis e quais serão a partir desse estudo as intervenções da engenharia civil ou da engenharia como um todo para que a gente consiga de fato fazer com que o trem volte a andar os 7 quilômetros. Certo gente? Além disso, a Prefeitura também firmou convênio ou está firmando convênio com a PM para a segurança daquele espaço físico que se encontrava e se encontra ainda de forma bem precária. Nós sabemos que os frequentadores são mais assíduos ali são as pessoas usuárias de drogas, na maioria das vezes daquela região, assaltados têm sido cometidos, mas a intenção desse convênio é levar mais segurança na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré no contexto praça. O projeto que se pretende, que é um projeto com já está sendo elaborado com base em informações que já existem, nada está sendo criado do limbo, nós estamos aproveitando todas as idéias. Esse projeto vai ser apresentado sim a sociedade, a comunidade como um todo, a todos nós, a todos vocês interessados para que ele possa ao final, ou seja, quando chegar no seu projeto executivo todos, absolutamente todos possam contribuir de uma forma ou de outra. Repito não será concebido dentro de gabinete, nós não queremos ao final de tudo isso ter alguém ou alguma coisa que possa impedir de fato a implantação e a recuperação do nosso patrimônio. Desde já eu até já tomei essa liberdade Presidente, eu pediria que a sua assessoria ou esta Casa nos fornecesse posteriormente a relação de todos os participantes com o número de telefone e emails para que a gente pudesse estar trocando essas informações, e tão logo a gente tenha o esboço desse projeto concluído, nós vamos elaborar sim um seminário para apresentar a sociedade e para todos aqueles que se interessarem. Então já fica essa idéia para todos vocês, nós vamos manter contato num prazo muito curto para que a gente juntos consigamos chegar ao nosso objetivo comum que é a desenvolvimento sustentável e a manutenção do patrimônio histórico. Falando ainda sobre a manutenção do patrimônio histórico eu acho que foi o professor que falou aqui sobre a cria-

ção de um conselho, conselho de gestão, conselho gestor, eu vou além professor, eu tenho a seguinte concepção; a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré ela é um patrimônio rico, histórica e culturalmente para o Município de Porto Velho é um patrimônio que se revitalizado e se tiver todas as condições de recepcionar turistas, com toda certeza do mundo nós vamos ter turistas do mundo inteiro, porque eu creio que todos, absolutamente todos tem essa curiosidade de conhecer a lendária ferrovia do diabo. Eu deixo aqui, deputado, a título de sugestão que nasça nesta Casa, mas como a gente já comentou tem que vim do Executivo, que seja criada a Fundação Madeira-Mamoré, um órgão específico para cuidar desse patrimônio tão rico, seja feita em nível estadual ou em nível municipal cujas fontes, as receitas para manutenção desse patrimônio, não só desse patrimônio como de outros patrimônios históricos do município de Porto Velho e do Estado de Rondônia sejam também oriundos exatamente da receita de royalties, que esses royalties parte deles possam compor esse fundo para manutenção desse patrimônio histórico do nosso Estado, mas especificamente da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré para que evite de toda vez que a gente precise fazer uma intervenção a gente precise correr atrás de recursos com pires na mão, certo, gente? Essas são minhas palavras, eu falo mais como economista quando eu digo na questão da sustentabilidade, mas nada lá vai se feito sem a participação de todos. Tenham certeza que a prefeitura de Porto Velho, o Presidente Ocampo, os entes que aqui estão envolvidos acredito eu que a gente vai conseguir avançar muito. Quando a gente faz reuniões e fez as reuniões com todos os entes mais uma vez, Ministério Público Estadual, Federal, IPHAN, SPU, a ideia é de que nós façamos todos os esforços e tudo seja feito dentro da legalidade para que lá na frente a gente não tenha que recomeçar o nosso projeto. E mais uma vez fazer justiça também aqui, Exmº Deputado e público presente, a gente bate muito, bate muito, é muito fácil a gente do lado de cá estar batendo em todo mundo o tempo todo, mas eu quero dizer para vocês que, não sei se certo ou se errado, muitos investimentos foram feitos a título de compensação nesses anos, pelo menos nos últimos 12 anos, que sequer foram recebidos pelo poder público, foram construídos e até hoje o poder público simplesmente não foi lá e disse "a partir deste momento eu cuido porque a obrigação sua era construir". São essas as minhas palavras. Muito obrigado a todos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado Márcio. Peço a assessoria que encaminhe os pedidos aqui do Márcio com relação a lista de presença e os telefones, e dizer, Márcio, que com relação essa questão você sabe muito bem que isso depende, também acho uma ideia interessante a questão de criar um instituto, criar uma forma do nosso patrimônio histórico ter uma garantia mínima de recurso para poder fazer as suas manutenções. Não é fácil, você sabe que isso depende em nível do Estado depende de vim de lá do Executivo, mas vamos encaminhar para o Governo tudo que foi discutido aqui e para os outros deputados e pedir para que o Estado, nós vamos cobrar do Estado a responsabilidade dele em todas essas questões, vamos exigir e cobrar do Estado.

O SR. MÁRCIO MARTINS – Bem, só falando a questão do orçamento bem-dito aí pelo deputado, gente as gestões mudam deputado, e a Funcultural recebeu para o ano de 2017 recursos orçamentários na ordem de R\$ 400.000,00 para cuidar da cultura e cuidar do patrimônio histórico do município de Porto Velho. É só a título de informação.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Infelizmente no Estado é do mesmo jeito, o orçamento da cultura e dessas coisas só dá mal para pagar a folha.

Passar a palavra agora para a nossa representante aqui do IPHAN a Delma Batista. Ainda tem inscritos aqui mais 04 pessoas.

A SRA. DELMA BATISTA – Quero cumprimentar a todos. É um prazer estar aqui participando de mais esta audiência pública para tratar de um assunto tão importante, de um bem tão querido por nós rondonienses. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré é a nossa história, é a nossa memória. O IPHAN, o órgão ao qual represento, sou superintendente desde novembro de 2016, é um órgão federal criado há 80 anos com a função de fiscalizar, cuidar, proteger e promover o patrimônio histórico nacional. A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré por sua vez é um bem que amamos muito, como várias pessoas que passaram por aqui já falaram. Eu sou filha da terra e eu sei qual a importância que isso tem para nós que somos daqui. É um bem tombado em esfera estadual e, posteriormente, federal e é situado aqui na nossa capital. Então nós temos aí três entes, três donos, digamos assim, desse bem. E, como já disseram, acaba ficando um cobrando do outro e ninguém faz muito. Atualmente, a cessão de uso estava com a Prefeitura e, infelizmente, devido a alguns abandonos, descasos aconteceu estar do jeito que está. Em relação às obras de compensação da Usinas, a serem realizadas, foram feitos aí vários Termos de Referência, onde o IPHAN acompanhou passo a passo, criou, coordenou e foram realmente apresentados projetos de execução. Os projetos quanto à viabilidade da ferrovia foram apresentados antes da enchente, foram respondidos sim, só que agora, depois da enchente, se tornou uma nova realidade. Nós sabemos que houveram trechos que foram rompidos devido ao desbarrancamento. Então para fazer essa construção é necessária uma nova adequação desse projeto, porque aquilo, antes de 2014, da enchente, é um fato, agora é outro. Então precisa sim ser readequado os projetos, apresentados e eu espero que muito em breve seja já iniciado, como por decisão judicial, essas obras, porque é de interesse de todos nós, principalmente do IPHAN porque nós queremos isso, que isso seja acontecido o mais breve possível. Sabendo das limitações da SPU para fazer uso da gestão desse complexo, então assim, colocamos que o Estado também poderia se manifestar se ele tem interesse, se ele consegue fazer a gestão desse bem e a Prefeitura, como já conversamos outras vezes diretamente com o Prefeito, coma Funcultural, eles têm mostrado interesse, eles querem continuar fazendo uso dessa gestão. Então assim, se formos fazer um novo contrato de cessão, alguns aditivos têm que ser adicionados para que possa dar uso à estrada, a essa praça, para que ela possa realmente funcionar, para que as possam frequentar, ter momentos de lazer, possam utilizar esse bem, porque uma vez que ele não for utilizado, ele fica em desuso e acontece o vandalismo, o abandono e uma série de coisas. Então, o IPHAN, por sua vez, tem o papel de fiscalizar, de notificar a pessoa, no caso o gestor responsável por essa administração para que possa cumprir com o seu papel, para preservar, para cuidar. Então, a preservação, a conservação da nossa Estrada de Ferro Madeira-Mamoré é o principal objetivo do IPHAN. Obrigada.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, Delma. Agora passar a palavra para o nosso Thiago Castro, aqui representando o nosso CREA, Vice-Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

O SR. THIAGO CASTRO – Bom dia a todos. Quero aqui agradecer o convite do nobre Deputado Hermínio Coelho, em nome dele agradecer todos da Mesa e a todos que se encontram presentes. Nosso colega também, Luiz Leite, Arquiteto, já foi Conselheiro do CREA quando os arquitetos faziam parte do nosso Conselho. E quero dizer para vocês, primeiramente, que o CREA é composto por 23 Conselheiros Estaduais, no qual um é escolhido para ser Vice-Presidente e neste ano eu fui escolhido para ser Vice-Presidente. Então, aqui, a gente está representando a Presidência do nosso Conselho e trazendo aqui para vocês algumas informações e contribuições que são pertinentes. O Luiz Leite nos procurou, numa de nossas plenárias extraordinárias, falando um pouco sobre a questão do patrimônio histórico, não diretamente a Estrada de Ferro, mas há outro patrimônio histórico tombado que estava sendo revitalizado e restaurado, que é nossa igreja, nossa Catedral, na qual não estava sendo respeitada a questão de revitalização, que aí há toda essa discussão técnica de revitalizar ou reformar, não é? Quando a gente tem um patrimônio histórico tombado, a reforma tem que obedecer exatamente a restauração, tem que ser cumprida a restauração, você não pode estar mudando projetos arquitetônicos, mudando a identidade daquele local. Bem como também na Estrada de Ferro, acredito eu que, alguns aqui antes falaram sobre isso, deva ser seguida essa questão de revitalizar, de não mudar muito as características históricas, como já foi dito aqui, passagem do trem, etc., então é uma preocupação nossa. O Conselho Regional de Engenharia, bem como toda a sociedade, a gente vem muito preocupado com essa questão de obras da nossa Capital. A Estrada de Ferro foi 336 quilômetros construídos em 05 anos, enquanto a gente tem obras em 2000, nesse século, que duraram mais de 10 anos. Então a gente vem bastante preocupado com essa situação e bastante preocupado também com os nossos profissionais, levando em consideração que o CREA cuida da execução profissional, mas agora, a gente vendo os problemas e problemáticas sobre essas questões, principalmente o patrimônio histórico, a gente vem tentando participar mais efetivamente. Logo, a gente gostaria de se dispor a compor equipes para ver a questão de viabilidade de revitalização. A gente tem estudos lá, dentro do nosso Conselho, sobre revitalização, então nós temos lá dentro do nosso Conselho. Temos também questão de tecnologia de mitigação de erosão, que são justamente essas barragens, esses muros de contenção. Hoje, só para esclarecer alguns de vocês e deixar vocês um pouco a par de novas tecnologias, existe um equipamento chamado geossintético, que é trabalhado na Geotecnia Ambiental, na Geotecnia de Segurança. Que são equipamentos que dá para se botar em encostas e segurar justamente esses banzeiros que a gente tem, para diminuir a erosão. E aí minimizaria muito o tempo de execução de serviço para construção de muro, durabilidade de equipamentos. Hoje, em muitos locais, como portos já é executado essa tecnologia, então a gente se dispõe a contribuir com essa questão de novos estudos bem como propor tecnologias para serem adotadas. E para finalizar eu quero dizer que o CREA se encontra disponível para esta Casa, para os profissionais do Sistema Confea/Crea, para o Ministério, para o pessoal da Associação, bem como para toda a sociedade. É isso, muito obrigado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado, doutor, obrigado ao senhor pela fala, pela presença do CREA aqui neste debate. O CREA realmente tem marcado presença em todas as horas aqui. Um abraço a toda Diretoria, todos lá do CREA.

Passar a palavra agora para o nosso Antônio Moisés, da Associação dos Ferroviários.

O SR. ANTÔNIO MOISÉS – Bom dia a todos, bom dia senhores. Eu não vou me demorar porque o que eu tinha me inscrito para falar, eu já ouvi aqui por todos os senhores. Mas eu vou me apresentar, eu sou Moisés, trabalho na capela de Santo Antônio, onde eu tomo conta daquele patrimônio e tive a graça de Deus de ser o responsável daquele patrimônio, que nem eu já disse, e cuido dele e espero que todos vocês, assim que puderam, vão fazer uma visita, que é um lugar que está sendo bem visitado. E também, ao lado da igreja, nós temos o Memorial Rondon também, que também esta Casa teve a contribuição na construção e estamos convidando a todos a conhecer, quem ainda não conhece. Bom, mas devido um pouquinho do que eu ia falar, eu como ferroviário da Associação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, eu também tenho minhas reivindicações a fazer. Eu também tenho meus desejos e os meus agradecimentos, é claro. O ano passado, ano retrasado, quando nós botamos uma máquina para funcionar pela última vez, a máquina 18, houve um senhor ferroviário que estava junto comigo, o finado Oscar, e ele falou para mim assim: “Moisés, hoje nós botamos essa máquina para funcionar, mas quando nós botarmos ela para andar, eu posso morrer sossegado”. Por infelicidade ele morreu e não viu ela andando. Mas não é isso que eu quero para mim, só quando eu for morrer que eu vejo a máquina funcionando porque sou uma das pessoas que quero pilotar a máquina até Santo Antônio, por quê? Porque lá em Santo Antônio eu trabalho, lá em Santo Antônio eu vivo, então eu preciso que essa máquina chegue até lá. E para essa máquina chegar até lá, todos vocês podem colaborar e contribuir, que nem vocês estão fazendo hoje. Eu fico muito feliz, eu fico muito grato quando tantas pessoas, tantos doutores, eu como caboclo daqui da beira do rio Madeira tendo a oportunidade de falar com vocês e vocês me ouvindo. Eu fico muito feliz, fico contente, mas também fico muito triste quando eu vejo, muitas vezes, as pessoas falarem que não dá para o trem funcionar até Santo Antônio, porque a beira do rio está arenosa, que nem eu ouvi essa conversa. E a beira do rio, para quem não sabe, toda vida ela teve areia, viu senhores? Toda vida. Então, se é conversa de quem não tem responsabilidade e não quer cuidar do nosso patrimônio, que leva a sugerir uma conversa dessa. O que eu pretendo e quero perante os meus amigos ferroviários, onde o meu Presidente José Bispo de Moraes, que aqui estava, mas teve que sair, com 83 anos, ele já vai fazer 83 anos, com todo vigor e luta para ver esse trem funcionar, é o que eu, bem mais jovem, pretendo e preciso. Logo após Santo Antônio, a capela de Santo Antônio, tinha o retorno do trem. Esse retorno do trem foi retirado lá da localidade onde nem sequer estava dentro da área que pertencia a obra da hidroelétrica e esse retorno foi retirado, hoje eu ouço falar que esse retorno não tem mais condições de ser locado lá novamente porque lá foi posto umas torres de transmissão de energia. Então eu sugiro que tirem as torres, mas que botassem o retorno do trem lá porque eu creio que isso faz com que nós criemos a nossa identidade, a nossa dignidade de sermos caboclo, de sermos pessoas, de sermos pessoa que daqui nós lutamos pelo que é nosso. Gosto do empreendimento. Achei muito importante e interessante, mas também que nos vejamos, que nos olhemos, as nossas necessidades e os nossos velhinhos que já estão próximos, muito mais próximo de morrer do que talvez muitos outros de nós que estamos mais jovens. Por isso, as minhas reivindicações é a minha fala, perdoe-me por eu não saber falar tão bem que

nem os doutores, mas eu como caboclo tenho que reivindicar os meus direitos, as coisas da minha cidade, onde um empreendimento fazer isso não mais existir, isso para mim eu não concordo e nunca vou concordar. Obrigado a todos.

O SR. HERMÍNIO COLEHO (Presidente) – Obrigado seu Moisés, o senhor como caboclo fala muito bem seu Moisés.

Registrar a presença aqui do nosso Prefeito de Guajará-Mirim, Cícero Noronha. Obrigado Prefeito, daqui a pouco você vai fazer uso da palavra, desejo sorte e muita saúde e proteção para que você consiga arrumar a nossa Guajará que está feia, não é Cícero?

Passar a palavra aqui ao Rosimar Tavares Ramos, Engenheiro.

O SR. ROSIMAR TAVARES RAMOS – Bom dia a todos da Mesa! Deputado, doutora, todos os nossos ouvintes aqui. O que eu ouvi aqui ao longo dos discursos de todos aqui é que a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré ela sempre foi um problema, eu não acredito que seja esse problema e todo o problema tem solução através de um Projeto. Então, ao iniciar em 1903 com a assinatura do Tratado de Petrópolis quando foi colocado, quando o Território do Acre ele veio como uma recompensa social ou entorno, porque naquela época então a Estrada de Ferro hoje, a meu ver, ela representa uma solução de conflitos, desde aquela época com as terras do Acre que foram repassadas para o Brasil iniciou-se aí porque havia brasileiros que tiravam a borracha, seringueiros que ocuparam aquela região da Bolívia. Então hoje, se nós tivermos... Então, nós temos vários Projetos para essa região que hoje está considerada parada, porque na época que nós tínhamos a Estrada de Ferro podemos fazer uma Regularização Fundiária e uma ocupação de produtores rurais de pequena renda para fazer essa ocupação e daí incentivar o agronegócio e como sugestão nós propomos aqui que seja efetivada essa Regularização Fundiária obedecendo a faixa de proteção para que seja ocupada com os produtores rurais nessa categoria de renda familiar. Sugiro que saia definitivamente da esfera judiciária e política e dessa discussão para solucionar que a estrada pode ser meio de transporte como escoar os produtos e desenvolver o progresso da região que se encontra estagnada. O Projeto insiste em esforços temporários das entidades que hoje se propõe, é de muita responsabilidade que eu percebi por parte das autoridades em propor essa reativação. Então, como aqui nós temos o passivo deixado pelas atividades humanas ao longo do Rio Madeira, com a exploração econômica através do extrativismo que representa, foi tirado esse potencial e nós temos hoje um potencial que ele está sendo transformado em energia que são as águas e esse termo que foi muito discutido hoje aqui, a compensação. Isso, ele vem desde 1903 com o Tratado de Tordesilhas. Então, essa é a minha palavra aqui, eu sugiro que, conforme o nosso professor de história lá, criasse esse Conselho, que seja criado uma entidade séria, com competência para que faça essa gestão desses recursos que são repassados através dessa compensação social, que gere realmente esses objetivos voltados para as pessoas que foram afetadas, para o bem que foi afetado e a área que está aí por ser essa área produtiva, que ela é fértil, que seja feita esta ocupação. Essa é a minha palavra aqui. Muito obrigado a todos.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado senhor Edinaldo. Passa a palavra agora, só tem mais dois oradores, a senhora Maria de Fátima Meirelles, é Presidente da Associa-

ção de Guajará-Mirim, é isso, SOS. A senhora está com a palavra. Depois é o nosso Prefeito de Guajará, como o último inscrito aqui.

A SRA. MARIA DE FÁTIMA MEIRELLES – Bom dia à Mesa. Bom dia a todos os presentes aqui. Como já foi dito, eu sou de Guajará-Mirim e nós nos sentimos na obrigação de estar aqui presente pelo fato de está se buscando uma situação muito especial, histórica para o nosso Estado, o Estado de Rondônia que é um Estado novo, porém, é necessário que seja feita alguma coisa porque a gente sabe que as usinas se instalaram aqui, as usinas estão aí, nós pagamos a energia mais cara do nosso Brasil e nós gostaríamos que o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal visse com muito carinho a situação de nós povo e nós população, nós pagamos a energia mais cara do país, minha gente, se for analisar com outros contextos de outros Estados da federação. E o abandono da Estrada de Ferro, ela é enorme, eu não sei se foi por vergonha, quando a nossa estrada, ela foi terminada, que a rodovia começou dar acesso a população, os coronéis, os coronéis da época, que quem comandava era os militares, eles enterraram os nossos vagões por quilômetros e quilômetros, inclusive nós temos vagões doutora, dentro da nossa floresta daqui para Guajará-Mirim feita pelos, vou lhe dizer, pelas indústrias inglesas, porque foi quem fizeram os vagões, aquelas pontes construídas que hoje ainda serve de ponte para o nosso acesso até Guajará-Mirim, como Araras e Ribeirão; foram ferros construídos pelos ingleses. Uma das nossas pontes, bom, é a história, não vou contar aqui para contar história. Mas, é o seguinte é lamentável que a gente sente o que a gente ver com relação ao nosso tombamento histórico, não se fala nem de gestão, não estou aqui para falar disso, também; não vou falar. Mas, é importante que a gente venha até aqui e diga que a maior crueldade feita pela usina, pelas usinas, gente foi mudar a nossa situação climática da nossa região. Eu fui professora muitos anos, eu nunca vi na história geográfica da Amazônia, um inverno tão intenso como aconteceu em 2014, nós ficamos doutora com a nossa água represada 90 dias, nós ficamos, eu só Guajará, nós ficamos isolados, a gente chegava aqui através de avião quando estava com uma doença assim, muito, que não tinha cura no hospital regional de Guajará-Mirim, nós vínhamos de avião, quem ficou neste Estado veio de avião. Então, vejam, nós ficamos 90 dias em total isolamento, não houve uma preocupação das usinas, não houve uma preocupação do poder público do Estado sobre a população de Guajará-Mirim. Olha, eu estive numa reunião no dia 29.09.2015 junto como Governador lá na Secretaria, na SEAS, onde São Carlos foi contemplado com 149 hectares para haver a reconstrução da vila; Nazaré foi contemplado com 50 hectares para sua reconstrução, foram cidades que foram alagadas. Bom Jardim foi contemplado com 1.390 hectares; Calama com 199 hectares; Nova Mutum com uma quantidade aqui que ela já estava reconstruída, foi apenas para revitalização. Guajará, nós temos pessoas de Guajará aqui que foram atingidas pela enchente, eu gostaria que a Quinha levantasse o pessoal de Guajará-Mirim que foi a casa dela e até hoje está no chão, ela está morando de forma subumana porque Guajará não foi contemplado com absolutamente nada, uma casa popular para a população não foi para as pessoas que foram atingidas pelas cheias, não foi feito, não recebeu recurso nenhum, nós estamos com a população de Guajará-Mirim mais empobrecida do que a gente pode imaginar, muito empobrecida. Eu quero chamar atenção aqui dos Ministérios, do Estado, Ministério Público do Estado e o Federal que a situação de pobreza não se dá por-

que o povo não quer trabalhar não, a situação de pobreza se dá pela enchente de 2014, que atingiu, foram dez bairros atingidos e essas pessoas não tiveram processo de reconstrução a contento, não chegou nada para elas, fomos com o Prefeito, pedimos uma, situação que na época era o Dr. Dúlcio Mendes, ele falou que a cidade não tinha para onde crescer, fomos na Secretaria de Planejamento, pegamos o mapa, mandamos reconstruir um mapa aqui em Porto Velho, na Secretaria de Obras, detectaram setenta e quatro quadras que poderiam ser feitas casas populares para, que não chega a isso talvez dez quadras, construiria casas populares para a população. Então, é uma população totalmente empobrecida, carente, sem condições de sobrevivência digna, humana e a gente gostaria que isso fosse revisto para Guajará-Mirim. Eu vi uma colocação aqui que eu fiquei um tanto assim preocupada, porque as águas subiram para nós, nós ficamos isolados por noventa dias, as águas subiram para nós lá gente no dia 05.02.2014, nós ficamos totalmente isolados do mundo, nós não tínhamos para onde ir, a cidade ficou ilhada, aí existe empresas que estão dizendo que fizeram um estudo de impacto ambiental em 2014, isso nunca existiu pessoal, nós temos todos os registros. E aí foi quando nós fundamos uma associação, chamamos todo o pessoal que estava prejudicado com a enchente, formamos Associação SOS/Guajará, porque era impossível conviver gente, conviver naquela situação, lá não apareceu uma autoridade pública estadual ou Federal que viesse rever ou ver, ou sei lá fazer alguma coisa pela população que estava sofrendo aquele tanto. E eu tenho aqui uma sugestão para deixar para o Deputado, o senhor fez uma colocação no começo da sua fala e eu registro tudo, porque eu fui professora trinta e cinco anos; não deixo passar nada e não é gravado não, é escrito mesmo. Então, o seguinte o senhor fez uma colocação assim: lá no Acre tudo que acontece, eles formam elemento histórico e a coisa bomba, é verdade Deputado, se cair uma folha de castanheira ou de seringueira na hora da queda, der um vento contrário, eles registram, vai lá o setor científico da universidade e vai justificar porque aquela folha caiu do outro lado quando podia cair em linha reta, o senhor está entendendo? Além da física funciona. Ai, eu quero dizer para o senhor também enquanto Deputado; estou finalizando a minha fala, o senhor como Deputado, o senhor pode fazer um Projeto de Lei, onde as escolas, eu achei muito interessante o que o Advogado da AMMA, falou ali, que as escolas precisam envolver, realmente as escolas precisam se envolver o senhor pode fazer um Projeto de Lei, onde o currículo da Secretaria Estadual de Rondônia coloque lá, veja um grupo de professores, um grupo seletor que saiba construir a história de Rondônia, que saiba ler a história de Rondônia, interpretar uma boa história, fazer constar em alguns livros para colocar no currículo para que comece trabalhar essa questão da Estrada de Ferro, gente só nós temos esse privilégio, é uma coisa linda, é uma coisa bonita, mas está aí, tem estradas de vagões completos de ferro inglês pessoal, ali no ribeirão na mata adentro você encontra, mas ninguém sabe disso. O grupo de Deputados aqui na Assembleia pode fazer Projeto de Lei, chamar a Secretaria de Estado da Educação e fazer com que essa história de Rondônia, falando do trem, das viagens de Guajará-Mirim daqui para lá, de lá para cá, Vila Murtinho, Abunã, coloca essa moçada para estudar, prepara melhor essa moçada com as situações históricas do Estado. Isso tem que ser feito Deputado, a criança, o jovem não sabe o que é isso não, o jovem não sabe nem se ouve ditadura militar nesse país porque a história não conta mais. Então, é bom que se diga isso lá, mas é a escola que tem que dizer, não é eu, não é

ele não, é a escola que tem que falar disso, é a escola que tem que ensinar. Então, a escola está muito superficial e o poder público fica, deixa assim mesmo depois aprende esse depois nunca chega, e aí o nosso aluno fica sem esse conhecimento básico que é assim conhecer o que tem no seu Estado, o que é de valor no seu Estado, o que é bom no seu Estado. Eu penso que tudo isso aqui que eu falei, eu falei de patrimônio histórico, do abandono, o que o Estado não assume, ele não assume, ele tutela no papel, mas ele não assume entendeu, há um descompromisso total do Estado, e a gente não pode ficar barganhando coisas, migalhas que vem das usinas não, nós temos que trabalhar e ter o nosso de cada dia, nós não precisamos, se for para tirar os royalties tira, mas não prejudica a população. E vem colocar coisas aqui que a gente conhece, que a gente sabe que está sendo colocado de forma injusta, ilegal e que não é real, está entendendo? E que não é real, por que a gente tem cada data registrada pessoal, nós temos isso. Eu sou Presidente de uma associação e eu não lido com criança não, é com velho, caboclo velho e a pior coisa é você lidar com caboclo velho, homem velho da beira do rio, eles conhecem muito, eles têm uma sabedoria empírica que perde para muito doutorzinho que sai da Universidade com diploma de curso superior, viu. Se o doutorzinho para vir para essa tribuna e não vier munido de conhecimento ele dança, por que o meu povo lá ele sabe, nasceu e se criou na beira do rio, mas, ele sabe quando vai chover, se é de meio dia para a tarde, se é de noite, ele sabe. E a gente respeita, a gente respeita esse conhecimento do caboclo lá da beira do rio. E é isso pessoal, a gente gostaria que os Ministérios Públicos vestissem essa camisa e defendam o povo de Rondônia, por que o povo de Rondônia ele não é preguiçoso, ele é simplesmente desamparado, totalmente desamparado de tudo. Agora as usinas vir cantar de bacana aqui nesta tribuna, essa não! Nós não vamos deixar passar não, de jeito nenhum! Se vier, venha com conhecimento de base, por que se vier aqui aplicar coisinhas, nós não vamos engolir essa não meu amigo. Nós vamos trazer a caboclada de lá para cá, aí nós vamos ver com quantos paus se faz uma jangada. Muito obrigada deputado e acate a minha sugestão.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Obrigado a você, Maria de Fátima, e dizer que isso não precisaria nem de lei se nós tivéssemos, isso era o mínimo que as escolas tinham que fazer era, e hoje muitas vezes a gente tem obrigado, tem feito leis aqui na maioria das vezes o Governo, ele entrar com ADIN, com Ação de Inconstitucionalidade, por que tudo que o deputado propõe, tudo que a iniciativa seja do deputado para eles é inconstitucional. Ai ao invés dele cumprir, não. Ele entra com ADIN, com Ação de Inconstitucionalidade como na grande maioria das proposições nossas, o Governo tem entrado com Ação de Inconstitucionalidade alegando vício de iniciativa. Nós vamos fazer, já a gente vai mandar elaborar uma proposta para que obrigue realmente nem que seja um mês, durante o ano, pelo menos durante um mês as escolas estaduais fiquem obrigada de discutir essa matéria, de falar do patrimônio histórico do nosso Estado.

O SR. ADILSON OLIVEIRA SILVA – Boa tarde a todos, meu nome é Adilson Oliveira, eu falo em nome da Comissão de Direitos Humanos da OAB. No tocante que a ilustre professora abordou agora há pouco. Nós ansiamos muito por uma modificação na grade curricular das escolas, onde foram suprimidas matérias de grande importância, de grande relevância no cenário nacional no tocante a educação. No passado quando eu

estudei, há algum tempo né digamos, eu tinha uma matéria denominada OSPB, essa matéria ela me abriu um horizonte tão grande que por sinal eu cheguei ao curso de direito em razão dessa matéria também eu tive lá na minha infância. E nós vemos hoje as nossas crianças não conhecem nem um por cento do artigo 5º da Constituição Federal, sobretudo a questão dos direitos sociais, direitos políticos. Então a Comissão de defesa dos Direitos Humanos, ela tem um projeto de levar de forma voluntária as escolas públicas estaduais, municipais e de iniciativa privada inclusive, uma matéria, uma palestra que pertine essas questões inerentes a Constituição Federal dos direitos e obrigações, e não só as escolas as comunidades também. Então fica aqui registrado ao nosso deputado que nós temos, nós dos Direitos Humanos temos o grande interesse de compartilhar desse projeto também, nos colocamos a disposição para trabalharmos juntos essa questão que é de grande interesse social. Eu acredito que Rondônia ela vai ter uma cara nova quando a sociedade conhecer de fato os seus direitos e as suas obrigações, que hoje infelizmente as escolas não proporcionam isso. Muito obrigado, aquele forte abraço da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos para vocês.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Com a palavra o nosso Prefeito Cícero Noronha.

O SR. CÍCERO NORONHA – Boa tarde a todos os senhores, quero aqui registrar e agradecer ao proponente dessa Audiência Pública, o deputado Hermínio Coelho, o qual nós conhecemos de longa data, a Excelentíssima doutora senhora Gisele Dias de Oliveira, Procuradora Geral do Ministério Público Ministério Público Federal; Sr. Flávio, representante da vice-Governadoria; Sr. Luiz Leite de Oliveira, Presidente da Associação de Preservação do Patrimônio Histórico do Estado de Rondônia e Amigos da Madeira-Mamoré – AMMA; Sr. Márcio Martins, representante da Fundação Cultural do Município de Porto Velho – Funcultural; Sr. José Romão Grande, Presidente do Sindicato dos Soldados da Borracha; Ismael Correia, Superintendente do Patrimônio da União, o qual eu tive a grata honra em conhecê-lo e já com uma grande preocupação com o município de Guajará-Mirim; Dr. Adilson de Oliveira Silva, representante da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB; Dr. Antônio Augusto Souza Dias, Assessor Jurídico da AMMA; Sra. Delma Batista, Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Dr. Charles, Procurador do Município de Guajará-Mirim que nos acompanha e o nosso Diretor do Instituto de Previdência do Município, Dr. Sidnei Silva, Engenheiro Germano que também falou em nome do nosso município; a Professora Fátima representante do SOS Guajará, imprensa, público em geral. Senhores, sou nascido e criado no município de Guajará-Mirim e tenho atuado ao longo dos últimos 15 anos com muita força no setor produtivo do Estado de Rondônia, temos um conhecimento a fundo do nosso Estado e do nosso país, e de fato encarar e aceitar o comportamento do conjunto político local do município de Guajará-Mirim e também quanto ao Governo Federal e aos empreendimentos que se deram no momento das duas obras das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau realmente não observamos um comportamento muito adequado, a sociedade faltou ser melhor ouvida, a sociedade faltou perceber e participar de um processo de articulação no tocante inclusive investimentos nas áreas públicas e sociais dos municípios, principalmente os municípios que estão intimamente ligados a essas duas grandes obras, e Guajará-Mirim em especial porque

Guajará-Mirim desde quando é Guajará-Mirim é o grande garantidor das políticas sustentáveis do Estado de Rondônia porque somos detentores de uma das maiores riquezas deste país e do planeta, nós temos 93% de áreas verdes protegidas de um município de quase 25 mil quilômetros quadrados, maior do que alguns Estados brasileiros com extensão territorial que eu me refiro e alguns países, e nós estamos intactos, mas lá eu tenho uma dívida de mais de 40 milhões, Deputado Hermínio. Eu tenho um índice de folha de mais de 64%, eu tenho um parque Nacional Serra da Cotia com 285 mil hectares que eu não tenho a menor dúvida de que ele tem um valor estimado em alguns bilhões de reais e eu não pretendo tratar o meu povo a pão e água eu sendo detentor de uma riqueza tão imensa. Eu estou falando em um parque, eu não estou falando no total de parques. Então o comportamento muitas vezes governamental em todas as ordens foge os preceitos de responsabilidade numa conjuntura de representar o povo no contexto de 205 milhões de brasileiros. Então temos interesse que o desenvolvimento chegue? É importante para o país. Temos interesse que haja autossuficiência nas questões energéticas do país? Temos. Eu venho do setor produtivo, é fundamental que nós tenhamos reservas energéticas, que nós possamos um dia se autossuficientes em questões energéticas para deixar este país, mas, forte, mais pujante no seu desenvolvimento, mas não é correto de que não se olhe o grande patrimônio brasileiro, o maior de todos eles que é o seu povo. Eu não pretendo ter uma governabilidade no município de Guajará-Mirim, Deputado Hermínio, baseado e sustentado no viés tradicional deste país onde o grande viés é o futebol, o samba, não, o futebol, eu pretendo governar o meu município com o viés povo de Guajará-Mirim. O meu verde é muito importante, é muito importante, mas tão importante quanto ou até mais é o meu povo, ele não foi assistido por esses dois complexos, eu não gostaria de discutir o passado, mas nós guajaramirenses estamos muito abertos a voltar e sentar à mesa, e, rediscutir as devidas compensações de um povo que não foi cumprido, e, eu quero aqui fazer sim uma defesa em cima de duas instituições que se confundem numa única que são os Ministérios Públicos, porque se eles tivessem ausentes deste debate a coisa estaria “n” vezes pior do que já está. O Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal ainda foram os grandes guardiões do povo de Rondônia na questão das hidrelétricas. Vimos muitos debates sendo travados nesta Casa, Deputado Hermínio, muitos debates e grandes debates importantes, mas na hora de fazer efetivação das medidas judiciais os Ministérios Públicos sempre estiveram vigilantes, e antes de vir para esta Casa eu me certifiquei, me certifiquei dos trabalhos que os Ministérios Públicos continuam fazendo. Ontem estive também reunido com o Presidente Andrey Cavalcante, onde travamos diversos debates referentes ao município de Guajará-Mirim e gostaria de transmitir ao representante do Dr. Andrey, aqui o Dr. Adilson de Oliveira, a nossa satisfação da forma como fomos recebidos pela OAB/RO no final da tarde de ontem. Um jovem, mas um jovem de responsabilidade, conceito e preocupado com as políticas públicas e sociais do Estado de Rondônia, sem esquecer das prerrogativas da classe que ele representa. Então, Deputado Hermínio, muito feliz de ver aqui que nós temos nesta Casa a sensibilidade e a preocupação com o povo de Rondônia. Em seu nome eu faço esse agradecimento em nome do meu povo de Guajará-Mirim e também ao nosso Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Deputado Maurão de Carvalho, que também tem nos recebido aqui sempre. E o senhor é testemunha de quantas vezes buscamos a Casa para travar os debates de todas as

ordens do Estado de Rondônia, nós sempre sentamos aqui de forma cordial, mas sem abrir mão das prerrogativas de defender o nosso povo, assim o senhor tem feito aí. Eu ainda defendendo o setor produtivo, hoje defendendo o setor produtivo, mas acima de tudo defendendo o povo de Guajará-Mirim e defenderei todos os dias do meu mandato. Muito obrigado pela oportunidade e coloco que as políticas para o município de Guajará-Mirim, o Estado precisa enxergar. Fica para o IPHAN, fica para a OAB, fica para a Assembleia Legislativa, fica para o soldado da borracha, para o SUP, para os amigos, para o patrimônio da União, de que olhem Guajará-Mirim. Não que Guajará-Mirim é melhor que alguém, mas Guajará-Mirim, no Conselho do Governo Federal é um município especial porque nós somos um município de fronteira, nós somos um município cidade gêmea, nós somos a fronteira mais ativa do Estado de Rondônia, uma das mais ativas do País. Nós somos a fronteira mais verde, uma das mais verdes do planeta, nós temos a área de livre comércio, o entreposto que dá ao povo de Rondônia um dos menores custos das cestas básicas, que chega o arroz, o feijão na mesa do cidadão rondoniense. Então, se nós somos garantidores dessas grandes riquezas, não é correto que estejamos, neste exato momento, a pão e água, a pão e água é quem não tem o que comer. Nós temos muito a oferecer a todo povo de Rondônia, só queremos ser tratados de forma desigual, porque nós somos desiguais. Não vivemos no Brasil, vivemos no Brasil de brasis e nós somos um desses brasis. Muito obrigado e um bom trabalho a todos vocês e obrigado pela oportunidade.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – obrigado, Prefeito, e com certeza logo, logo a gente vai fazer um debate aqui na Casa ou pode até ser numa Sessão Extraordinária lá, uma Sessão Itinerante lá em Guajará. Com certeza o Deputado Dr. Neidson vai propor isso para que a gente discuta realmente a situação de Guajará-Mirim, onde o Estado e a União têm que marcar mais presença.

Agora vamos aqui para os encaminhamentos. Nós, primeiro agradecer a todos, os nossos Ministérios Públicos; o IPHAN; aqui o nosso Superintendente da SPU; aqui o Márcio, aqui do Funcultural de Porto Velho; todos que participaram desta Audiência, agradecer a todos a presença e por ficarem aqui até agora neste debate. Mas vamos agora aos encaminhamentos. Eu tinha colocado aqui algumas... Tinha feito algumas anotações aqui. Foi colocada aqui pelo Márcio, a questão de ver a possibilidade de se criar uma fundação específica para cuidar do patrimônio histórico do nosso Estado e questão também de criar um fundo para que se tenha, principalmente os royalties, para que tenha pelo menos o mínimo para manutenção do patrimônio histórico do nosso Estado, principalmente da Madeira-Mamoré. Nós vamos encaminhar isso para o Governo do Estado, vamos encaminhar também, tudo que foi discutido aqui nós vamos encaminhar para a Prefeitura, para a nossa bancada federal, para o Estado e também com relação à proposta de mudança, de emenda na Constituição do Estado, acrescentando um parágrafo, criando um parágrafo no artigo 264, no sentido de ficar especificado lá nesse parágrafo as penalidades que o responsável por cuidar do patrimônio histórico por não cumprir, que lá está omissão no artigo da lei, o 264. Apesar que eu estive falando com a doutora aqui, ela fala que leis têm bastante, pelas leis que já existem dava para enquadrar sim. E vamos cobrar aqui dos nossos Ministérios Públicos que tem que enquadrar sim os empreendimentos, mas tem que enquadrar também as nossas autoridades que são responsáveis. Como o professor falou muito bem aqui, quem

tem o poder de pressão maior são os políticos, principalmente o Executivo do município e do Estado, que têm o poder de pressionar os empreendimentos a cumprirem o que foi combinado. Infelizmente a gente está vendo aí a falta de vontade ou a falta de moral desses órgãos que têm poder sim. O Estado e o município, se eles se interessassem realmente, através do Governador e do Prefeito fossem lá naquelas Usinas resolveria isso rápido. Infelizmente não tem, eu não sei por que motivo esse povo não tem interesse, eu não vejo, pelo menos como devia, com garra, com muita força para cobrar pelo menos o que foi garantido, que foi assinado, que foi acordado, infelizmente. Ainda vamos cobrar, vou tentar fazer um encontro aqui, fazer, vou tentar ver que de forma a gente reúne o Estado, o município junto aqui com o Ministério Público, a Assembleia, a Câmara de Vereadores. A minha preocupação é trabalhar isso e no dia eles mandarem representantes que não têm força nenhuma para discutir numa Mesa. A minha preocupação é essa. Teria que estar aqui a pessoa, se o Prefeito não estivesse, o Governador não estivesse, teria que ter alguém que falasse por eles para que a gente já decidisse aqui, já marcasse uma reunião já para que nessa reunião fossem discutidas propostas práticas, junto com as empresas, com o Consórcio, no sentido de cumprir pelo menos o que foi acordado. Foi falado aqui com relação à Assembleia propor emendas parlamentares para fazer a contenção. Isso seria um absurdo, não é? Com tanto dinheiro que foi gasto nessas Usinas para fazer, para conter todo estrago da barragem, é o Estado que vai pagar com seu dinheiro próprio. Isso seria um dinheiro, o Estado que... Porque nas pesquisas, hoje mesmo eu vi saindo aí nas pesquisas, dizendo que o Confúcio é o melhor Governador do País. Imagina o pior! Eu queria saber como é que está o Estado que tem o pior Governador. Porque nós que temos o melhor, está nessa situação, imagino o que está com... Porque infelizmente eu não vejo, eu não sei o que é que está acontecendo porque eu não vejo, pelo menos eu não enxergo nada desse governo que poderia colocar ele como um bom Governador, infelizmente. Hoje, porque se fala que pagar a folha do servidor em dias já é um ato, o cara é bom por isso, se é uma obrigação mínima pagar o salário dos trabalhadores, isso como manda a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mas é isso, eu acho que foi proveitosa, vamos cobrar. Eu já falei, conversei aqui com a Doutora Gisele, vamos encaminhar pedindo que o Ministério Público, que eu sei, que eu também sou um admirador do Ministério Público, a gente sabe que o Ministério Público tem feito muito. Também vamos cobrar do Ministério Público, que o Ministério Público também entre com uma ação contra Prefeitos e contra Governadores, que não estejam cumpra com suas obrigações. Que o Ministério Público também entre através de medidas legais, de ato de improbidade ou de omissão para que venha responsabilizar essas nossas autoridades. E também eu vou propor na terça-feira, eu vou propor a Moção de Aplauso a todas as entidades, principalmente a AMMA, a vocês aqui, os guerreiros que vivem na luta em defesa do patrimônio histórico, principalmente da Madeira-Mamoré. Vamos fazer uma Moção de Aplauso a vocês e vamos também fazer uma Moção de Repúdio a quaisquer pessoas ou qualquer entidade que estejam prejudicando ou tentando criminalizar qualquer coisa do movimento da luta de vocês.

Pois não, Eliana.

A SRA. ELIANA MENEZES – Deputado, vale aqui registrar que o nosso amigo Arquiteto Germano ficou preso 20 dias! Vinte dias na cadeia justamente pela luta dele.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Você ficou preso 20 dias por quê? O que foi que você fez?

A SRA. ELIANA MENEZES – Por ter denunciado.

O SR. HERMÍNIO COELHO (Presidente) – Aí te prenderam porque você denunciou. Quando foi? Foi na época do Roberto ou do Mauro? Lá em Guajará-Mirim? É, meu amigo, é o fim dos tempos mesmo. Mas é isso mesmo, no Brasil, apesar de que, graças a Deus, está mudando, porque está aí, tudo que você falou está provado aí. Agora, vão te reparar? Não vão te reparar. Por isso que graças a Deus parece que está mudando, está mudando um pouco e eu espero que mude mais. Mas eu sempre tive essa preocupação, no Brasil, há muito tempo, quem denuncia e quem critica e quem combate toda essa coisa suja da política brasileira é que corre o risco de morrer ou de ir para a cadeia. Infelizmente isso tem acontecido, já vem acontecendo isso há muito tempo, o risco de... Ontem mesmo, para vocês verem, ontem uma pessoa, eu vou colocar aqui só para vocês verem o absurdo, me adicionaram num grupo. Aí eu fui, coloquei boa tarde, tal, boa noite, e fui e postei lá uma fala minha aqui na tribuna, esculhambando o governo e o Prefeito. Aí um monte de gente dizendo: “não, se esse cara ficar no grupo eu vou sair porque ele só sabe falar mal do Prefeito e do Governador”. Eu falei: “não, não precisa vocês sair não, deixa que eu saio, pode me tirar, quem me adicionou pode me deletar”, porque eu não quero que ninguém, é importante vocês estarem no grupo organizado, cobrando, mas, eu infelizmente, não vou ficar puxando saco de executivo e ficar cego, porque eles acham que quem critica, o fato de eu criticar o Governo e os Prefeitos, os Executivos, eles acham que eu não consigo nada para a comunidade, porque realmente é assim mesmo. Mas, o nada que eles falam é essa politicazinha miúda, do Vereador, o Deputado ir ao bairro e pedir para passar uma máquina na rua, isso é papel de Deputado ou do Vereador? Isso aí é obrigação mínima da Prefeitura arrumar iluminar, mas aqui não, eles querem obrigar de alguém ir ao bairro, reunir a comunidade para fazer um pedido de urgência para o Prefeito ou para o Governador para arrumar a rua para o Vereador dizer que está trabalhando, os Deputados. E como eu falo mal do Prefeito e do Governador se eu fizer um pedido se ele já não arrumava a rua aí que eles não vão arrumar mesmo. É como falei, a política miúda que leva a nossa cidade ser da forma que é o nosso Estado, o nosso País.

Bom pessoal, obrigado a todos e se Deus quiser vamos continuar a luta para que alguém venha enxergar uma questão tão importante que é o Patrimônio Histórico do nosso Estado. Eu citei Rio Branco no começo e vou terminar com Rio Branco. Rio Branco, ali, quem vai à Rio Branco tem que ir à beira do rio onde tem lá todo aquele comércio ali, lanches, comidas típicas, artesanato, enfim, as pessoas tem orgulho daquilo ali. Aqui a nossa Madeira-Mamoré que era para ser até mais bonito, infelizmente, as pessoas só sabem descriminar, dizer que é puteiro, que é ponto de drogas e por aí afora, infelizmente, a situação... Nós de Porto Velho nós nunca valorizamos, com a exceção de vocês que é minoria muito pequena que sempre defendeu com muita luta o nosso patrimônio, principalmente da Madeira-Mamoré. Um abraço a todos.

Não havendo nada mais a discutir declaro encerrada esta Audiência Pública.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 13h08min).

**13ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE
SEGURANÇA PRISIONAL EM UNIDADES HOSPITALARES****Em 08 de Maio de 2017****Presidência do Sr.**
ANDERSON DO SINGEPERON - Deputado**(Às 15 horas e 17 minutos é aberta a Sessão)**

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Anderson do Singeperon, realiza Audiência Pública, com o objetivo de debater sobre a Segurança Prisional nas Unidades Hospitalares do Estado de Rondônia. Já se encontra à Mesa Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson do Singeperon, proponente desta Audiência Pública, e também Excelentíssimo Senhor Marcos José Rocha dos Santos, Secretário de Estado da Justiça. Convidamos à senhora Joelma Sampaio, Diretora Geral Adjunta do Hospital de Base Dr. Ari Pinheiro; convidamos também à senhora Raquel Gil Costa, Diretora Geral Adjunta do Cemetron; senhor Ruy Delvan, Chefe da Escolta Hospitalar de Porto Velho e o senhor Igor Salvador, Diretor Jurídico, representando o Singeperon.

Já queremos agradecer a presença das demais autoridades, das senhoras dos senhores, do William Fernando, agente penitenciário, representando a Escolta Hospitalar de Cacoal, senhora Katiane Maia, Gerente de Saúde da SEJUS.

Informar a todas as senhoras e senhores que, independente de estarem compondo a Mesa, todas as pessoas terão voz aqui de acordo com a orientação, do Excelentíssimo Senhor Deputado Anderson do Singeperon.

Neste momento, com a palavra sua Excelência o Senhor Deputado para abrir oficialmente esta Audiência Pública. Convidamos ainda antes do início, o Tenente Inácio, Coordenador do Sistema Prisional da SEJUS, quero registrar a presença dele aqui.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta esta Audiência Pública, com o objetivo de debater sobre a Segurança Prisional nas Unidades Hospitalares do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Antes do Hino Céus de Rondônia, o Davi, o Tenente Davi, por favor, venha compor a Mesa. O Tenente Davi Inácio é o Coordenador do Sistema Prisional da SEJUS, também compondo a Mesa dos debates desta Audiência Pública, que tem como objetivo debater sobre a Segurança Prisional nas Unidades Hospitalares do Estado de Rondônia.

Convidamos a todos para de pé ouvirmos o Hino Céus de Rondônia.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Podem sentar. Muito obrigado. A partir de agora, Sua Excelência Senhor Deputado Anderson do Singeperon vai determinar a ordem de fala e também os objetivos desta Audiência Pública.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Mais uma vez boa tarde a todos. Agradeço a presença de todos que se

fazem presentes nesta Audiência, aos agentes penitenciários, técnicos de enfermagem, pessoal da nossa assessoria que se encontra aqui também, dando todo suporte técnico nesta Audiência, a todo corpo técnico da Secretaria de Justiça. Agradecer a presença do Secretário Marcos Rocha, que atendeu o convite desta Casa; a senhora Joelma Sampaio; a senhora Raquel; a senhora Joelma Sampaio está aqui representando o Diretor Geral do Hospital de Base; a senhora Raquel que está representando o Diretor Geral do Cemetron; o senhor Ruy Delvan, que é o Chefe da Escolta Hospitalar daqui de Porto Velho; Tenente Davi, Coordenador do Sistema Prisional do Estado de Rondônia; senhor Igor Salvador, Diretor Jurídico do SINGEPERON; e também o Fernando, que está aqui, de Cacoal, representando a equipe que atua no Hospital Regional de Cacoal, uma equipe permanente, que faz a segurança nos hospitais, de presos da região ali de Cacoal. O objetivo principal desta Audiência é tratar a respeito do trabalho que a Secretaria de Justiça, através dos agentes penitenciários, socioeducadores atuam dentro dos hospitais do Estado. Eu conheço um pouco essa realidade, na minha atuação sindical, durante 06 anos que atuei no Sindicato fiz diversas fiscalizações, denúncias apurações de fatos que ocorriam dentro desses hospitais. É um tema muito sensível porque a gente está ali com o apenado, custodiado pelo Estado, em um ambiente que não é o ambiente normal dele. É um ambiente que é um ambiente de pessoas que estão ali aguardando cirurgia, em recuperação, são pessoas que estão debilitadas e em cima de toda essa preocupação da questão da segurança que envolve, porque nós sabemos que o risco ali de resgate, o risco de fugas é muito grande. Então, tanto o preso que está ali em uma recuperação como o servidor, ele fica muito exposto. E, muitas vezes, por falta de uma estrutura adequada para comportar aquela equipe que está ali, acontecem situações dentro desses hospitais, como já aconteceu no João Paulo, inclusive de ter disparo de arma de fogo lá dentro. Imagine só uma pessoa numa recuperação cirúrgica, uma pessoa bem debilitada, intubada na UTI e acontecer uma situação sinistra dessa forma. Quando tem algum preso de custódia federal, nós sabemos que a estrutura que é a equipe do Sistema Prisional Federal, que o DEPEN monta, é uma estrutura muito grande para ficar somente com o preso. Não que o preso dele seja pior, ou melhor, a gente já ficou com preso lá, às vezes, pior do que alguns presos em questão de periculosidade do Sistema Penitenciário Federal. E hoje, nesta Audiência, nós queremos aqui trazer todas as questões, as dificuldades, e também a gente dá alguns rumos, alguns encaminhamentos. Ninguém melhor do que a própria Secretaria de Saúde estar aqui, porque hoje a demanda que vem de lá, as dificuldades que vêm de lá, muitas vezes vêm e só quem pode resolver devido à estrutura ser da Secretaria de Saúde, tem que ser a Secretaria de Saúde e a SEJUS é no que envolve o efetivo, é no que envolve o equipamento que nós temos lá e o que a gente usa. Recentemente, numa fiscalização da OAB, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, foram fotografados presos acorrentados no João Paulo; dando uma ideia medieval, de um sistema carcerário medieval, que acorrentam presos, e, houve uma recomendação, inclusive, para a retirada dessas correntes. À época, eu lembro bem, foi inclusive retirado e na outra semana aconteceram às fugas e a própria recomendação foi revogada e teve que maquiara ali a corrente, mas, teve que usar a corrente. Então isso mostrou a fragilidade que os agentes penitenciários e socioeducadores atuam nessas unidades e que muitas delas não existem um local de referência para que esses agentes recebam esses apenados. Então, nós

temos situações bem adversas em relação ao Hospital ou outro. No Hospital de Base os agentes penitenciários, o local deles de guardar o seu equipamento, armamento, toda sua estrutura é junto com o apenado, é junto com o preso que está recuperando. No HB existe um local que, inclusive, foi resolvido recentemente através de uma atuação da SEJUS. Então, no João Paulo o local é junto, junto com o preso. No HB existe um local para o agente, para ter os seus equipamentos, mas, a maior dificuldade são os presos cada um em uma ala, cada um, é claro, cada um com uma especialidade, uma ortopedia, outro aguardando cirurgia de possível doença, ou que foi baleado, algumas situações adversas o que acaba dificultando, nós não temos um local específico para abrigar todos os presos de todas as especialidades juntos, o que daria mais segurança. Então, nós não temos essa estrutura. Então, nós vamos ouvir aqui a Secretaria de Saúde, mas, inicialmente, antes de ouvir até os representantes dos hospitais eu quero ouvir aqui o Ruy Delvan que é Chefe da Escolta Hospitalar e já foi Chefe da Escolta por muito tempo também, agora retomou o cargo novamente e tem feito uma atuação até elogiável pelos colegas, pelo que a gente tem observado nesses locais.

Então Ruy, está com a palavra. Se quiser falar daqui pode falar, se quiser usar a tribuna, você fique à vontade; e, logo em seguida nós vamos ouvir os representantes dos Hospitais que estão aqui. Hoje é uma Audiência Pública, quem quiser falar também da plateia pode fazer sua inscrição, está aberta para qualquer servidor, técnico, qualquer representante da comunidade falar hoje aqui, eu não costumo suprimir fala de ninguém, até porque se é Audiência Pública ela tem que ser pública. Então, quem quiser se inscrever pode procurar o nosso Cerimonial e levantar as questões que precisam ser levantadas e aqui vão estar às pessoas competentes da Pasta, para responder os questionamentos e as dúvidas.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) – Excelência, só para cumprimentar antes da palavra do próximo orador, cumprimentar a senhora Carolina Silva, Coordenadora da Casa de Custódia de Porto Velho.

O SR. RUY DELVAN – Boa tarde Exm^o. Deputado Anderson Pereira, proponente desta Audiência Pública; cumprimento o Sr. Exm^o. Secretário de Justiça, aqui presente; Dra. Joelma, Diretora Adjunta do HB, nos conhecemos há muito tempo; o Sr. Davi, Coordenador Geral do Sistema; o Sr. Jobson, Gerente Regional do Sistema; a Senhora Diretora do Cemetron, aqui presente.

Eu vou relatar um pouco do que eu conheço desde 2006, esta é a terceira vez que exerço essa função de Coordenador da Escolta Hospitalar. Então, nesse mês de março fui convocado, fui convidado a reassumir este cargo. Deparei-me com situações deveras difíceis, vou por partes, vou citar a situação do João Paulo II que é a mais grave. Hoje os agentes ali cuidam dos presos numa sala dita como “sala de segurança” onde são três leitos e já me deparei com agentes no horário noturno tirando o seu quarto de hora, pasmem senhores, é estranho, mas, o que eu vou falar podem acreditar. O agente deitado embaixo do leito do apenado, no piso. Então, é uma situação degradante, entendeu? Não tem uma sala para guarda de material, não tem uma sala para guarda de material bélico, de armamento, não tem livro, o agente se alimenta juntamente com o preso na mesma sala, a central de ar circulando ali e o agente passando por toda essa situação. No mês de abril tivemos um fato mais grave. Dia 30 deu entrada no João Paulo II uma pessoa com problemas psíquicos, dois dias depois foram

feitas avaliações e foi detectado que este paciente estava acometido de meningite. Um fato grave que nos levou a acionar todos os colegas ali a tomarem a medicação e este paciente foi transferido de imediato para o Cemetron. Então, isso agravou bastante e logo em seguida outra situação de outro apenado que também deu entrada com meningite. Por não termos uma sala onde o agente fique separado do apenado, todos ali estavam propensos a serem contaminados entendeu? Então, até detectar se essa meningite era contagiosa ou não, ficou aquela suspeição, aquela problemática, entrei em contato com a senhora gerente de saúde, ela nos orientou via WhatsApp, a medicação que deveria ser tomada, os procedimentos a serem feitos, mas, poderíamos ter evitado todo esse procedimento, se todo aquele procedimento de exames fosse feito na admissão do paciente. Então, pessoas ficaram ali expostas, agentes penitenciários, outros apenados que estavam na sala também passaram a ficar expostos, então se tornou uma situação gravíssima dentro do João Paulo II, esta é a mais grave. A questão do agente penitenciário não ter uma sala separada para ele surge mais um problema, porque o agente manuseia o armamento na frente do preso, se o agente sair da sala, o armamento fica exposto ao apenado, ou seja, ele vai manusear uma arma, não tem uma caixa de areia, não tem local específico para ele fazer esse manuseio, ou seja, é feito o manuseio da arma dentro da própria sala, dentro da própria enfermaria. Essa é a situação mais grave que é a do João Paulo II, isso eu já venho batendo nesta tecla há certo tempo, é a terceira vez que assumo esse cargo. Então, fizemos um relatório, encaminhamos ao Coordenador Geral do Sistema, ao Gerente Regional e a Gerente de Saúde. E o Deputado tomou conhecimento deste relatório e solicitou esta Audiência Pública. Diante do nosso relatório o Gerente Regional do Sistema esteve no João Paulo II, nos reunimos, eu, ele e o Diretor Adjunto do João Paulo II para encontrarmos uma solução, uma sala que fosse específica para guarda desse material e não ter o agente tão exposto a infectos, a doenças ou coisa parecida. Então, a situação do João Paulo seria o quê? Uma sala específica para que o agente visualizasse, monitorasse o apenado sem estar em contato direto com o paciente, o paciente apenado no caso. Essa é a situação do João Paulo. Cemetron, não tive contato com a direção, a direção geral; tive contato com o diretor adjunto, o Dr. Sérgio. Sérgio Bazano, tentando marcar duas vezes audiência com ele, ele por algum motivo particular ou excesso de trabalho não foi possível. Conversei com a Gerente de Saúde, ela achou melhor que essa reunião fosse marcada pelo Secretário de Saúde, aí nós iríamos, eu, a Gerente de Saúde para tentar resolver a situação do CEMETRON. Quanto a agendamentos e quanto a uma sala mais específica também para os agentes penitenciários. Estou aqui à disposição para qualquer dúvida das pessoas aqui envolvidas. Obrigado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – No Hospital de Base, como é que está?

O SR. RUY DELVAN – Quanto ao Hospital de Base, nós temos um acesso fácil aqui com a Dra. Joelma, que já foi até Adjunta da SEJUS por certo tempo e lá o acesso foi fácil, inclusive estivemos com o Ronaldo que é do SINGEPERON, o próprio Sidnei e conseguimos uma sala, adequamos uma sala na Ortopedia I e o pessoal do João Paulo está bem alojado, entendeu? Eu aqui elogio a Dra. Joelma pela atitude, pelo empenho em resolver essa situação. Agradeço pessoalmente aqui a Dra.

Joelma, porque foi muito compreensiva com a nossa situação, com a situação do agente penitenciário ali no Hospital de Base.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Passar a palavra ao Igor, Diretor Jurídico do Sindicato, Igor Salvador.

O SR. IGOR SALVADOR – Inicialmente eu quero cumprimentar a todos na pessoa do Deputado Anderson, só informar a ausência do Presidente Sidnei, ele está em visita nas Unidades Socioeducativas, ele e o Diretor Hamilton e ele determinou que viéssemos representar o SINGEPERON. E os demais da Mesa também e a todos que nos assistem. Inicialmente Deputado, vale ressaltar que eu já estive por três anos, lotado ali no Hospital João Paulo, de 2010 até 2013. Então, assim, já passamos por diversas situações naquela época e que na época, nesse momento atual ainda persistem várias problemáticas em relação a essa questão específica de apenado. Inclusive, inclusive questão estrutural é o que mais tem sido comentado, o espaço reservado para os servidores, dando uma melhor condição para os servidores. A questão específica de internação, ela depende muito da situação do apenado, mas, como o João Paulo é um hospital pequeno e com a demanda e os cuidados que há necessidade, a equipe se esforça de desdobra para conseguir manter um bom trabalho ali naquelas unidades. Vale ressaltar que se faz necessário e isso já foi uma demanda de muitos anos várias reivindicações, inclusive, na minha época quem era o coordenador era o Ruy, depois passou para o Marcelo. Esse pleito, esse pleito específico do Hospital João Paulo, em relação ao local reservado para os agentes penitenciários, para poder guardar os materiais, cargas, ele se faz de suma necessidade. Tem o Hospital Cemetron, também uma situação a par, lá tem o local reservado para os agentes penitenciários para guardar os equipamentos e o material carga. No HB, também a gente observou e a gente constatou também, o local hoje é um local bom, um local onde os agentes eles estão instalados, é um local seguro, lá tem uma demanda diferente dos outros hospitais. Vai aí também como sugestão que a gente faz necessário também, além dessas problemáticas que há anos persistem nos hospitais, nós temos a questão também de legalização, então, já são desde 2010, na época que eu entrei até hoje nunca foi regulamentado a questão da internação de presos. Então, o que regulamenta hoje para nós da SEJUS é um memorando, que esse memorando, diga-se de passagem, é da época do Ruy, em 2010. Então, assim o que o sindicato vem interceder junto aos servidores? Precisamos legalizar através de uma portaria a regulamentação e internação de preso e também outro ponto que é claro que é notório: material de carga. Falta material carga para internação de preso. Em 2013, estava eu e um colega de serviço, fim de ano dia 24 de dezembro de 2013, estava eu e mais um servidor, estávamos com 13 presos internados e alguns deles, tivemos que fazer improvisado para poder receber esse preso da rua pelo fato que ele estava internado e não tinha material carga. Então, assim, hoje uma das maiores demandas também...

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Vocês estavam com treze presos e quantos servidores?

O SR. IGOR SALVADOR – Dois, eu e mais um.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) - Dois?

O SR. IGOR SALVADOR – Dois servidores, eu e mais um. Então, assim hoje o que persiste ainda é material carga, falta

algema, falta cadeado, falta corrente e isso lá no passado há sete anos estava com essa problemática e hoje persiste, hoje, hoje se tiver cinco presos internado no João Paulo, se chega o sexto eu tenho que ir atrás de material, é isso que visualizamos, é isso que como o sindicato, a gente participou. Então, o que acontece? O Ruy tem que se virar nos trinta numa questão dessa específica e tem que ir às outras unidades buscar material carga. Então, assim tira de uma unidade e passa para outra unidade. Então, assim o que precisa também é melhorar essas condições, o material carga, antigamente tinha problema de armamento, mas, hoje já foi sanado e o que é primordial, no caso específico o João Paulo, é um local reservado. Então, precisa de um local reservado para os agentes penitenciários.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Hoje então o maior gargalo é o local específico para a segurança; em relação às condições estruturais que no caso a SEJUS que cede corrente, cadeado o que mais? Rádio, HP.

O SR. IGOR SALVADOR - A questão do rádio só precisava ter uma interligação com o rádio da PM. Hoje tem rádio, chegou rádio novo.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Mas não existe? Não tem como vocês se comunicarem.

O SR. IGOR SALVADOR – Não, só se for com celular, o rádio não tem contato, os rádios novos não têm a identificação com a PM.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Bloqueados?

O SR. IGOR SALVADOR – É só interno ele. Mas por questão de segurança no caso de um reforço, fica difícil, tem que chamar no 190, pegar o celular e ligar no 190.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – E faltam algemas?

O SR. IGOR SALVADOR – Faltam algemas. A SEJUS, não tem algemas.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Pode falar Ruy.

O SR. RUY DELVAN – Só ressaltando aí a fala do Igor. Realmente quando eu assumi, no João Paulo II tinha material para admitir até três apenados. Mas eu de imediato, infelizmente tirei do bolso, comprei correntes, falei com o Gerente Regional, consegui cadeados com ele e fui a serralheria do Urso e consegui multiplicar esse material, tanto é que nesse mês de abril conseguimos admitir 21 apenados nas três Unidades. Mas isso esforço próprio, tirando dinheiro do bolso e ajuda da Gerência Regional quanto a cadeados. Então faltam algemas porque tem horas que se extrapola o número de apenados. Então você precisa de mais material; condução para fazer um raio-X, condução para fazer um exame interno. Então muitas vezes você mobiliza 3, 4 apenados ao mesmo tempo, isso requer material, mas, o material carga eu consegui, Igor, num esforço próprio, por que eu não podia ficar com o apenado sem a segurança, sem a segurança dele. Então eu consegui resolver isso aí, sanar paliativamente.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Quando se fala de regulamentação, hoje tem o quê? Uma portaria da SEJUS que ela determina algumas normas? Depois o Secretário vai falar melhor, o sistema também.

O SR. RUY DELVAN – Hoje só encontra um memorando, esse memorando é um memorando interno que regulamenta o sistema de internação. O porquê eu elenquei esse quesito, que também é uma problemática do João Paulo, porque a entrada de apenado de fora ou de outro Município se faz no João Paulo, depois faz os seus encaminhamentos devidos. Então assim, eu e alguns colegas do João Paulo tivemos diversos problemas com Delegados de Polícias, de ele impor por diversas vezes a obrigação de receber preso e eu falar: “não está de acordo com a minha norma interna, então por isso eu não vou receber no momento o seu preso. Então eu preciso que vocês acompanhem o apenado e espera, aguarda aí uma decisão médica para o devido encaminhamento”.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Com certeza até uma Portaria da Secretaria de Justiça regulamentando essa questão, é importante. Eu tive situações de colegas ligarem dizendo que o Delegado estava indo lá prender, o policial civil falando que estava dando voz de prisão lá no HB, lá no João Paulo porque não estava querendo receber o preso, por que eles queriam entregar o preso sem o exame de corpo de delito. Eu falei: o que está acontecendo? Fui lá, fui com o jurídico conseguimos resolver, mas, de fato tem que haver, há uma lacuna e às vezes os delegados querem impor da forma deles, da autoridade policial. E havendo uma regulamentação da SEJUS, vai amparar o servidor nesses momentos excepcionais de que às vezes o delegado, eles querem se livrar do preso de qualquer forma, mas, o servidor tem que também se preocupar com a legalidade na hora de assinar ali, que às vezes pegando um preso que foi torturado, que está machucado, que precisa passar por avaliação de um perito, e ter os respaldos para isso.

Quero passar também a palavra para o Fernando, de Cacoal, tem algumas informações a respeito da escolta ambulatorial lá também no Hospital Regional de Cacoal.

O SR. WILLIAM FERNANDO - Boa tarde a todos. Sou servidor lá da escolta hospitalar de Cacoal, ela não é só do Hospital Regional, hoje ela atende o Hospital Regional e o Hospital HEURO, que é o de Urgência e Emergência de Cacoal. O Hospital HEURO desde que ele foi para o novo prédio lá, que na verdade foi quase uma invasão, e conseguiram depois regulamentar a situação dele lá. A gente atende os que chegam de todos os Municípios desde Jaru, de Vilhena, toda aquela parte para não vir para Porto Velho, vai tudo para Cacoal agora os presos, tanto quando a PM prende alguém e acontece algum percalço nessa prisão, quanto os que se machucam dentro das próprias Unidades também. A maioria que a gente atende é o ortopédico, cirurgia ortopédica, que é no Hospital Regional no caso, mas, tem os de tiro, que levam tiros às vezes. E o que acontece? Desde que foi restabelecido a Escolta Hospitalar por que ela já existia no ano, acho que até 2012 ela existia, e depois ela acabou em Cacoal, tem um ano que ela foi restabelecida de novo, e assim foi restabelecida com pouquíssimos servidores. Tanto que a gente estava com dois servidores, agora este mês nós estamos com três por plantão, mas, antes nós estávamos com dois e tem dois Hospitais. Então chegou vezes e aí entre lá o Diretor não foi muito esclarecido como seria, então impuseram, pediram para nós, porque

assim quando tinham presos nos dois Hospitais tanto para ortopédica quanto urgência e emergência, não tinha como a gente fazer, aí o que acontecia? O agente penitenciário que estava na folga ele fazia plantão no outro Hospital. Então assim, no dia do plantão ele estaria em um, dois dias depois ele já estaria no outro. E isso ficou conversado que depois se compensaria esses dias a mais, às vezes trabalhava 24 por 24, e, esses plantões seriam compensados futuramente. Só que a gente conversou depois com o Gerente Regional lá, o Cheregato, que tinha algumas lacunas lá porque lá foi criado muito sem ter a base de como que era aqui, como funcionaria os plantões certinho e aí ficou conversado que ele tentaria arrumar mais 05, pelo menos 05 agentes para a escolta de Cacoal para fazer 04 por plantão, porque se tivéssemos 02 hospitais, você não teria que trabalhar na sua folga, que você não é obrigado, mas, a gente está ali para ajudar e acaba querendo não prejudicar o trabalho, só que até hoje a gente não teve esses 05 servidores para lá, para complementar pelo menos 04 por plantão, porque sempre tem nos 02 hospitais, dificilmente não tenha, porque a gente está atendendo muitas cidades, a demanda é muito grande para lá para justamente não aumentar a demanda aqui da Capital, porque antigamente tudo vinha para a Capital, tudo vinha para a Capital e agora tem essa questão lá. A questão estrutural é a mesma, a gente chegou lá, a gente não tem nem uma sala adequada para nós servidores da SEJUS, não temos, nós ficamos junto com os apenados, isso quando dá para ficar junto. Tem muitos casos ali que é de pneumonia ou de tuberculose, já aconteceu de eu trabalhar uma semana com um preso e depois descobrir que ele está com suspeita de tuberculose, aí então foi arrumado uma máscara para a gente, mas, uma semana a gente ficou ali conversando com ele e próximo dele, pegando nele, então tem toda essa dificuldade. O hospital HEURO de Cacoal foi disponibilizado uma sala, só que essa sala para se fazer as adequações; gradear as janelas, porque as janelas são enormes, então para o preso fugir ali, como a gente não pode às vezes ficar junto com ele lá dentro por questão, vamos supor assim, se é um preso por questão respiratória igual tuberculose, você não pode ficar lá dentro com ele, mas, as janelas, ali é muito fácil sair, então não tem nenhuma estrutura nesse caso de impedir a fuga e a gente não tem esse lugar para guardar o armamento, nem nada disso, muito menos para quarto de hora, essas coisas. Já o hospital Regional quando foi criado, quando tinha em 2012 a escolta do Regional a gente tinha uma sala lá, fora do hospital mesmo, ali tem várias salas, e essa sala hoje é utilizada como depósito e já foi conversado lá, mas, parece que não tem como restituir essa sala, eu não sei por que não tem como se é só um depósito lá. Porque se já existe uma sala que antes a gente tinha ela, era administração da própria escolta hospitalar e também servia como base para guardar armamento, para quarto de hora de descanso, mas, a direção do Hospital Regional diz que não tem como liberar essa sala, só que também a gente não tem sala. Voltando ao hospital HEURO, a gente está construindo do próprio bolso uma sala para nós servidores porque a gente não tem nem para descanso, nem para guardar arma, nem para nada, nem para tomar um banho, se você precisar tomar um banho de repente lá dentro você não tem. Então a gente está construindo, todo mês um dá 30, outro dá 50, um dá um saco de cimento, e a gente está construindo dentro do hospital HEURO uma sala para nós servidores. O certo era esperar, mas, aí a gente vai ficar esperando quando tempo para ter uma sala? Então a gente está construindo do próprio bolso essa sala lá no hospital HEURO.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – E a escolta de vocês, atende toda a região ou só Cacoal?

O SR. WILLIAM FERNANDO – Toda região, vem de Jaru, Vilhena, de tudo, de Costa Marques, todo mundo vai para lá, baleado, de tudo quanto é tipo, rebelião, se tiver alguma, a não ser que seja de Ariquemes para cá, vem para Porto Velho, mas, o restante para lá, vai para Cacoal. Cacoal se tornou pólo na questão de saúde lá e assim, é essa questão, a quantidade de servidores que a gente tem, agora o que está acontecendo, não que a gente recusou, mas, a gente falou assim: não tem como a gente ficar perdendo a nossa folga, às vezes você tem que viajar ou fazer alguma coisa, você não pode porque na sua folga poderia chegar um preso em outro hospital e você ter que dividir em dois. Aí o presídio que já não tem muitos servidores manda 01 agente para complementar, como a gente está em 03, quando está nos dois hospitais, 02 ficam em um hospital, 01 vai para o outro e 01 agente do presídio vai complementar para ficar 02 agentes pelo menos, às vezes com 02 presos lá no hospital até chegar, não sei quando que vai chegar esses outros 05 servidores que estão faltando lá pelo menos.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – O Sr. Ruy Delvan pediu para falar novamente.

O SR. RUY DELVAN – A situação de Cacoal em 2009, estivemos lá na administração da Sra. Miriam, SEJUS, estivemos lá e conseguimos uma sala no Hospital Regional, uma sala específica para os agentes penitenciários, fomos por várias vezes, conseguimos servidores de outros municípios pedimos a relocação em Cacoal e criamos ali o Núcleo de Saúde Penitenciária que seria para atender aquela região, mas, infelizmente uns 06, 08 meses depois foi desfeito todo o trabalho e perderam aquela sala, infelizmente perderam aquela sala que já estava acertada para o Núcleo de Saúde e a escolta hospitalar.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Eu queria ouvir agora a Sra. Joelma Sampaio, Diretora Geral Adjunta do Hospital de Base Ary Pinheiro.

A SRA. JOELMA SAMPAIO – Boa tarde a todos. Em relação ao Hospital de Base eu quero ressaltar algumas situações, essa questão deles estarem em um hospital grande, tem 600 leitos, realmente fica muito complicado, eu entendo perfeitamente, já fui Chefe da Escolta Hospitalar e não é de agora que existe essa reclamação, mas, a questão é: são especialidades, então o paciente que é ortopédico não tem como ficar numa clínica médica, não é? Então, realmente fica complicado para o agente ter que se deslocar e se dividir em vários espaços. Recentemente nós tivemos um problema que já foi sanado como o Ruy falou em relação à sala, eles tinham um lugar que já fazia bastante tempo, só que é justamente o espaço da Psiquiatria, próximo à Psiquiatria, como nós estamos ampliando a Psiquiatria, aquele espaço foi inutilizado e aí nós alocamos os agentes para o espaço que foi possível nesse momento, que foi na Ortopedia I, é um lugar onde fica a maioria dos presos, mas, o espaço que eles estão tem ainda certa segurança, então, ele foi estudado por várias pessoas e a gente conversou muito a respeito da segurança, a preocupação era a segurança. Nós já tivemos várias situações um tempo atrás quando nós recebemos uns pacientes lá da custódia, nós tivemos que tirá-los e colocar nessa mesma enfermaria, só que nós os colocamos no final, no final da enfermaria e isso gerou muito tumulto. Agora

eles estão bem, razoavelmente, acredito que vocês estão bem alojados nesse lugar. E assim, a gente fez o possível, nós estamos com 04 reformas dentro do Hospital, 04 obras grandes. Então, realmente, fica difícil de a gente disponibilizar um lugar maior, a gente sabe que vocês têm um número razoável de funcionários e fica complicado nesse momento a gente ampliar, ou colocar em outro setor, outro lugar. Mas, até então, eu acho que por enquanto, isso é temporário, por enquanto a gente tem como trabalhar ali. E, continuando, a questão de espaço de contato, o gabinete do Hospital de Base, ele é muito acessível, eu falo acessível não só por que eu trabalhei no sistema, mas, mais pela questão de a gente realmente conhecer as dificuldades das pessoas para trabalhar ali dentro, não é? A gente tem vários terceirizados, então as reclamações são várias, sendo possível a gente tenta resolver, quando não é possível realmente..., mas a gente está sempre aberta a conversas, negociações, se for possível a gente consegue resolver.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Só uma pergunta, a respeito de lá no Hospital de Base concentrar os presos num local só, nós sabemos da dificuldade em relação à especialidade que cada um está ali para ser atendido, mas por questão de segurança, há viabilidade, há um local específico para a gente tentar trabalhar isso juntamente com a SEJUS?

A SRA. JOELMA SAMPAIO – Eu acho no momento inviável, porque nós estamos com 04 grandes obras, o espaço do Hospital de Base já não comporta tantas reformas, logo atrás a gente tem o Cosme e Damião, ao lado temos FHEMERON, do outro lado temos Barretinho, não tem para onde crescer.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Estão cercados.

A SRA. JOELMA SAMPAIO – Nós estamos cercados. Então, é complicado a gente estar abrindo mais outro espaço, agora a gente vai começar a questão do abrigo. Estamos com a reforma do Almojarifado que é imenso, então até estacionamento fica complicado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Mas adaptar um local eu digo, já existente, adaptar ele para tornar ele...?

A SRA. JOELMA SAMPAIO – Pois é, mas aí, entenda. O médico, o médico ortopedista não vai fazer visita numa clínica médica. O médico cardiologista, ele não vai passar na Ortopedia, porque não é paciente da especialidade dele, entende, então teria que ser outro hospital com essas especialidades, por que nós colocamos na Ortopedia? Porque a maioria dos pacientes são ortopédicos; isso foi por questão de comodidade mesmo deles, para não terem que andar tanto, e a Ortopedia I, principalmente, que é mais a questão de ortopédicos, joelho, ombro, que geralmente é o que acontece.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – A maior parte dos presos, Sr. Ruy, eles ficam na Ortopedia, ou tem um caso ou outro que não? Por que eu levanto essa questão, por questão de segurança, imagine que o Hospital de Base, ele é grande, imagine um preso de um lado de uma ala e o outro lá do outro lado, com o efetivo que temos para fiscalizar e fazer a segurança, não existe segurança, o preso vai ficar sozinho

com aquela corrente que fica. Então se ele conseguir de uma forma ou outra conseguir uma chave de algema, ele vai embora.

O SR. RUY DELVAN – Deputado infelizmente isso é muito variável, tem época que tem..., encontramos 04 ou 05 pacientes ortopédicos, aí ficam todos na Ortopedia, mas hoje, hoje, a situação, nós temos 01 na Ortopedia I, 01 na Ortopedia IV, 01 na Clínica Médica II, e 01 na Ortopedia II, ou seja, são 04 apenados em locais diferentes dentro do Hospital, para 03 agentes, hoje nós temos 03 agentes no plantão, 04 apenados em locais diferentes, e o Hospital de Base, ele é muito extenso, tudo distante, ou seja, distribui o pessoal e acaba não fazendo a segurança da forma que deveria fazer, mais próxima do apenado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Os agentes vão, ficam um tempo com um, dá uma olhada, vai para outro, é isso?

O SR. RUY DELVAN – Eles ficam a maioria do tempo circulando, dois circulando e um na base, porque não podem abandonar também a sala porque tem material bélico, então... Por ter muitas pessoas na Ortopedia I, então eu aconselho que fique uma na base e dois circulando. Eles costumam ficar circulando.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Até a nossa orientação para os agentes que atuam lá, tem alguns que estão aqui que eu conheço, que registrem esses fatos, que registrem detalhadamente porque se acontece uma fuga ou qualquer situação sinistra no local, vocês vão estar amparados, por conta do efetivo, do local adverso que eles estão e não estão fazendo segurança. Isso aí não é segurança. Pelo menos do pouco que eu conheço de segurança, isso não é. Só ir lá e observar, olhar se a algema está tudo ok e sair e voltar depois está em risco, com certeza a unidade está em risco.

O SR. RUY DELVAN – Com certeza. E em horário de visita, o período da tarde, por volta das 15:00 horas, a movimentação de pessoas é intensa dentro do hospital. Então exigiria mais esforço da equipe, e tanto é que eu estou andando nos hospitais e onde eu vejo que é mais frágil, eu fico ali naquela unidade e dou apoio para o pessoal e fico mais tempo na unidade, principalmente no período da tarde que é o horário de visita.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Nessa situação, que isso vem a muitos anos desse jeito, eu até para-benizo os agentes penitenciários que trabalham ali há muito tempo, porque dificilmente acontece fuga. Aconteceu naquele período que mandaram tirar as correntes, aconteceram fugas, que eu sei. E eu me lembro que há tempos até um deficiente, um cadeirante fugiu do HB, que eu sei também, há algum tempo. Então quem está ali trabalhando nessas condições e tem evitado fugas, pode ter certeza que estão de parabéns, estão fazendo um serviço sem condições e colocando ali até o emprego em risco, porque quando um preso foge, a primeira coisa que é apurada é se houve facilitação. Numa situação dessas como é que vai apurar uma facilitação se não tem as condições de segurança necessárias?

O SR. RUY DELVAN – É, realmente, nós vamos bater naquela tecla da falta de contingente. Infelizmente isso aí é... Com esses federais saindo, aí você tem que repor as peças, porque

infelizmente vão saindo pessoas, aposentando, aposentando e vão ficar com o contingente reduzido. Eu queria fazer uma sugestão, já que a Diretora está aqui e é muito acessível a nós, a nossa situação, como a porta dessa sala é de frente para o corredor, nós queríamos sugerir que a porta ficasse para o lado da nova Psiquiatria. Porque o agente poderia sair para o lado de fora da sala, sem ter que ter aquela preocupação com os pacientes que estão no corredor. Porque o medo é sair e a pessoa invadir a sala, porque é uma ala lotada, então, com a saída para fora, seria bem mais fácil o acesso, entendeu? Então, e outra, o pessoal da segurança do hospital também daria apoio. Eles não iriam bater tentar arrombar a porta por fora, porque teria o pessoal da segurança do hospital que também dá apoio para a gente. Nós damos apoio para a segurança do hospital, existe essa parceria.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Hoje eles não dão apoio?

O SR. RUY DELVAN – Hoje não tem como porque eles estão de frente para a Psiquiatria e a saída da sala é para o corredor da Ortopedia. Então eu deixo um servidor dentro, cuidando do material porque não tem como deixar a sala só.

A SRA. JOELMA SAMPAIO – Deixa eu só esclarecer essa parte da segurança.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Da porta é fácil.

A SRA. JOELMA SAMPAIO – Da porta é fácil, mas, a questão da segurança do hospital. Nós estamos ampliando o espaço. Então aquela ala nova, a ala feminina que está sendo construída. Então, o que eu determinei hoje? Que o segurança que fica ali na porta, ele vai entrar; aquele que fica na porta da Ortopedia, não tem um segurança na porta da Ortopedia? Ele vai ficar mais próximo, vai ficar só para a Ortopedia. E o outro que está lá dentro, lá no corredor, naquele corredor grande, ele vai para dentro da Psiquiatria. Então eu vou desfazer aquela guarda que tem na Psiquiatria antiga, porque não vai ter entrada ali. Questão de apoio, é parceria? É parceria, mas eu não tenho..., no contrato ele está ali para zelar pelo patrimônio. Então existem algumas situações que eu não consigo, inclusive, exercer certa autoridade porque eu não posso exigir que ele faça uma coisa que não está no contrato, é para patrimônio. Então fica meio complicado a gente conseguir uma parceria mais efetiva em relação a isso.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Foi justamente o que eu pensei, quando você falou da vigilância, é limitado ao contrato da empresa eles fazerem a segurança porque é patrimonial. Nós sabemos que na prática isso não ocorre. Na prática, eles acabam fazendo segurança de funcionário, de todo mundo que está ali, porque não tem outra forma. Quem vai lá, às vezes o camarada está alterado, ele está alterado não é com a estrutura, ele está alterado com a prestação do serviço e aí ele vai para cima de quem? Do servidor. É até uma questão discutível essa questão desse contrato.

O SR. RUY DELVAN – É. Esse apoio que falei, essa parceria, eu acho que a Diretora aqui, talvez, não entendeu, é visual entendeu? Aquele apoio visual entendeu?

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – De presença.

O SR. RUY DELVAN - O vigilante, a presença, o vigilante está ali, mas, ele está vendo a porta. Ninguém vai arrombar. Entendeu? Mas, tendo um vigilante na porta da Ortopedia, então já soluciona esse problema, entendeu?

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Gostaria de ouvir a Sra. Raquel Gil Costa, Diretora Adjunta do Cemetrôn. O Cemetrôn também é um pouco parecido com o HB, tem um local lá para os servidores, onde ficam os seus materiais, só que os presos também ficam em alas separadas, não é? Até tem a questão do isolamento também. Então, lá a gente também conhece um pouco.

Mas está com a palavra, algum questionamento levantado, se tiver alguém do Cemetrôn que queira também questionar alguma situação que venha ocorrendo lá pode estar questionando aqui.

A SRA. RAQUEL GIL COSTA – Boa tarde a todos! Cumprimento à Mesa em nome do Deputado e do Secretário de Justiça Dr. Marcos José.

Então o Cemetrôn, ele é um Hospital diferenciado, ele é um Hospital que trata de doenças infectocontagiosas e possui um setor de isolamento como disse o Deputado, e lá nós não temos em algumas situações como juntar os pacientes por causa do tipo de doença, se possuir alguma bactéria, uma colonização ou uma doença em fase de transmissão. Então lá é bem diferenciado até pela estrutura, nós não temos nem muro na unidade, são cercas que deixa a gente muito vulnerável também.

Então assim, em 2012 quando eu ainda estava na Gerência do Cemetrôn de Enfermagem, nós temos lá no Hospital o Núcleo de Acesso e Qualidade Hospitalar, nesse Núcleo a gente discute todos os problemas que têm no Hospital e a época nós chamamos, se não me engano, se eu não estou enganada pelo nome, acho, que Romilda, uma pessoa que trabalhava com relação à Escolta e cuidando da questão dos agentes no Hospital. E aí eu trouxe, na verdade, uns questionamentos que sempre a gente tem uma dificuldade de entender essa questão do trabalho do agente dentro do Hospital. Então assim, lá no Hospital nos preocupamos pela qualidade no atendimento, independente do paciente, seja privado de liberdade ou não. Lá nós temos a política de Segurança do paciente e cumprimos lá a risca uma norma regulamentadora que se chama NR 32, que é a não utilização de adornos. Então ninguém pode utilizar anéis, pulseiras, correntes dentro do Hospital. E o agente, a gente sempre orienta e os agentes que trabalham lá no Hospital, alguns possuem resistência em cumprir essas orientações que nós temos no Hospital. Então, o que a gente gostaria de pedir em nome da Diretora é a questão, a gente gostaria de ter acesso à Escala de Serviço do Agente que trabalha dentro do Hospital para nós o conhecermos, sabemos que tem alguns que estão há anos, e de vista, eu estou há 14 anos lá no Cemetrôn e eu não sei o nome de nenhum agente que trabalha lá conosco. Então assim, o nome, nós gostaríamos de saber quem trabalha no Hospital; esse cumprimento das normas do Hospital para nos ajudarem; a questão da utilização do uniforme, se o agente tem que trabalhar uniformizado ou não, que uma vez nós questionamos, eles disseram que por questão de segurança não deveriam utilizar uniforme. Então, nós gostaríamos desse esclarecimento; essa Escala, o cumprimento da RDC; a outra questão, qual seria a rotina dos

agentes dentro da Unidade, porque eu inclusive, eu até trouxe um documento, atualmente nós estamos com 05 privados de liberdade internados numa clínica lá no Hospital e aí nós concentramos, no caso deles foi possível, concentrá-los em 02 enfermarias e o pessoal da enfermagem, assim como nós vemos a questão do servidor, nós também temos nossos servidores da enfermagem que permanecem 24 horas por dia dentro da Unidade e tem maior acesso a esse paciente. Então, elas fizeram uma queixa alegando o receio de estar cuidando desses pacientes porque eles têm atitudes desrespeitosas, sabemos que o Corpo de Enfermagem é feito em sua maioria por pessoas do sexo feminino. Então assim, apesar de eles terem sido orientados várias vezes, eles utilizam palavras desrespeitosas com as mulheres da enfermagem do Hospital. Semana passada havia 06, os médicos reavaliaram, foi dada alta apenas para 01 e nós continuamos com 05, porque não tem condições de receberem alta, e, esse paciente, obviamente, precisa de um tratamento. Então assim, não sabemos como proceder nesses casos, porque conversar com ele já foi conversado com esses pacientes e aí a gente queria mais esse acesso a essa Escala, a esse cumprimento, quais são as atividades, se nós podemos chamá-los para conversar, se a gente tem que mandar um documento? Porque assim, o pessoal da enfermagem queixa desse acesso de que nem sempre eles estão lá, só estão lá na hora de fazer o transporte desse apenado, inclusive, nós tivemos recentemente, foi feito uma consulta ao nosso Secretário de Saúde, porque o pessoal da ambulância estava se recusando a fazer o transporte, já que segundo, foi nos informado a SEJUS não possui ambulância nem equipe para transportar o paciente quando ele precisa de exames. O que acontece lá no Cemetrôn, nós somos um Hospital com 87 leitos ativos e os únicos exames são exames de sangue, ultrassom e raios-X. Então, praticamente todo dia tem em média 20 saídas de ambulância nessa cidade. Então, o apenado acaba tendo que sair para fazer exames e aí o pessoal da ambulância estava se recusando, tanto o motorista a dirigir a ambulância, quanto à técnica em enfermagem de transportar este paciente. O quê que aconteceu? A gente fez uma consulta com o Secretário, porque o servidor alegava ao medo, ao perigo, a periculosidade que ele não recebe, segundo ele, o pessoal da enfermagem. Aí, o Secretário orientou que nós temos que fazer o transporte independente de qual seja o paciente, junto com a escolta. E aí nós procuramos, eu não me recordo agora o nome do responsável que foi lá no hospital, a Gerente de enfermagem combinou com ele de passar os dias de saída com antecedência para que pudesse organizar. Então, essa situação deu uma boa melhorada já, a gente até agradece essa colaboração. Então, o que a gente traz hoje, é que nós queremos a parceria, nós queremos ajudá-los e sermos ajudados também, porque nós também estamos ali trabalhando e também temos receio de um possível resgate, não sei qual é o termo que vocês utilizam; mas, que nós também estamos numa condição de vulnerabilidade. Obrigada.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) - O senhor Rui quer falar algo a respeito do que foi colocado. Vou passar depois para o Marcelo Rebouças, em seguida o Secretário de Justiça.

O SR. RUY DELVAN – Boa tarde Diretora. Quanto à situação do Cemetrôn, a escolta do GAPE, do senhor Ariclei, já tinha acertado com a gerência de enfermagem as conduções de apenados. E o Cemetrôn, a gerente de enfermagem, ficou de mandar e-mail para o GAPE de ações penitenciárias, infor-

mando o dia de cada agendamento; como a SEJUS não tem ambulância, ficou um impasse quanto à condução de apenados para fazer exames. A escolta chega ao Cemetron, aí falta o técnico ou o enfermeiro para acompanhar. A SEJUS não tem esse pessoal, não é doutora? Não tem o pessoal para acompanhar e como ele está na condição de apenado, mais paciente apenado; então, a responsabilidade desse acompanhamento é do técnico da unidade hospitalar. Quanto ao uniforme, não é obrigação porque hoje não recebemos auxílio fardamento. Então, utilizamos uniforme durante o dia para quê? Para que seja visualizado e tenha uma condição de identificar o servidor durante o período diurno. Agora, o noturno, o servidor usar uniforme, aí é muito ariscado, porque o Cemetron só tem iluminação nos corredores, nas laterais é tudo escuro, quem quer pegar um servidor, pega fácil ali. Então, é uma unidade muito distante do centro, muito escuro nos seus arredores, de fácil acesso, quem quiser pegar um servidor ali, pega fácil. Então, ele a noite, a paisana é mais fácil para ele trabalhar. Então, não existe esta determinação do uso do uniforme, utilizamos para identificação do servidor. Ok?

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Katiane, gerente da GESAU, pediu a fala.

A SRA. KATIANE MAIA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar na pessoa do Deputado Anderson, o Secretário Marcos Rocha; levantar o tema em relação ao transporte da ambulância da SEJUS e a Raquel, foi bem feliz quando ela colocou nas suas palavras que surgiu esta dúvida e nós fomos consultados, inclusive, em relação ao transporte desses pacientes que precisariam fazer exames externos, mais especializados e o Secretário Maiorquim, se posicionou que o paciente de forma correta, o paciente, ele é um paciente de responsabilidade em nível hospitalar. Então, toda assistência hospitalar necessária é o próprio hospital que precisa dá. É claro que a SEJUS entraria ali com a parte da segurança. Então, os técnicos de enfermagem que atuam na atenção básica da saúde prisional, eles não têm como estar atuando lá dentro da unidade hospitalar, porque são atendimentos mais específicos, são linhas de atuações diferenciadas. Então, a SEJUS, ela entra nesse contexto nas suas competências, na segurança dos servidores envolvidos, do paciente para o transporte desses reeducandos.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Mas, ambulância tem?

A SRA. KATIANE MAIA – Mais uma fala com relação à questão da ambulância, Deputado. A Secretaria de Estado e Justiça, não lhe compete a ela a ambulância. Então, assim, nós temos legislações bem específicas na rede SUS, de quem compete à atenção das redes de urgências e emergências, as ambulâncias, elas estão incluídas nessas legislações. Então, a unidade hospitalar, ela tem que estar provida e tem que estar com esse aporte para dá essa assistência, e é o que tem acontecido. A gente sabe que existe uma questão aí muito empírica dos próprios servidores da saúde no medo, no receio por ser uma população privada de liberdade, e até mesmo desconhecedores se recusam na questão do atendimento a essa população, a esse público. Porque de fato eles têm algumas questões culturais, inclusive, de que a SEJUS por muito tempo, por um período, ela fez esse serviço de transporte, mas, de forma totalmente fora das políticas públicas. Então, é nesse sentido que eu queria deixar claro que não é a Secretaria de Estado e Justiça que é a responsável pelo transporte de paci-

ente internado em condições de internação para garantir o acesso aos dispositivos de saúde.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Nesse caso a SEJUS, ela oferece só a segurança?

A SRA. KATIANE MAIA – A segurança do internado sim.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – No caso o que deveria ser alinhado é só os procedimentos de segurança?

A SRA. KATIANE MAIA – Sim, sim, a gente, justamente essa reunião que nós, eu estava de licença médica, retornei e aí foi esse contexto levantado. Nós já fizemos esse pré-contato com a Gerente, para a gente alinhar não só a SEJUS, mas isso daí teria que estar os dois gestores, o coordenador Davi, para a gente estar ajustando essas rotinas que já tinham sido previamente levantadas.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Vamos ouvir agora o Agente Penitenciário Marcelo Rebouças.

O SR. MARCELO REBOUÇAS – Boa tarde a todos! Em nome do Deputado Anderson, quero cumprimentar a todos. O que eu queria na minha pergunta a Diretora do HB, eu sou funcionário lotado ali, agradecemos a sua sensibilidade em nos ajudar junto com o Ruy, o nosso Chefe de Escolta em dá aquela sala de segurança, até então, nós íamos ficar nos corredores levando correntes; o armamento, o colete e aí houve um consenso chegou ali. Queríamos pedir dentro da possibilidade que como já tem um acesso da porta para a Enfermaria para a ala da Ortopedia, se há possibilidade, devido à segurança do servidor, se pudesse também abrir uma porta pelo lado que entrasse pela Psiquiatria. Porque às vezes quando a gente sai ali na Ortopedia, a gente não vê nada.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Foi à pergunta que o Ruy fez, ela já respondeu que sim.

O SR. MARCELO REBOUÇAS – Já, eu não estava na hora não, eu não ouvi, então, por isso que eu estou... Então, essa seria a minha pergunta e recomendação dos servidores ali, agradeço.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Vamos ouvir também o Agente Penitenciário Ariclei Garcia, Chefe GAPE, Grupo de Ações Penitenciárias. Ariclei fique à vontade se quiser usar a tribuna também, fique à vontade.

O SR. ARICLEI GARCIA – Obrigado a todos. Em nome do Deputado Anderson, agradecer a todos, o nosso Secretário Marcos Rocha.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Só lembrar que depois tem um coffee break aí, se o pessoal tiver preocupado com lanche, tem um salgadinho aí depois.

O SR. ARICLEI GARCIA – Quanto à situação da escolta externa, está na nossa responsabilidade, já estive em contato com a Diretora lá do Cemetron e a gente já alinou que todo procedimento externo é para ela mandar um email para nós, para a gente se programar. Então, assim estava muito vazio, a gente estava perdendo muito agendamento por causa de

mensagem de WhatsApp, dizendo que tinha uma consulta de um apenado em outra rede hospitalar. Então, eu me preocupei muito com isso devido à gente tratar de saúde, então, eu fui até a ela, na verdade ela me chamou, a gente foi; a gente se reuniu e aliou, mas, de uns dias para cá não está tendo novamente aquele contato de email e eu me preocupo. Hoje mesmo veio um colega do Cemetron, falando que tinha um exame de um apenado, eu falei assim como, não chegou nada para mim. Então, eu preciso novamente que a senhora mantenha alinhado aquele procedimento. E a mesma coisa eu falo do HB também quando tiver uma escolta externa, a senhora pode pegar o email lá do grupo para estar mandando bem antes para a gente se programar, e, quanto à segurança, a minha equipe é preparada para isso para fazer segurança tanto do apenado quanto dos profissionais de saúde. Então, assim, a gente está aí para, às vezes vem à situação que o profissional de saúde fala que não é responsabilidade deles, é que nem eu sempre falo, a responsabilidade não é dele, é do Estado, e nós somos Estado, não adianta jogar para um, jogar para outro, SESAU e SEJUS, nós temos que resolver o problema, eu sei que a gente não tem ambulância, mas, se houver uma parceria, com certeza, a gente vai resolver os dois lados, o Estado vai resolver a situação do paciente. Então eu estou aberto aí para, pode pegar o email do grupo e estar encaminhando para gente mesmo, meu telefone funcional também, se tiver algum agendamento externo para a gente não perder justamente, a gente não tem carro apropriado para conduzir apenado acamado, mas, com a parceria da SESAU com a SEJUS a gente entra com a segurança até o final do exame. Então a gente está à disposição, pode pegar depois o meu funcional, eu vou lhe passar, eu acho que a Diretora do HB não tem, mas, a do Cemetron já tem o meu funcional. Então assim vamos estar alinhados, por que hoje mesmo já teve uma consulta e quase que a gente perde, por que não foi email. Eu sei que é muita coisa para vocês, mas, assim, vamos nesse ponto tentar alinhar certinho para a gente não perde. Ok. Muito obrigado.

O SR. ANDERSON DO SIGEPERON (Presidente) – A equipe do GAPE ela tem esse contato direto com as polícias através do rádio, precisar de apoio ou não? É bloqueado também?

O SR. ARICLEI GARCIA – Tem algumas viaturas, as mais antigas elas têm todos os canais da PM, da civil também, mas, já as mais novas, já vieram bloqueadas, só veio aberto para a SEJUS.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Está ok. O Ruy quer fazer um questionamento?

O SR. RUY DELVAN – Só aproveitar a oportunidade que a Diretora do Cemetron se encontra aqui, a Diretora do Cemetron, Dra. Raquel e solicitar dela aqui a disponibilidade das máscaras N-95 para os agentes penitenciários por ser uma Unidade de alto contágio e a maioria dos apenados se encontrarem no isolamento. Ai eu pediria da Diretora só a disponibilidade dessas máscaras N-95 que a SEJUS não tem para dispor para os plantonistas.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – O agente penitenciário Paulo Tesser, só lembrar que o Paulo Tesser trabalha no Hospital João Paulo II.

O SR. PAULO TESSER – Boa tarde, boa tarde a todos, boa tarde a Mesa. Eu estou na Unidade Hospitalar já tem sete anos,

trabalhei cinco anos no Cemetron e retornei agora para o João Paulo, e a realidade nossa do João Paulo é bem diferente da realidade do Cemetron pude perceber isso. A nossa dificuldade no João Paulo é realmente o tanto de apenado que a gente chega a atender num dia, já cheguei a estar de plantão e ter 12 apenados na nossa custódia com quatro agentes penitenciários e aí fica inviável a segurança até mesmo do corpo clínico, pois como é que você faz a segurança sendo que tem um preso na ala I, outro preso na ala II, 3 presos na ala e assim vai. Por que na verdade a nossa sala de segurança no João Paulo só tem vaga para três apenados e acaba distribuindo aí 8, 9, 10 até 12 presos pelo Hospital todo e ali faz a segurança 4 agentes penitenciários. Muitas das vezes foram pedidos agentes penitenciários para colocar à disposição de volta para o presídio, achando que não era necessário manter 5, 6 agentes penitenciários no João Paulo, às vezes o João Paulo tem 3, 4 presos, mas, isso é muito raro. Na verdade, a maioria das vezes a gente atende mais de sete presos, no João Paulo ali, e não vou nem discutir questão de facilitar o andamento de serviço do agente penitenciário, eu estou falando somente de segurança. Por que se entrar nesse mérito eu vou falar aqui o dia todo, questão da gente estar dentro de uma sala onde que tem preso com TB, que já foi falado aqui, com meningite, entre outras. E a questão da alimentação, a gente não tem acesso ao refeitório para fazer as nossas alimentações, nós, às vezes por não ter que sair e desguarnecer mais ainda a segurança, a gente pega o marmiteix e vai comer dentro da sala da enfermaria, onde é errado, questão de saúde, de higiene e tudo mais. Então a gente não tem um banheiro separado, a gente usa o banheiro dos próprios apenados que ali estão como pacientes, às vezes a gente já pegou a própria técnica de enfermagem usando a pia do banheiro para lavar resíduos, tipo urina, alguma coisa que a gente usa ali para escovar os dentes. Então é uma quase que uma humilhação a gente passa ali. E nada é feito, ali é muito fácil de resolver, fácil mesmo. Tem uma sala do lado que é bem maior, faz uma cela/enfermaria ou enfermaria/cela que seja, e mantém o agente fora do mesmo convívio do apenado-paciente. É uma coisa fácil de resolver, mas parece que não tem vontade política para isso, por que já estou a sete anos, tem colega que está a 12, 15 e a mesma coisa desde sempre, muito antes do Governado Confúcio, muito antes do Secretário Rocha. E vai perdurando essa pendenga e nunca ser resolve, eu não sei se é falta de vontade política ou falta de espaço, a gente sabe do espaço ali que é bem pouco, mas, eu acho que poderia facilitar um pouco a nossa vida ali no João Paulo. Trabalhei no Cemetron, pelo menos a questão do preso e o agente, ele é separado, fica mais fácil de lidar com a situação, mesmo porque não dá para ajuntar os presos lá no Cemetron por ser questões diferenciadas o quadro clínico deles, a gente entende isso, fica até mais fácil por isso, aliás, fica mais difícil de juntar os presos, mas, no João Paulo não, no João Paulo daria porque já se faz isso lá na enfermaria. A enfermaria, às vezes tem questão clínica e tem a ortopédica e o médico vai lá atender eles, então dava para fazer uma cela/enfermaria, enfermaria/cela para atender todos os presos e assim tirar as correntes do preso, deixar ele lá tranquilo e o agente fazer a segurança do corpo clínico quando for lá. Essas são as minhas palavras.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Hoje não veio nenhum representante do João Paulo II, mas nós vamos está encaminhando o Termo de Compromisso para eles, foi comunicado, inclusive, o Secretário de Saúde também, dessas condições mínimas que tem que ter para o atendimento ali do

próprio apenas muitas vezes que é usado de forma improvisada, isso aí nós vamos encaminhar. Vamos ouvir agora o servidor da saúde do Sistema Prisional Alan Martins. Pode ficar à vontade, usar a tribuna.

O SR. ALAN MARTINS – Primeiramente boa tarde a todos, agradecer a presença, agradecer a pessoa do Deputado, Deputado parabéns pela sua atuação de procurar sempre atuar nos pontos que são tão pertinentes, eu digo até estranho a capacidade do Secretário de estar sempre atento e junto de todas essas..., a gente sabe que são muitas coisas a se resolver. Gostaria também de agradecer ao pessoal da Saúde, a Katiane, o Jobson também, a todas as pessoas, Davi, Raquel também, o Igor, todas as pessoas que estão atentas por mais que sejam grandes, o Ronaldo também, não é Ronaldo, e apesar de tantos problemas sempre estão atentos acho que a todos. Eu já tinha me posicionado a respeito e ficou bem mais claro hoje, o Deputado enfatizou isso, a Raquel falou sobre isso, os meninos da escolta também já falaram sobre isso, eu acho que a grande questão, se não a maior delas, é a falta de padronização do serviço, principalmente no que se refere saúde e sistema prisional. Nós temos uma dificuldade bem grande quando se trata disso, como o Igor e o Ruy também falaram, que o que rege hoje é só um memorando, nós não temos hoje um embasamento completo que a gente possa tomar como base para os nossos serviços, seja como, por exemplo, foi citado aqui o de escolta dentro da internação, seja mesmo dos nossos serviços dentro do sistema prisional, o serviço de saúde e tudo no que se refere, também a questão, inclusive, dos materiais aos agentes penitenciários. Desde que eu entrei no sistema existe, por exemplo, uma reclamação bem simples que é a falta de luva para o agente penitenciário poder fazer a revista, é algo que acontece todos os dias, sempre aconteceu e até hoje não se tem algo padronizado a isso. Às vezes eles pegam algumas luvas dentro da enfermaria e às vezes faltam para nós dentro da enfermaria e a gente sempre fica naquele “e me dão”, não é, “se me dão” para o Agente, “se dão” para a gente da enfermaria, então assim nunca houve essa padronização seja dos serviços fora da unidade, dentro da unidade e no serviço de transporte do apenado. Então acredito que, eu sei na verdade, a Katiane já nos informou sobre isso, o Secretário também que várias ações já estão sendo tomadas, só que a gente sabe que para tudo existe um processo e alguns desses processos são bem demorados, são bem longos, complexos e o que a gente não pode é ficar esperando até o final desses processos. Eu acho que a gente pode padronizar pelo menos o serviço que já é executado até que se tome, até que sejam estabelecidos esses novos procedimentos que a gente estabeleça um padrão para todos os nossos problemas que já são pertinentes, eu acho que desde o início do sistema prisional. A minha fala é essa, eu quero agradecer a todos, obrigado Deputado. Só isso, uma boa tarde.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Com certeza, Alan, o seu questionamento é bem pertinente porque foi feito um concurso para a área técnica da SEJUS e esses profissionais foram colocados, eu falo até colocados porque foram dentro dos presídios sem padronizar, sem preparar eles para isso, ali é uma área especial de segurança e eles chegaram ali, os enfermeiros, os técnicos de enfermagem, todo o corpo técnico de saúde, meio que perdido. Eu estou mentindo? Não estou! Então fica a sugestão para a SEJUS pensar. Eu acredito que até hoje, mesmo vocês que tenham aprendido na prática, tenham necessidade de uma capacitação desses profissionais

junto à escola penitenciária desses procedimentos de segurança, que eles acabam não entendendo a forma de atuação lá dentro dos presídios que é diferente de uma clínica, de uma policlínica, de um posto de saúde, é muito diferente, por que ali nós estamos lidando com segurança e a segurança de uma pessoa custodiada, pessoas essas que muitas vezes têm uma pena tão alta que são 24 horas pensando em dá jeito de sair dali. Então, já teve de situações de enfermeiros que foram pegos de reféns. Então, assim, são questões preocupantes, então, precisa ter essa padronização, essa capacitação técnica para aquela área específica e tem como fazer isso para que eles possam oferecer um serviço melhor, entender a forma de atuação e os procedimentos daquela unidade. Então, tem que haver essa padronização. Agora, faltar luva, quando você fala, você está dizendo dentro do presídio, que falta luvas?

O SR. ALAN MARTINS – Na verdade falta mais para o agente penitenciário.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) - É bom o senhor falar no microfone para ser registrado, a GESAU tem como atender essa demanda de luvas, essa é uma reclamação que eu já recebi; o Sindicato já recebeu também, de faltar luvas até mesmo para procedimentos até mesmo nas revistas de materiais das visitas.

A SRA. KATIANE MAIA - Deputado, a Secretaria de Estado de Justiça, ela está com um processo de aquisição de luvas para os agentes penitenciários, a Gerência de Saúde fica impedida na dispensação dessas luvas aos agentes, porque o material que era cedido, esses materiais pênsl médicos hospitalares são fornecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, então, a gente precisa prestar contas desses insumos que são nos fornecidos, como não está relacionado à assistência à saúde, nós somos impedidos de dar para outros fins, mas, esse processo de aquisição dentro da Secretaria já está numa fase até de empenho; alguma coisa eu não tenho muita certeza agora, para os agentes penitenciários. E a gente tem cedido na medida do possível, para aquelas revistas internas, dentro da unidade prisional, de forma temporária.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – O Alan pode concluir.

O SR. ALAN MARTINS – Me chamo Alan, só para registro. Como eu disse a Katiane já até falou um pouco. A nossa demanda enquanto enfermaria está sendo parcialmente resolvido, o que ela já bem exemplificou é que não há essa distribuição, não há essa padronização, como por exemplo, os casos de tuberculoses que são frequentes dentro das unidades prisionais e às vezes nós não podemos dispensar, a máscara específica que é a N-95, para os agentes penitenciários, até por que a gente teme a falta desses materiais para nós da enfermagem. Então, não ficou resolvido até hoje uma padronização, uma forma para que esse tipo de problema seja suprimido, até mesmo por que ele não é novo e também não é eventual, isso é diário, acho que todos os dias, principalmente nos dias de visitas, a gente sempre tem esse caso, falta para o agente penitenciário poder fazer a revista, poder fazer a revista íntima. Então, o agente penitenciário também sofre com essa falta de material, até mesmo por que isso ajuda a difundir as doenças dentro do sistema, respiratória; pelo sim-

ples contato com secreção, então, assim, todos estão expostos quando um está exposto.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Inclusive, esta questão da máscara, você citou mais uma situação, o pessoal usa a branca e não protege praticamente nada, eu não sou da área, mas, sei que existe uma que é específica, então, a maioria dos profissionais aqui, principalmente os que atuam dentro das carceragens e dos hospitais não usam a adequada, a que seria... Existe também um processo para a compra, para a aquisição, até mesmo para as revistas, que o índice é grande dentro das carceragens ali.

A SRA. KATIANE MAIA – O Programa de Tuberculose traz algumas recomendações, a máscara que precisa ser disponibilizada é a máscara N-95, que é a que protege contra o contato, a infecção ali latente, para se haver o contato, Deputado, precisa-se de um mínimo de hora de exposição direto de convívio, não é só por que ele teve um contato de 15, 20 minutos que ele é um paciente suscetível ou um receptor suscetível à infecção. E têm critérios para poder fazer a distribuição, geralmente quem utiliza essa máscara são os profissionais que atendem diretamente aquele portador de tuberculose. Os agentes penitenciários, no fato de estar fazendo a movimentação cela/enfermaria é um contato muito pequeno, que não...

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Revista, tendo contato de toque.

A SRA. KATIANE MAIA – Não, porque o contato, para que haja a infecção é contato saliva, ar, e precisa de no mínimo duas horas diárias de contato contínuo de convívio. Então são vários critérios, daí ele tem que estar com aquele paciente índice em duas horas, minimamente, todos os dias, ininterrupto para poder ser um paciente exposto.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – O agente penitenciário Fernando.

O SR. WILLIAM FERNANDO – Só salientando o que os colegas que estão falando, às vezes o agente passa 12, 24 horas com o preso lá dentro. Então não são duas horas, são 12 horas seguidas.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Era justamente o que eu ia falar.

A SRA. KATIANE MAIA - Deixa só para complementar. A gente estava falando desses pacientes de revista a unidade prisional. Dentro da unidade hospitalar a gente tem esse entendimento que, nós temos setores de epidemiologia dentro das unidades, não é? Então coisas que a gente pode ajustar com as meninas lá das unidades hospitalares, esses EPs para os profissionais da segurança e nem todo paciente sintomático respiratório é um paciente de tuberculose. Foi mencionado, e aqui eu quero fazer um adendo, com relação aos agentes penitenciários que estão ali em contato com pacientes, em contato mesmo com aqueles reeducandos de alguma patologia respiratória, foi feita a menção sobre a questão dos casos de meningite. Realmente nós precisamos tomar algumas condutas intra-hospitalar na questão das exposições, mas, foi um alarde em relação ao caso de meningite que, claro que os colegas nos procuraram e tiveram todo esse..., a cultura, tem todo um procedimento médico para poder atuar ali. O reedu-

cando deu entrada com suspeita de meningite. Foi feita a coleta do material e o médico que fez o atendimento ali naquele momento, entrou com a quimioprofilaxia, até mesmo de forma empírica, antes mesmo de retirar, de vir o diagnóstico confirmatório ou não. No caso, ele entrou empiricamente para resguardar caso venha ser aquele pneumococo. E nesses casos de meningite nós acompanhamos todos eles. Entramos em contato com as autoridades, estávamos monitorando. Porque quando fala em meningite, nem toda meningite se faz quimioprofilaxia. A gente precisa de fato ter, a quimioprofilaxia é a medicação que é dada, que nem toda meningite tem potencial de disseminação e contaminação. Então, o Ministério da Saúde traz, inclusive, nos seus manuais quais são as meningites que, é necessário, obrigatório pelo alto índice de contaminação, a quimioprofilaxia. Nos dois casos que nós tivemos de meningites, só eram meningites de diplococo positivo, não eram nem diplococo de carga negativa. Então, não haveria necessidade, mas, o médico atuou ali de forma preventiva, antes do líquido, da cultura do líquido. E aí assim, nós sabemos da preocupação dos agentes e que eles confiem naquelas informações que nós passamos que nós não estamos ali de forma irresponsável, sabe? Quando nós falamos assim, que a gente aciona as autoridades competentes; foram acionadas as autoridades de epidemiologia, do setor, tanto do Cemetron quanto dos órgãos competentes da ANVISA, da Vigilância Sanitária da SESAU e da SEMUSA. Fomos atrás das culturas para saber não só, Deputado, com relação aos agentes penitenciários que estavam ali, mas também para fazer o bloqueio entre as celas, daqueles reeducandos que tiveram contato com aquele caso índice. Então não era um caso de tratamento e de investigação e que se certamente fosse, nós estaríamos atuando ali. Nós temos preocupação sim com a saúde dos servidores que estão lá, temos responsabilidade. Então, que oriente, porque muitas vezes eu recebi ligações e de posse do resultado do exame, passava os informes aos colegas: 'Olha, não é caso de quimioprofilaxia, estou com o resultado. - Ah, mas o médico... Sim, ele entrou naquele momento porque ele não estava de posse do resultado do exame'. Aqueles que foram tratados, ótimo; mas os outros demais não há necessidade de tratamento de fazer bloqueio. Era só isso.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Ok! Fernando.

O SR. WILLIAM FERNANDO – Na verdade eu queria falar sobre outra situação, justamente para você. O responsável lá pela Escolta de Cacoal, ele falou que fez um empenho de um medicamento para a SEJUS, porque uma licitação de medicamento para a SEJUS e para Cacoal, por quê? Cacoal, como tem essa demanda, lá tem médico, na Enfermaria da Unidade tem médico, enfermeiro e técnico, ela só não tem estrutura, não tem maca, não tem nenhum suporte de soro, mas, aconteceram já alguns casos de presos que precisavam fazer curativos, só estavam internados ainda por um tempo porque estavam fazendo curativo, tinha que fazer curativo. Então, era algo que se poderia se resolver na própria Enfermaria da Unidade, só que não tinha nem medicamento e nem curativo e também tem uma situação que a Secretaria, a SESAU, não sei se foi a SESAU com a Secretaria, as enfermarias dos presídios só funcionam até às 18h00 e dependendo o tipo de medicamento que o apenado tem que tomar, ele não pode ficar na enfermaria do presídio porque ele vai ter um medicamento num horário que não vai ter um técnico ou um enfermeiro lá. Mas, no caso de Cacoal a gente conseguiu adequar alguns

para saírem, desocupar um leito dentro do Hospital para ficar lá porque, vamos supor antibióticos de 12 em 12 horas, então ele poderia ser aplicado à tarde e no outro dia cedo quando teria os..., só que a principal dificuldade é de medicamento, por conta disso, às vezes, porque aí o Diretor lá da Escolta, ele consegue com muito custo com a Diretora do Hospital, ela cede por boa vontade o medicamento para que ele fique na escolta, no presídio e seja atendido pela enfermaria ambulatorial do presídio para não ficar ocupando servidores por causa de uma coisa simples, às vezes, só aplicar um antibiótico que ele já está no final, ele pode ir para casa, ele prefere ficar no presídio, porque no hospital o preso perde a visita, eles não gostam de ficar lá; eles preferem ficar na Unidade, e até a questão do medicamento, às vezes, igual, a gente teve apenados com suspeita de tuberculose ou já com pneumonia porque na própria enfermaria da Unidade não tinha como tratar aquilo. Então, um caso simples de pneumonia dentro da Unidade Prisional acaba virando uma tuberculose, porque você não tem medicamentos na própria enfermaria da Unidade e Cacoal virou uma referência em questão de saúde e lá necessita; eu sei que tem esse pedido de medicamento, só parece que ainda não saiu.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Inclusive, eu sei que existe, eu acompanho, existe uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público por conta dessa questão do medicamento que falta nos presídios.

Até eu pergunto, vou perguntar primeiramente do Alan que ele está lá na ponta, a respeito. Existe, falta realmente, Alan, lá nos atendimentos que você faz lá nos presídios.

O SR. ALAN MARTINS – Deputado assim, como já foi falado...

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Eu estou levantando essa questão, até porque alguns agentes penitenciários que estão aqui sabe disso. Tem situações que acontecem dentro do presídio por falta de um remédio para dor de cabeça, e gera até, pode acontecer até uma rebelião. Então, a dor de cabeça é muito grande, porque quem está na ponta é o agente, que o preso é o primeiro contato, o primeiro contato dele: estou com dor de cabeça. Se não tem o medicamento o agente vai dizer: “não tem”. Daí o preso acha que a culpa é do agente, porque ele não entende toda essa problemática que é levantada, a falta, e se existe uma ação é porque está faltando, se não me engano já tem até uma decisão do Tribunal, mas pode falar Alan.

O SR. ALAN MARTINS – Então Deputado, dentro da Unidade, assim como em todo o Sistema de Saúde falta sim, faltam algumas medicações, mas o problema específico da Capital, o maior problema é a falta do profissional médico, que é o profissional habilitado a prescrever a maioria das medicações, o problema maior que nós enfrentamos é que hoje em dia nós temos muitas medicações, mas, só quem pode prescrever é o médico.

Então, isso também gera alta complexidade porque temos as medicações, o preso necessita dessas medicações só que nós, enquanto, Corpo de Enfermagem; não temos autonomia para administrar essas medicações sem a devida prescrição, podemos ser penalizados via COREN, tem toda essa questão da nossa Legislação competente.

Então assim, no caso específico da Capital nós até temos um estoque de medicamento, a Gerente Katiane conseguiu através de alguns esforços, eu não me recordo bem, ela sabe melhor falar a respeito dos pactos que foram feitos e assim, o nosso maior problema hoje não é falta de medicamento é a falta justamente do profissional médico, como o colega agente penitenciário falou e o senhor bem exemplificou, às vezes, são problemas mínimos, facilidade de resolver de minutos.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – E evita, inclusive, o deslocamento de uma equipe nossa.

O SR. ALAN MARTINS – Justamente. Nós, atualmente sofremos muito justamente por essa questão. Não temos um médico, o apenado se queixa, até explicarmos a ele toda essa questão das nossas competências e que nós não podemos, é muito desgastante tanto para o agente penitenciário, que tem que ficar fazendo esse deslocamento e é quem tem o contato direto na carceragem; nós enquanto servidores da Saúde não são compreendidos, e, o apenado também que não tem obrigação de saber toda essa informação. E mais uma vez, só para ressaltar e exemplificar novamente esta falta da gente poder, uma comunicação direta; assim como nós servidores da saúde, sofremos muito com a falta de treinamento na questão da segurança, percebe-se também a falta de treinamento que o agente penitenciário tem em questão da informação a saúde; que não é obrigação, diremos assim, nem do agente saber questão saúde e nem do técnico saber de questão de segurança. Nós apreendemos na prática, só que assim, se houvesse um treinamento, se houvesse padronização, se houvesse reuniões para que isso fosse exposto aos agentes e da mesma forma exposto a nós enquanto enfermagem, seria benéfico a todo o sistema penitenciário.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Ok. Katiane quer responder?

A SRA. KATIANE MAIA – Eu quero. Primeiramente responder os questionamentos do colega William, de Cacoal. Existem algumas particularidades que a gente precisa atender quanto à questão da realização de alguns medicamentos dentro da unidade prisional. Tem medicamentos que já aconteceram que não temos condições dentro da unidade prisional de fazer essa administração por ser exclusivamente de ambiente hospitalar. Então, algumas coisas chegam para a Gerência e a gente avalia aquilo que de fato a gente consegue atender dentro da unidade prisional, tendo em vista que as equipes que atuam, são equipes de atenção básica, elas têm uma limitação mesmo nas suas atribuições e competência. E tem medicamentos, por exemplo, já chegou alguma, inclusive, a aplicação de bolsas de sangue: “ele está só para tomar bolsa de sangue, ele pode tomar”. Então, algumas coisas precisam ser avaliadas criteriosamente caso a caso; medicamentos como os antibióticos que a gente consegue correr, até mesmo pela questão, a gente que chega medicações orais que precisam de uma dispensação, a gente organiza com o pessoal da atenção básica para atender aquela demanda, mais é muita especificidade, eu preciso saber o que é, qual é o caso, qual é o quadro, se está na questão dos curativos. E aí eu vou abranger de forma geral. Nós estamos vivenciando, Deputado, um momento de uma política nacional da saúde penitenciária. Essa política, ela define claramente, foi uma Portaria Interministerial, o Ministério da Saúde e Justiça e nesta Portaria ela definiu

claramente quais eram as competências e quais eram os níveis de atenção dentro da saúde do sistema prisional. E aí o custeio, o financiamento desta política, ela vem diretamente fundo a fundo as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. A Secretaria de Justiça, através do Ministério da Justiça, ela tem suas competências também bem claras e definidas, que seriam as questões da ambiência, toda questão da ambiência e aparelhamento das unidades. Então, é uma discussão que nós estamos há tempos, há um ano fazendo toda essa articulação com as Secretarias porque, até 2014, quando foi feita esta política, era tudo a cargo do Ministério da Justiça, o Ministério da Justiça, dentro eram as equipes de saúde que atendiam, eram de uma forma desarticulada com o SUS e não supria a necessidade daquele reeducando. Por isso houve essas discussões em Brasília e quem faz saúde é Secretaria de Saúde, o custeio dessa saúde, ela não é barata. Então, vem um incentivo mensal; tanto para a implantação das equipes de saúde dentro da unidade prisional e lá ela define um rol de multiprofissionais e o custeio em cima da população carcerária e o incentivo para a assistência farmacêutica também com uma Portaria separada. A gente está nesse processo de discussão porque, a política, ela traz algumas falhas ali na questão do seu desenho quanto às definições Secretarias Estaduais e Municipais e a gente está nesta discussão, mais um avanço, nós já conseguimos e com muito, muita, na verdade desconstruindo muitas práticas que vinham trazendo a SEJUS com a responsabilização da saúde, sendo que não é saúde a nossa responsabilização e onde entra a questão dos insumos. As Secretarias Municipais, elas não fazem um favor, como você ou estadual de saúde; como disse: “ela fez um favor de nos entregar naquele dia, naquele plantão”. É obrigação das Secretarias fazerem essa entrega. Mas, a gente está desconstruindo, porque é uma cultura que foi criada que a SEJUS é que compra o remédio, a SEJUS é que tem que comprar ambulância, a SEJUS é que tem que... e, na verdade essa política veio para desconstruir e colocar as equipes de saúde prisional como ponto de rede do SUS, elas são visualizadas como ponto de rede SUS. Então, se ela precisa de alguma ação e serviço e o custeio, ele vem todo para o Fundo do SUS, então, é só nesses pontos. Quanto à questão de medicamentos, nós conseguimos, por que Porto Velho? Porque em Porto Velho, as discussões estão mais avançadas e articuladas, isso em audiências de VEP, na Vara de Execuções Penais para definir bem e deixar claro, os papéis. E aqui em Porto Velho, já foi definido, já foi desenhado quem entrega o que nesse momento, estamos nessas discussões. Agora o que está acontecendo? Alguns municípios, porque a saúde, ela foi muito municipalizada, ok. Então, assim, alguns municípios, alguns gestores que entraram na pasta agora, eles têm resistência na questão da atenção à saúde prisional, é todo um trabalho que a gente está fazendo em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde para sensibilização desses custeios. Então, é uma política que está sendo discutida, é uma responsabilização que está sendo discutida; alguns não estão querendo fazer o seu papel de atenção básica, porque atenção básica quem faz é o município. Então, é uma discussão que a gente está aí desenhando, alguns municípios já estão bem alinhados, indo, outros vão ser discutidos em CIB com o Secretário Estadual de Saúde, com os municipais, para eles ajustarem essa questão de custeio, que a gente não tem essa autonomia para trabalhar custeio de Secretaria Estadual de Saúde e municipais.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Entendi. E assim um detalhe que você falou, houve um avanço, foi à saída do uso de medida de segurança no sistema prisional. Porque, eu trabalhei como medida de segurança no Presídio Ênio Pinheiro, a dor de cabeça que é, as dificuldades que têm, não é competência nossa medida de segurança, isso aí já é um avanço com certeza para o sistema prisional porque tem que ter o médico específico, tem que ter o psicólogo, tem que ter todo profissional técnico para isso. Agora a dificuldade hoje que é encarada dentro dos presídios é tentar fazer esse filtro, porque o preso reclama que está doente, o agente tira, aí leva para um técnico que não está preparado para dar aquele primeiro atendimento, o que o técnico vai fazer? Hospital; leva para o posto, leva para o Ana Adelaide, isso, a SEJUS gasta muito mais, pode ter certeza por que vai pegar uma equipe de escolta ali, vai ter que levar até lá, colocar em risco pessoas que estão lá em atendimento em hospitais e postos que não estão preparados para aquilo. Então, é todo um transtorno, se a gente tivesse uma equipe para fazer essa triagem e evitar que esse preso saísse lá de dentro, e a maioria deles, eu sei, são situações que dá para resolver na unidade desde que tenha uma equipe para isso, desde que tenha remédios também para isso e num local específico, poderia ser um local só para atender o complexo, que aqui em Porto Velho é até fácil de resolver, ter um complexo só. Então, seria um local de referência para isso.

O SR. IGOR SALVADOR - Deputado Anderson, só pegando um gancho aí do que a Coordenadora aí da Gerência explanou aqui em relação a saúde do sistema, vai até como proposta para Vossa Senhoria um debate exclusivo só para a saúde do sistema prisional, porque o trem lá é feio, viu. Eu estive lá, fiquei setenta dias no Urso Branco, a situação é caótica, inclusive, numa oportunidade foi até ameaçado de um preso que estava pagando castigo do Ênio Pinheiro lá no Urso Branco, porque o remédio dele não foi e o culpado era eu. Então, e toda vez, eu passava isso para a direção para tomar providência em relação essa medicação, e a resposta veio trinta dias depois que não tinha a medicação. Então, assim, é um assunto pertinente tratar esse assunto específico da saúde do sistema prisional.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Vou passar a palavra agora ao Davi, Coordenador do Sistema Prisional do Estado de Rondônia. Têm algumas questões que foram levantadas, depois nós vamos dar alguns encaminhamentos e esses encaminhamentos serão entregues ao Governador do Estado, Chefe da Casa Civil, Secretário de Segurança, Secretário de Saúde, a SEJUS, inclusive, já está aqui. Porque tem questões que envolvem os dois, um exemplo, vou dar aqui, a regulamentação dessa questão que hoje os servidores dos hospitais passam, no recebimento de presos. Tem que ter uma padronização, como envolve outras Secretarias, é interessante a gente trabalhar em cima de um decreto, e até o meu compromisso já até fazer uma indicação ao Governo do Estado, mas, também encaminhar dessa audiência um termo de compromisso, pedindo ao Governo do Estado, que em noventa dias regulamente essa questão. O que é fácil levantar esse tema entre os Secretários de Estado envolvidos na questão e regulamentar essa norma, o que é norma interna de procedimento, eu sei que existe uma Portaria da SEJUS, norma interna, o que é externo aí envolve também as outras Secretarias, e aí tem também questão do rádio HT que nós vamos encaminhar também para o Secretário de Segurança, eu sei que o

órgão da Polícia Civil que regulamenta isso é a DINTEL, não é isso? É a DINTEL que regulamenta isso. Existem alguns transtornos que eles justificam; que eu tenho conhecimento também, do motivo da não liberação, mas, a minha sugestão, estava agora há pouco conversando com o Secretário e vai ser a nossa sugestão, é de abrir esses canais para as equipes que estão mais vulneráveis, que estão nas ruas, que estão fora do ambiente prisional, que seria o GAPE que faz esse trabalho externo diuturnamente e também as equipes de escolta que estão nos Hospitais. E claro com uma norma através da Secretaria de Justiça, por que o rádio não é para o agente causar transtorno, não é para o agente usar de forma indevida, é para usar em situação específica de necessidade. Por que senão, eles vão fazer o bloqueio, a gente fica sem um equipamento que vai nos ajudar numa situação bem difícil e aí a gente tem que repensar tudo isso. Então eu até sugiro em cima disso ter uma regulamentação também, identificada a equipe que causou qualquer transtorno no rádio HT ser punida, por que aquilo é um instrumento de trabalho, é um instrumento sério que na hora certa você vai ter que ter ele para usar, e que se você não tiver? Isso eu falo por que eu já passei situações dentro do presídio, certa vez no Presídio Panda ainda na carceragem velha, entrei; nós estávamos com quase 400 presos e nós tínhamos o HT só que o nosso canal não era liberado para acionar as viaturas fora para dar apoio, e os presos começaram a quebrar tudo lá dentro e a gente não conseguia contato nem com a guarita da Unidade. E nós tivemos que colocar a nossa vida em risco até a gente conseguir acionar um apoio externo que demorou a chegar. Então isso é coisa séria, quando a gente fala isso é coisa séria, o sistema prisional tem que tratar isso de forma séria, os servidores que atuam, que usam esses rádios HT, têm que usar com responsabilidade, por que se não for usado com responsabilidade é bloqueado e quando precisa, a gente não vai ter e aí quem vai estar em risco? A nossa vida. Então tem que pensar nessas questões e ter claro, uma regulamentação séria para tratar esse assunto.

Vou passar aqui para o coordenador do Sistema Prisional.

O SR. DAVI INÁCIO – Excelentíssimo senhor Deputado estadual Anderson do Singeperon, proponente da Audiência, Excelentíssimo senhor Coronel Marcos Rocha, Secretário de Justiça, em nome de quem eu cumprimento a todos. Eu acredito, Deputado, que nós estamos acho que falando a mesma coisa só que somos atores, cada um com seu papel. Parabeniço Vossa Excelência, o tema realmente é polêmico e é muito complexo por que envolve várias Secretarias. De dois anos para cá, a SEJUS caminhou bastante, e caminhou para frente, o senhor Secretário viabilizou várias conquistas através de esforços, de todo o seu staff e dos servidores. Eu prefiro sempre comemorar as conquistas e aquilo que estamos por conquistar procurar cada vez mais nos empenharmos. Nós precisamos lembrar que a SEJUS, ela é responsável pela custódia dos presos, a Secretaria de Saúde; acredito que o principal ator dessa Audiência não está aqui, que seria o Secretário de Saúde. Nós, quando o Ruy Delvan assumiu a Chefia da custódia, de imediato nós pedimos para ele que viabilizasse reuniões nos Hospitais, há dois meses em cumprimento a determinação do senhor Secretário, eu fui até os Hospitais e ali conversando no João Paulo com alguns servidores eu vi que nós precisamos melhorar muito, precisamos melhorar muito em algumas situações, mas, também nós não podemos deixar de lembrar que em situação igual estão todos aqueles usuários do sistema de saúde. A realidade é triste, todos nós sabemos, mas, a minha preocupação enquanto Coordenador do Sistema Prisional, Ex-

celência, é justamente a segurança; a segurança dos servidores, a segurança do corpo técnico ali dos Hospitais e a segurança dos pacientes. Nós precisamos trazer o Município, a Secretaria de Saúde para esse debate e o Estudo quando for construir uma Unidade de Saúde precisa trazer a SEJUS, precisa trazer o Sindicato por que é sim uma questão de segurança. A quantidade de pessoas que tem ali em uma situação de resgate fica inviável o servidor usar arma, pouco tem servidor sacar uma arma ali, usar técnicas que aprendeu em escola, enfim, nós precisamos construir protocolos de segurança, mas, inicialmente precisamos trazer a saúde através do Estado, do município e convencê-los da importância que é, porque o que a SEJUS pode fazer é conduzir os presos para serem atendidos, isso é o que nós temos que fazer e estamos procurando, Excelência, fazer da melhor forma. Hoje quem faz as escoltas até mesmo do pessoal de saúde é o GAPE, é um grupo que vem se aperfeiçoando, de dois anos para cá nós investimos bastante porque sabemos que a qualquer momento precisamos intervir em unidade prisional, bem como a condução de uma escolta é muito complexa e muito importante e o servidor precisa estar bem preparado. Naquela visita ali eu conversei com alguns servidores, ele me falou das dificuldades, eu pedi para o Ruy Dalvan viabilizar a reunião, no dia teve uma demanda judicial e eu não pude ir e o Jobson foi. Há aproximadamente um ano e meio nós estamos nos reunindo com a SESDEC, veja o senhor que a SEJUS é multisecretaria, trabalhamos com educação, saúde, enfim, é complexo demais e muitas vezes, por exemplo, quando se falou em regulamentar, a SEJUS não pode simplesmente chegar à casa alheia e dizer assim: “olha, hoje eu vou fazer dessa forma”. Então isso é uma construção, Excelência; que tem que trazer esses outros atores com convencimento. Por exemplo, às vezes que eu fui lá, que o Marcelo conversou com a direção, não se tinha para onde levar, aí quando cheguei lá eles reclamaram: “olha, hoje tem uma sala aqui para os servidores de saúde”. Aí eu até perguntei para o servidor: “será que a gente não consegue que essa sala seja para todo mundo?”. Enfim, nós chegamos num hospital daquele, a gente vê a quantidade de pessoas pelos corredores e não tem sala, enfim é complexo demais, então a SEJUS pouco pode interferir. Com a SESDEC para que regulamente, para V. Ex^a ter noção da complexidade, as últimas reuniões nossas com a SESDEC não prosperaram tanto, porque eu e o secretário nós em algumas situações, veja o senhor o ano passado, em dezembro do ano passado eu fui até as unidades resolver um conflito, onde ali dava-se conta de uma ocorrência policial, onde um Tenente queria prender um agente, o agente registrou ocorrência em desfavor do Tenente, um conflito e eu tive que ir até a unidade para justamente explicar que a ponta lá precisa se entender para que as ações saiam ordenadas. E ali na última reunião com a SESDEC nós informamos para a SESDEC que o preso é responsabilidade da SEJUS após da Justiça entregá-lo ao sistema prisional. Então houve ali certa animosidade cada um defendendo a sua tese, mas, nós não aceitamos de imediato o que a SESDEC queria. Agora nós temos que pensar quando trouxermos a SESDEC que apesar do efetivo escasso da corporação, nós temos que entender também que uma guarnição de serviço da Polícia Militar ali no hospital, é a comunidade também na rua esperando ser atendida. O que está faltando é a gente compreender, eu falo a ponta, a atribuição de cada um e a gente ali está trazendo sugestões para minimizarmos, então a gente vem identificando os problemas, de dois anos para cá na SEJUS, Excelência, e ali pontuando, a SEJUS é uma prioridade cada dia, a importância do sistema prisional, a com-

plexidade, a gente vem ali tentando resolver uma demanda por vez, por dia, e fazer de uma forma planejada, concatenada para que amanhã ou depois o sistema prisional não continue como está, atrapalhado. Então aquela falta de planejamento de 30 anos, ela hoje reflete de forma negativa no sistema prisional. Administrar 53 unidades não é fácil; administrando uma unidade, nós conversamos com os diretores e a queixa deles é tamanha. Então assim o que nós pedimos a V. Ex^a, ao sindicato, a cada servidor é que acredite na Secretaria, acredite no Secretário, vocês fazem parte da Secretaria, vocês são a SEJUS, e o senhor Secretário tem aberto as portas da SEJUS, tem atendido, é um dever nosso na qualidade de staff de auxiliar do Secretário, de forma técnica, orientá-lo, auxiliá-lo e que as decisões cabem a ele, assim, o Secretário, ele tenha um bom diálogo com cada servidor, as demandas que chegam mesmo sem ser através do Sindicato, mesmo sem ser através da Associação, o Secretário tem recebido os servidores e só não são atendidas aquelas demandas que a gente às vezes não consegue cumprir. Eu gostaria, nós gostaríamos de ter chegado à SEJUS antes, porque acredito que com o compromisso do senhor Secretário, com amistosidade que a SEJUS tem hoje nos poderes, nós estaríamos até numa posição melhor, eu concluo a minha fala aqui reconhecendo, Excelência, que precisamos melhorar, falei para o Secretário, o Coronel Góes me mandou algumas fotos, não sei se foi Ruy que mandou para ele em relação ao Hospital de Base, eu já tinha ido ano passado lá no Hospital de Base e a gente fica amarrado algumas vezes ao que não depende da gente, ao que não depende da gente. Então, assim, em relação à regulamentação do preso que vamos receber, nós já fizemos essa reunião, não foi tão satisfatória, porque o Comando da Polícia Militar, a cúpula da Civil queria uma coisa e nós não aceitamos, porque ia sobrecarregar a SEJUS; e outra, não tinha legalidade. Então conversamos com ele, ficamos de fazer outras reuniões, acredito que se V. Ex^a provocasse essa reunião com a Secretaria de Segurança Pública, trazendo todos esses atores para ver o que podemos fazer para melhorar a condição do servidor ali na Unidade é importantíssimo. Concluo a minha fala dizendo que pode contar com a gente. Mais uma vez parabéns, porque o tema é polêmico e necessário.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) - Com certeza, inclusive, além de estarmos dando encaminhamento ali na nossa Audiência, nós vamos fazer uma indicação ao Governo do Estado, estar provocando essa discussão para dar mais segurança jurídica para o servidor atuar nos hospitais. Outra questão que foi levantada, eu estava esquecendo até de falar, foi à questão do uniforme que foi citado pelas Diretoras aqui dos hospitais, a questão dos uniformes é uma questão que também tem que ser bem discutida, porque o uniforme, ele é ostensivo, é para evitar o mal, se nós não temos uma estrutura e nem tem a concentração de presos no mesmo lugar que..., se a gente for para a LEP está todo mundo errado, está todo mundo trabalhando errado, que a LEP diz como é que tem que ser feito e nós não estamos. Então, se o servidor optou ali por trabalhar sem uniforme, é justamente para ficar velado mesmo, para não ser conhecido por qualquer situação externa de um resgate, de qualquer tentativa que pode haver, porque ele estando fardado, ele é facilmente identificado, o vigilante; a primeira coisa quando você chega a um hospital é o vigilante, identifica o enfermeiro, mas, se a pessoa está velada, vai pensar que é um visitante, e ele tem chance de reação melhor, ele tem como pedir apoio, agora se ele está com o uniforme de forma ostensiva e da forma que já está vulnerável e não tem

uma equipe necessária, um efetivo necessário para fazer essa segurança, pode ter certeza ele vai colocar a vida de terceiros em risco, porque quem está fardado e quem vai vir para fazer qualquer tipo de tentativa, sabe que ele está armado e ele vai ser uma presa muito fácil. Então, a questão do uniforme é uma questão muito complicada, tem alguns que usam, mas, por opção, eu, se fosse eu que sou agente penitenciário de carreira há 13 anos, eu não usaria, lá não! Uso em qualquer lugar, uso numa escolta com uma equipe com o GAPE, porque está ostensivamente, estão preparados para qualquer combate, tem treinamento para isso, uso dentro do presídio que ali eu estou com um grupo, mas, dentro do hospital que estou em um, dois ou três, fazendo uma fiscalização de presos que estão em locais adversos, eu não usaria particularmente, eu preferia ficar à paisana que eu tenho certeza que eu vou fazer uma melhor segurança. É até uma questão de um projeto de lei que o Governador vetou recentemente, do transporte intermunicipal que o policial militar é obrigado pela lei atual, porque foi vetada a nossa alteração de usar farda nos transportes dentro dos ônibus intermunicipais e já aconteceu troca de tiros dentro de ônibus, inclusive, o nosso Diretor do DER, que é Sargento da Polícia Militar levou um tiro na perna em 2001, por conta de um resgate de preso no ônibus, mas, hoje não se tem mais, foi excluído, hoje não tem escolta em ônibus de presos, mas, tem tráfico de drogas, tem assaltos, tem outras questões e os policiais ainda continuam em risco, porque ninguém sozinho faz segurança. O Secretário que está aqui que Coronel é da Polícia; é especialista em Segurança pública e têm mais pessoas que são técnicas em segurança e sabe, ninguém sozinho faz segurança de ninguém, pelo contrário, você está colocando a sua vida em risco. Então, justamente por isso que eu, se eu fosse orientar; se não tiver uma norma regulamentando a questão, é de não uso da farda nesses locais. Porque são locais diferentes, especiais que inclusive está até errado, porque a LEP diz como é que tem que ser, de que forma tem que ser tratada a saúde do apenado. E nós sabemos que no Brasil a LEP não é cumprida. Ela é muito linda, inclusive, é uma legislação antiga que trata da norma, da execução penal no Brasil, mas, eu quero ver qual o Estado que cumpre ela. Nenhum! Então ela mesma não está sendo cumprida. E recente, até antes de eu vir para a Assembleia, eu discuti, teve uma Audiência Pública no Senado Federal, onde estava se discutindo a reforma da LEP e o primeiro questionamento que eu fiz para os Senadores lá foi: como é que vocês querem alterar a LEP sendo que ela hoje não está sendo cumprida? Vai alterar para cumprir ou vai alterar só para dizer que alterou e que tem uma lei que é a coisa mais linda do mundo? Que a LEP é referência para o mundo, em execução penal, mas não é cumprida no País. Então, é só esse questionamento que eu quero levantar. Pergunto se tem alguém que queira fazer... Ronaldo Rocha, Diretor do Singeperon.

O SR. RONALDO ROCHA – Boa tarde, Secretário Marcos Rocha. Boa tarde, Deputado Anderson, no qual eu estendo para os demais. Deputado, eu queria comunicar aqui que um agente penitenciário, ontem, por volta das 18 horas sofreu um acidente de moto, se encontra nos corredores do João Paulo. Gostaria de aproveitar a oportunidade aqui da Diretora do HB para remover esse guerreiro para o Hospital de Base, onde possa fazer a cirurgia. Deputado; agora vamos botar um pouco mais de pimenta na coisa. Eu venho aqui fazer uma denúncia, uma denúncia que eu acredito, seriíssima. Eu já sei que o Secretário vai dizer que não foi na época dele, e realmente

não foi à época dele, mas, eu acredito que pode ser consertado. Veja bem a discrepância da coisa. Parece que essas coisas só acontecem na SEJUS, são umas ingerências. A SEJUS realizou um concurso público para dentistas em Cacoal, tem dentistas que recebem do Estado para trabalhar em Cacoal, no entanto, não estão trabalhando, sabe por quê? Porque não tem um gabinete odontológico, Deputado. Em contrapartida, em Alta Floresta tem um gabinete, mas, não tem dentista. Então, o gabinete está lá parado, que foi comprado com dinheiro público, com o meu dinheiro, com o seu dinheiro, e está lá parado. E os servidores da SEJUS também recebendo e sem fazer nada – não, é? Acredito, porque são dentistas, se não tem um gabinete odontológico não estão trabalhando. Eu não sei de quem é a responsabilidade, não sei se é da Katiane, não sei se é do Davi, não sei de quem é, agora, eu gostaria de uma resposta sobre isso. Eu simplesmente acho isso um absurdo um negócio desses. Repetindo, tanto do gabinete odontológico, que está lá parado, quando do servidor que está recebendo sem fazer nada, sem desenvolver suas atividades, por conta de quê? Acredito que seja de ingerência.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – A senhora vai responder, Katiane?

A SRA. KATIANE MAIA – Vou, vou responder. Eu gostaria de saber do colega, quando que ele levantou essa informação. Porque o gabinete de Alta Floresta de fato existia, e nós, no início, em meados de julho do ano passado ele foi remanejado para outra unidade prisional, que se eu não estou enganada, foi Ji-Paraná. Porque quando nós tivemos o conhecimento, enquanto gerência, que a unidade tinha todo o material, o gabinete montado de fato, porém, não tinha sido contemplado no concurso o RH necessário para lá, nós fizemos o remanejamento desse gabinete odontológico, se eu não estou enganada, eu posso confirmar isso depois, eu me disponho a confirmar, nós remanejamos ou foi para Ji-Paraná, estavam duas unidades que nós estávamos discutindo, ou foi Machadinho, mas, eu posso informar depois dessa questão. Ah, foi caso de Ji-Paraná, foi isso mesmo. Nós remanejamos para o caso de Ji-Paraná.

O SR. RONALDO ROCHA – E com relação aos servidores dentistas que estão lá?

A SRA. KATIANE MAIA – Com relação aos servidores dentistas de Cacoal, eles atuam na unidade de Cacoal. Lá nós temos gabinete odontológico em Cacoal, na unidade de Cacoal.

O SR. RONALDO ROCHA – Deputado, essa conversa aqui está igual à história, está igual aquela história das espingardas...

A SRA. KATIANE MAIA – Eu vou confirmar a informação. Eu me comprometo a informar a esse Deputado, s esta tribuna, com relação; vou me apropriar melhor e vou informar isso ao Deputado.

O SR. RONALDO ROCHA – Deputado, essa história está igual às espingardas lá de Ariquemes, que só tinha uma espingarda e de repente o Davi ligou e disse: não, tem quatro, tal...

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Então, eu peço ao Sindicato para me encaminhar essa denúncia por escrito e se a senhora até antes da gente notificar a SEJUS se quiser já responder a denúncia, a gente pode chamar aqui uma Audiência através da Comissão, e estar esclarecendo, se

é uma denúncia tem que ser apurada, qualquer denúncia tem que ser apurada e a gente dá os encaminhamentos necessários, eu me comprometo com a categoria, com o Sindicato e dá o encaminhamento necessário para melhor apurar ainda essa denúncia. Então, esse é o meu compromisso.

Secretário, eu vou passar a palavra para ele agora e se alguém que tiver na plateia também quiser se inscrever está aberta a inscrição.

Secretário com a palavra.

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS – Cumprimento o Deputado, aos demais integrantes aqui da Mesa e a todos os presentes.

É claro que a SEJUS, ela tem uma série de problemas, hoje mesmo eu estava reunido com o Tribunal de Contas em razão do que aconteceu recentemente nas Unidades prisionais de todo o Brasil, de vários Estados do País, nem todos, mas em vários Estados. Então, os Tribunais de Contas, por recomendação do Tribunal de Contas da União decidiu fazer um trabalho junto à Secretaria de Justiça para verificar tudo o que vem acontecendo, quais são os problemas que gerou isso daí em toda a Secretaria de Justiça do País, não é só de Rondônia, é em todas. Então, hoje nós estávamos reunidos, parte da manhã, para tratar sobre esse assunto.

O servidor Alan, ele disse que acha como é que eu consigo estar presente em vários lugares ao mesmo tempo. Mas é porque eu tenho uma equipe boa, uma equipe que tem atuado bastante e tem me ajudado bastante, por exemplo, eu fiquei a maior parte do tempo aqui hoje calado, observando e o pessoal aqui dando as respostas, seja o Ariclei, seja, esqueci o teu nome?

O SR. PAULO TESSER – Paulo.

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS – O Paulo que fez perguntas e ao mesmo tempo respondeu, seja o Davi, o Jobson, Katiane, o Thiago, está ali quietinho, o William que fez vários questionamentos ali, mas, acabou respondendo alguns também; soluções. O fato é que, é uma Secretaria que veio ao longo do tempo trabalhando de forma equivocada. Não tem como o Secretário atuar com Educação, Saúde, Economia, Administração, Hotelaria, Segurança, tudo, é impossível uma Secretaria que atue em todas as áreas. Então, através de uma orientação conjunta do Ministério da Justiça e do Ministério da Saúde, no caso específico da saúde, nós fomos orientados, estávamos presentes junto ao Ministério Público que essas ações de saúde são de obrigação da Saúde, quando se refere à Saúde básica é do Município, quando é de forma especializada, eu não sou da área, quando é de forma especializada, alta complexidade, especializada, é por conta do Estado. A gente tem muita dificuldade porque a gente sabe que nos hospitais, se nós formos agora, se alguém daqui sair doente e for buscar um hospital, vai ter uma espera. Não é verdade? Vai ter uma espera. A mesma coisa acontece com os apenados, com os apenados. O fato é que a gente precisa de alguma forma, isso é intersecretaria trabalhar de forma que o atendimento se torne por parte dos municípios como tem acontecido em vários municípios do Estado, já acontece, eu fui ao Município, eu acho que Alvorada; não sei qual foi o município que eu fui, estava tudo funcionando redondo, o Prefeito dizendo: “Não. A gente tem que atender, é obrigação nossa”. E já fui a outro município que o Prefeito não queria atender, porque dizia que trazia custo. Mas, eles têm que entender que o preso quando está preso naquele município o

que ele é? Município. Ele pertence aquele município, ele mora naquele município, ele vive ali naquele município e é assim que funciona.

Bom, em relação aos vários apontamentos e eu fiz vários aqui apontamentos eu vou levar esse papel para reunir com o nosso pessoal, reunir em específico.

Em relação às correntes que foram citadas aqui, realmente, aconteceu de ter uma ordem de retirada das correntes. O fato é que houve sim algumas fugas e nós então acabamos reunindo com a Juíza, eu reuni com a Juíza num domingo de manhã lá no Hospital João Paulo II, foi a Dra. Andréia também, eu não lembro qual era a Juíza na época, no dia, e acabou-se decidindo que não tinha como retirar à corrente. Mas, que deveria se esconder a corrente através de um couro, alguma coisa assim e foi isso que foi feito, se escondeu as correntes e aí se resolveu. Em relação aos cadeados, já foram entregues cadeados, não é isso Ariclei? Os cadeados foram entregues já. Então, o problema do cadeado não tem mais. Em relação às algemas que foi citada também aqui, o fato é que a empresa ganhadora da licitação, ou na verdade, a empresa que nós aderimos ata de registro de preço, ela entregou, ela ia entregar uma algema que não prestava e eu como pessoa da segurança, eu jamais vou entregar um servidor da SEJUS, uma algema daquele tipo ali, que eu usei, na verdade lá em 1900 e lá vai fumaça, eu não vou permitir que o pessoal da SEJUS use uma algema daquela que é fácil de abrir e é frágil e também, assim como não permitir que se usasse coletes que a pessoa parece que está dura, porque não é maleável e quem fez o processo de escolha dos coletes da PM lá em 1900 e pouquinho também, fui eu com o Coronel Garrett e outra equipe. Então, nós não aceitamos aquele colete e não vou aceitar agora também na Secretaria de Justiça, aí eles fizeram um novo colete e entregou para a gente, são coletes maleáveis.

Demais questões que foram citadas aqui, estão todas anotadas, a gente precisa sim discutir melhor essas questões, talvez através de uma Audiência Pública mesmo que trate especificamente desses assuntos, entretanto, senhor Deputado, eu sugiro que o senhor poderia entregar as indicações, como o senhor falou aqui ao Senhor Governador sobre um Decreto que regulamentasse quem pega o quê, aí seria através de uma Comissão Conjunta entre as Secretarias e a questão do funcionamento interno, a gente pode aperfeiçoar uma Portaria que venha a tratar desses assuntos. Eu quero dizer, que é claro que nós temos problemas em vários aspectos, mas, a SEJUS, ela tem trabalhado no sentido de tentar fazer o melhor possível e o melhor possível nem sempre agrada a todos. Mas, a gente tem procurado fazer. Nós temos recebido informações de servidores do interior que estão satisfeitos com determinadas ações adotadas, estão satisfeitos, mandam para o meu WhatsApp através de vários números. Mas, ao mesmo tempo algumas situações que não tem nada a ver como assunto aqui específico, que é a Segurança no Sistema Hospitalar, mas, algumas ações como, por exemplo, escala de serviço. Eu não tenho como mudar, e, o senhor sabe disso, a gente não tem como mexer, não tem como mexer. Então, a gente vai seguir. Quanto aos uniformes, foi citado aqui também; eu penso que, eu fui convencido aqui agora, é verdade, algumas situações específicas não se têm como usar uniforme. A não ser que a gente tenha um local totalmente apropriado, eu agradeço aqui as senhoras Diretoras, tanto do Hospital de Base, como do Cemetrôn por terem vindo e terem dado a palavra, agradeço pelo apoio que tem dado a SEJUS, a SEJUS é uma Secretaria, como eu já falei aqui bastante complexa e se não fosse o apoio

de todos, a coisa não andaria, o apoio de todos. Parabenizo ao Deputado por essa iniciativa, valeu apenas eu realmente ter vindo, as poucas vezes que eu não venho é porque eu estou em outra missão, aí não tem como eu está em dois lugares ao mesmo tempo; houve outra Audiência semana passada, eu não tive como estar presente, mas, informei a um dos Deputados que participam; semana passada não é Deputado, que participam o Deputado Jesuíno, informei para ele que eu estava fora, que não teria como estar aqui, mas, que mandaria a Secretária Adjunta e a equipe, como de fato ela esteve presente e respondeu os questionamentos e entregou documento, hoje conversei com ela sobre esse documento, nós fizemos em conjunto sobre socioeducativo e fizemos a entrega. Então, é isso a SEJUS já comprou várias, muitas coisas, faltam outras e a gente vai tentar trabalhar da melhor maneira possível para atender os nossos servidores, aos nossos presos, sim a SEJUS tem que atender os presos dentro da legalidade e a servir os presos no que eles necessitem dentro da legalidade e a gente está fazendo tudo o que pode nesse sentido e agradeço a equipe também, a Maíra também presente e a todos que estiveram aqui, todos os presentes. Obrigado.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Nós vamos, elas estão imprimindo ali a Ata que está com os encaminhamentos, foram convidados todos, inclusive, o pessoal do João Paulo também. As recomendações que nós vamos encaminhar para lá, nós vamos incluir na ata independente da presença deles, porque são questões que envolvem segurança. Quando a gente faz isso, nós estamos resguardando os profissionais que estão atuando ali, se não veio por um motivo ou outro nem um representante também da Secretaria de Saúde, quando acontecer um fato, nós temos respaldo jurídico, não só nós que fiscalizamos; o sindicato também que atua nessa fiscalização, mas, os servidores têm para se respaldar de qualquer tipo de atuação. Nós sabemos também da dificuldade que o João Paulo tem, hoje não se tem mais pacientes no chão como aconteceu algum tempo, mas, pacientes ali em macas, aonde você andar no João Paulo tem. Recentemente agora eu estive lá e é paciente para todo lado, lá atrás então, na área lá que não era para ter ninguém, está lotado, é difícil até andar ali dentro. A gente sabe que a questão do João Paulo é a construção de um novo hospital, que a população de Rondônia aumentou e o hospital é o mesmo, foi reformado e tudo. Os profissionais que atuam ali, eu parabenizo e sempre que eu falo do Hospital João Paulo, eu tenho que parabenizar porque eles trabalham com amor, porque dificuldade deles de atendimento, de estrutura, é muito grande, mas, eu duvido uma pessoa reclamar que foi mal atendida ali dentro, pelo contrário todos elogiam. Então, a atuação deles é muito boa, como acontece também no Hospital de Base. Agora a gente sabe que a quantidade de leitos, é pouca, então, até para conseguirmos ali um local específico, como é que nós vamos conseguir? Se não tem nem para as pessoas que estão ali precisando, pessoas comuns; vamos dizer assim. Agora no projeto de construção de um novo hospital, aí sim, nós temos que dar esse encaminhamento para antes do hospital, antes do hospital ser inaugurado, a gente termos um local específico com segurança para comportar os apenados. O secretário pediu aqui. Pode falar secretário.

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS - A gente até já conversou sobre isso a questão do local específico nos hospitais, é isso que precisa realmente. Em relação só um detalhe que eu me esqueci de falar e o Jobson já havia comentando

comigo, é a questão do João Paulo, que está faltando local não é isso, Ruy? Para os servidores. Então, eu tive a ideia aqui, foi tua Jobson? Foi tua? O Jobson, ele deu a ideia de abrir um local lá dentro mesmo, a gente tem mão de obra e a gente tem material. Então, a gente poderia fazer isso daí desde que tenha o aval lá da direção do João Paulo. Então sugestão, e isso aqui não é ideia minha, eu só estou relatando é ideia do Jobson. Por isso que eu falei que a gente é bem orientado aqui é bom.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) –Então, o Jobson até pediu a palavra. Então a SEJUS pode se comprometer junto com a gerência, o Ruy que é chefe da escolta, de trabalhar essa questão de construir um local específico. O Jobson pediu a palavra, Gerente Regional aqui de Porto Velho.

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Boa tarde a todos! Boa tarde, Deputado Anderson, em nome do Coronel Marcos Rocha, estendo aos outros. Quando foi passada para a gente a situação dos hospitais, eu já venho acompanhando bem antes na escolta, a gente já via o trabalho dos colegas nos hospitais que é bem crítico. Então, se nós sairmos daqui com objetivo, porque eu falo objetivo, pessoal, porque a gente não vai conseguir se não tiver força de todos. Enquanto nós não fizermos a nossa ala de segurança em cada hospital, pode fazer o que for; e a gente não vai ter como resolver, enquanto a gente não pedir apoio ao pessoal da saúde porque os apenados de saúde, eles têm que estar num local só. Então, a briga sempre, que eu acompanho, o médico não quer ir num local tal, porque ele tem de ir num local tal, o médico não quer ir, ou seja, então fica complicado porque nós temos que trabalhar na área de segurança. Então, o nosso foco ali é de especial, não vai ter vários no mesmo dia ou no mesmo mês, mas, quando tem é dessa forma, é sempre separado, então, isso dá uma dor de cabeça muito grande. Em relação ao paliativo, quando o Tenente Davi me passou a missão, eu fui lá, conversamos com o Diretor do João Paulo II, o qual falou para mim: “Jobson, nós não temos condições de fazer o que vocês querem”; que era trocarmos um leito que daria para três, para um leito, se eu não me engano, na frente, que abriria até cinco e tinha um espaço melhor para fazer para o agente penitenciário. Ele pegou e falou que iria tentar e não me respondeu, falou que não dava para fazer. Então, nós buscamos alternativa; a alternativa, eu pedi para ele ir comigo na parte de baixo lá do João Paulo II, no corredor, para quem conhece tem aquele corredor do lado de fora, embora o pessoal não utilize nada e ali a gente faria um espaço para o colega agente penitenciário; do lado do banheiro a gente poderia até fazer um espaço onde desse para guardar o armamento e ali naquele mesmo espaço onde tem a sala que ficam os colegas de plantão, colocaria um blindex, de toda forma o colega já ficaria separado do preso. Então esse foi o primeiro paliativo. A segunda foi uma construção no próprio João Paulo II, que os corredores ou as alas, têm duas alas, que elas são feitas de laje, e a gente poderia tentar buscar verba para a construção da área de segurança no João Paulo II na parte de cima, que para mim seria perfeito, ou seja, a gente buscaria construir na parte de cima a ala de segurança do João Paulo II, aí entra todos os fatores que eu falei, a questão dos médicos irem e tal, e outras coisas mais. Mas, de paliativo já foi solicitado ao setor de infraestrutura da SEJUS para que fossem lá no João Paulo II, não sei se foi confirmado por que já passei a missão, para eles irem e a gente fazer de imediato essa extensão, da sala, e depois por que aí em relação a essa construção não é tão fácil, é verba e a SEJUS é a prioridade da prioridade, então aí eu busco fazer o que a gente dá hoje.

Então só respondendo ao colega Ronaldo que falou em relação às 12 de Ariquemes, não era só uma, nós tínhamos onze 12 em funcionamento tinha apenas quatro, se você quiser ir lá ao livro do dia que vocês questionaram, está lá no livro dizendo; 4 calibres 12. Então são as 04 calibres 12 em funcionamento. Hoje não, hoje nós já substituímos, graças a Deus, chegou armamento novo, mas, a gente vem só concluir, mas, a gente vem fazendo um serviço para que tenha esse atendimento para todas as Unidades. Em relação aos calibres 12 que chegaram, não só os calibres 12, mais oitenta mil reais em peças para que a gente refaça, consiga melhorar esses outros calibres 12 que a gente não vai descartar, as novas não são suficientes ainda, mas, já melhorou bastante e quem está no sistema penitenciário sabe disso que eu estou falando. E a gente conclui falando que a Gerência, ela está para dá suporte em todas as áreas, não só nas Unidades como o Ruy e o Ariclei chegam comigo e falam: “precisamos arrumar”. E a gente procura alternativas para melhorar em todo o âmbito do sistema penitenciário. Obrigado a todos.

O SR. RONALDO ROCHA – Pela Ordem Deputado? Jobson realmente lá pode ter no livro até 10 escopetas, agora vamos ver se estavam realmente funcionando, por que, por exemplo, o Urso Branco, dizem que o Urso Branco tem 150 servidores, mas, são servidores que estão de licença médica, servidores que estão afastados há muito tempo por outras razões; tem o pessoal do Administrativo. Ai a conversa, o argumento do Secretário é que o efetivo do Urso Branco é suficiente, mas, na verdade não é, nunca me convenceu e não vai me convencer. Agora com relação, eu queria que o Secretário prestasse atenção, por favor, que o Secretário mencionou que a SEJUS tem a mão de obra que são os apenados, porque não tem servidor, mão de obra é o apenado, e que a SEJUS tem material para fazer a reforma do João Paulo. Cacoal, os servidores estão tirando dinheiro do bolso. Então nada mais justo, já que a SEJUS tem esse material que leve para Cacoal, que leve cimento para Cacoal, que leve areia, enfim o material que necessita.

O SR. JOBSON BANDEIRA DOS SANTOS – Colega, em relação aos materiais, eu vou falar por ele, porque é o que ele me passa o que está acontecendo, que é o Gerente de Infraestrutura, nós tivemos uma licitação para receber em verba um milhão de reais para comprar os materiais, só foi liberado duzentos e cinquenta mil. Então estes duzentos e cinquenta mil são para todo o Estado, que convenhamos não é muita coisa. Então o que nós temos que fazer como em qualquer canto no Sistema Penitenciário? Prioridade dá prioridade da prioridade, entendeu? Então ao colega, eu sugiro que passem ao seu Gerente lá, que no caso não sou eu; mas, passem ao seu Gerente lá, e falem: “precisamos disso, disso, disso, para fazer isso, isso”. Ele vai encaminhar igual eu encaminho tipo o meu, o do João Paulo II, eu solicitei que eles fossem, o pessoal da infraestrutura para dizer: “eu quero essa parede aqui, eu quero esse material aqui, o que quê vai gastar?”. Quem me vai dizer são eles. E esse material o pessoal da infraestrutura vai lá e vai fazer, é assim e vai precisar disso, disso, disso. E eles já são as pessoas que vão utilizar, eu não entro na alçada da infraestrutura porque não me compete falar o que quê vai utilizar; o que quê não vai. A questão da mão de obra sim, nós temos a frente de trabalho que para a gente é bem mais viável para fazer, mas, muitas das vezes é o que eu acabei de falar, o dinheiro está sendo liberado agora, a ata de compra está sendo liberada para a gente fazer essas reformas de forma imediata, só esperando a liberação da ata de compra.

O SR. RONALDO ROCHA - Tréplica, tréplica. Eu gostaria, eu vou fazer a pergunta para o Secretário, realmente Jobson você não é uma pessoa para responder a pergunta que eu fiz, então eu vou falar para o Secretário, vou perguntar para ele porque ele acabou de falar, acabou de falar que tem mão de obra e tem material para fazer a reforma do João Paulo, então Secretário eu estou perguntando ao senhor porque não enviar esse material também lá para Cacoal, haja vista que os servidores estão tirando dinheiro do bolso para fazer a reforma de hospital.

O SR. MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS – Está bom, vou responder, é o seguinte, o material é comprado por ata. A ata não atende a todo Estado, e são várias aquisições, não é uma só, então, por exemplo, às vezes você compra numa cidade X, mas, não tem para a cidade Y, então elas estão chegando aos poucos. Agora o que chegou foi alguma coisa aqui para Porto Velho, por isso não para Cacoal, é tudo que a gente precisava? Não. E esse material quando eu disse que a gente está em equipe, quem é que faz as obras no sistema prisional? É o preso. Agora nós temos uma fábrica de bloquetes, de blocos de cimento, a gente pode pegar os blocos de cimento nosso e levar para lá também, sai até mais barato, não precisa nem comprar o bloco de lá e o cimento sim a gente precisa comprar, então o tijolo talvez a gente nem precise comprar, a gente manda fazer, entendeu? Agora não tem como levar, não tem como levar para Cacoal bloco de cimento, não tem como levar para Ji-Paraná porque a gente não tem caminhão, entendeu? Agora a gente consegue produzir ali e como é uma sala, coisa pequena, tendo o aval da Secretaria de Saúde, o aval da direção da Unidade e feito pelo engenheiro para que não tenha nenhum problema de ventilação, porque tem uma série de situações, porque o Jobson ele está resolvendo o problema, como eu leigo na área de engenharia, agora o engenheiro tem que ir lá e ver: “não, aqui tem ventilação”, se não pode gerar infecção, sei lá, pode ser que tenha alguma coisa nesse sentido, aí se isso acontecer, a gente não pode fazer. Agora outra coisa que eu queria dizer também, o João Paulo fica inviável a gente fazer grandes obras porque o João Paulo vai ser desativado, vai ser o HEURO, então é um projeto antigo que vai sair nesse Governo, também não tem a previsão lá no HEURO de local, na verdade eu nem sei, eu estou chutando aqui, mas, creio eu como é um projeto mais antigo, que haja previsão para o sistema prisional, mas, isso não impede que a gente possa, assim como a gente está pensando ali, tentar intervir como a gente já tentou, eu já tentei, já falei com a Katiane, com o Davi para a gente verificar essa área aí para a gente ver se tem alguma sala que possa ser utilizada de forma mais adequada, entendeu? Não vale a pena a gente usar qualquer estrutura do João Paulo pensando em longa data porque vai ser investimento jogado fora, então a gente não pode pensar ali. Está bom? É isso aí.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON (Presidente) – Encerradas as discussões, o sistema prisional são muitas situações a serem resolvidas e debatidas, inclusive, eu quero antes de encerrar dizer que estamos dando alguns encaminhamentos ali, o Diretor do Sindicato já olhou ali, fez algumas alterações, esses encaminhamentos serão encaminhados ao Governador do Estado, Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança Pública, Casa Civil e a própria SEJUS, mas, o que eu quero dizer para vocês é o seguinte, toda denúncia, toda e qualquer denúncia pode ser encaminhada para nós aqui na Casa, pode ser encaminhada diretamente para a minha pessoa, nós vamos

dar os encaminhamentos necessários assim como eu fiz com todas as denúncias que chegaram nesta Casa. Até lembrando, a denúncia mais recente contra o Corregedor que alguns pensam: “não aconteceu nada”. Aconteceu, o Ministério Público está apurando, está inclusive em segredo de Justiça esse apuratório, no dia da audiência eu não quis abrir mão da recomendação de afastamento, justamente porque nada foi esclarecido, para mim ainda não foi, até que se apure os fatos e as coisas esclareçam e me comprometi de quando receber o relatório do Ministério Público a respeito da apuração que ele está fazendo de apresentar essa apuração aqui na Casa, usar a tribuna e mostrar. Porque da mesma forma que eu expus o nome do Corregedor e das pessoas envolvidas como também o Secretário, eu farei a mesma coisa dependendo da decisão do Ministério Público nessa apuração. Então qualquer denúncia, como foi apresentada uma denúncia hoje, está registrada a respeito da questão do dentista, eu peço que formalize e me encaminhe que nós vamos apurar, se tem alguma pessoa recebendo sem trabalhar é crime, é crime e todos sabem disso, então isso tem que ser apurado, tem que ser dada uma resposta satisfatória, inclusive, para o sindicato que fez a denúncia e para as pessoas presentes aqui. Então eu peço isso que encaminhe a denúncia que independente de qualquer questão, nós vamos fazer o que é justo, não vamos agir com injustiça com ninguém, pelo contrário, nós vamos ser o mais imparcial possível ao apurar essa denúncia. Nós vamos dá encaminhamento para a Comissão pertinente, ouvir quem tem que ouvir e dá os encaminhamentos necessários.

Então não tendo mais nada a tratar, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro encerrada a presente Audiência.

**(Encerra-se esta Audiência Pública
às 18 horas e 05 minutos)**

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 701, DE 17 DE MAIO DE 2017.

Concede Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Reverendíssimo Senhor **Luciano de Souza Santos**, Frei de Pimenta Bueno.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do inciso IX do § 1º do artigo 14, combinado com os artigos 166 e 167 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Reverendíssimo Senhor **LUCIANO DE SOUZA SANTOS**, Frei do Município de Pimenta Bueno, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de maio de 2017.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

**RESOLUÇÃO Nº 372,
DE 17 DE MAIO DE 2017.**

Institui a obrigatoriedade da tradução simultânea em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, das sessões plenárias oficiais, reuniões das Comissões Permanentes e Audiências Públicas na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA aprovou, e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica instituída a obrigatoriedade de conter subtitulação (legenda) e tradução simultânea em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, na Programação de todas as Sessões Oficiais, reuniões das Comissões Permanentes e Audiências Públicas na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, a fim de assegurar sua compreensão pelos portadores de deficiência auditiva.

Art. 2º. Fica a Secretaria de Comunicações da Assembleia Legislativa autorizada a implementar este serviço, promovendo, dentro das normas legais, a contratação de profissionais especializados na área exigida, bem como outras providências cabíveis.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de maio de 2017.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 122/2017

Revoga o artigo 230, *caput* e Parágrafo único da Constituição do Estado de Rondônia.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do § 3º do artigo 38 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º. Fica revogado o artigo 230, *caput* e Parágrafo único da Constituição do Estado de Rondônia.

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de maio de 2017.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 123/2017

Acrescenta dispositivo à Constituição do Estado de Rondônia.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, nos termos do § 3º do artigo 38 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º. Fica acrescentado o § 7º ao artigo 11 da Constituição do Estado de Rondônia, com a seguinte redação:

“Art. 11.
.....

§ 7º. Os Presidente e Diretores de Autarquias e Fundações do Estado, serão escolhidos e nomeados pelo Governador, após aprovação pela maioria absoluta dos Membros da Assembleia Legislativa.”

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 17 de maio de 2017.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

ADVOCACIA GERAL**ERRATA**

**Extrato QUARTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº. 002/2013
Processo Administrativo nº 0113/2013
– SPDO-2013 – VOL. X**

Publicado no DIÁRIO OFICIAL DA ALE/RO nº 40
Pág.388, em 16 de março de 2017.

Onde se lê:

Extrato TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 002/2013

Processo Administrativo nº 0113/2013 – SPDO-2013 – VOL. X

Leia-se:

Extrato QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 002/2013

Processo Administrativo nº 0113/2013 – SPDO-2013 – VOL. X

SUP. DE RECURSOS HUMANOS**ATO Nº1796/2016-SRH/P/ALE**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730, de 30 de setembro de 2013, resolve:

EXONERAR

JOSE ROBERTO VOTRI, matrícula nº 200157666 do Cargo de Provimento em Comissão, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Porto Velho, 22 de dezembro de 2016.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 1247/2017-SRH/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013, resolve;

DESIGNAR

O servidor **EUNILSON COSTA FREITAS**, matrícula nº. 100008963 Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Casa Legislativa, Como Gestor do Contrato nº 10/2016, entre a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e a Empresa Publiccenter Informática Comércio e Locação Ltda, Processo nº 14393/2015-55, a contar de 03.05.2017.

Porto Velho, 16 de maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
PRESIDENTE

ARILDO LOPES DA SILVA
SECRETÁRIO GERAL

ATO Nº 297/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 02 (duas) diárias no período de 18 a 19/05/2017 ao servidor relacionado, que irá prestar serviços de motorista conduzindo o veículo com servidores do Gabinete da Presidência ao município de Ji-Paraná - RO, conforme Processo nº. 00007362/2017-62.

Matricula: 100002361
Nome: Mario Alves da Mata
Cargo: Motorista
Lotação: Dept. Pol. Legislat.

Porto Velho - RO, 18 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 298/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 02 (duas) diárias no período de 18 a 19/05/2017 a servidora relacionada, que irá realizar serviços como mestre de cerimônia no Encontro Interlegis Nova Legislativa, no município de Ji-Paraná - RO, conforme Processo nº. 00007362/2017-62.

Matricula: 100009490
Nome: Wagna Vieira da Silva
Cargo: Assist. Técnico
Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 18 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto

ATO Nº 299/2017-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013 e, o que disciplina a Resolução nº 327, de 9 de março de 2016.

RESOLVE

Conceder 06 (seis) diárias no período de 18 a 23/05/2017 ao servidor relacionado, que foi designado como presidente da Comissão Especial de Acompanhamento, Fiscalização e Gestão da Escola do Legislativo, para realizar serviços de suporte técnico da Instalação e montagem do Estande da Assembleia Legislativa na 6ª Rondônia Rural Show, no município de Ji-Paraná - RO, conforme Processo nº. 00007362/2017-62.

Matricula: 200163700
Nome: Jonathan da Silva Lopes
Cargo: Assessor Técnico
Lotação: Gab. da Presidência

Porto Velho - RO, 18 de Maio de 2017.

MAURÃO DE CARVALHO
Presidente

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira
Secretário Geral Adjunto